



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Salvador, 2015



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2014, 140/2014 e 143/2015, da Portaria TCU n.º 90/2014 e das orientações da Secretaria de Controle Interno, criada pelo ATO TRT5 337, de 01 de julho de 1994.

Compilado pela Diretoria-Geral

Salvador, março de 2015

## **LISTA DE DIRIGENTES DO TRT5**

### **PRESIDENTE:**

Desembargador do Trabalho  
VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA

### **VICE-PRESIDENTE:**

Desembargadora do Trabalho  
NÉLIA DE OLIVEIRA NEVES

### **CORREGEDOR REGIONAL:**

Desembargador do Trabalho  
LUIZ TADEU LEITE VIEIRA

### **VICE-CORREGEDORA REGIONAL**

Desembargadora do Trabalho  
YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE

## **LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS**

### V. Anexo 17 – Relatório de Gestão

- DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PROPOSTOS PARA O PEI 2015/2020
- MAPA ESTRATÉGICO DO TRT DA 5ª REGIÃO
- MATRIZ DE OBJETIVOS
- MATRIZ DE INDICADORES E METAS
- PROJETOS ESTRATÉGICOS
- GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS METAS 2014
- MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2014
- GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2014

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

### V. Anexo 17 – Relatório de Gestão

## **SUMÁRIO**

### Identificação e atributos da Unidade

- Identificação da unidade
- Finalidade e competências institucionais
- Organograma funcional
- Macroprocessos finalísticos

### Governança

- Descrição das estruturas de governança
- Atuação da unidade de auditoria interna
- Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- Auto avaliação dos controles internos

### Relacionamento com a sociedade

- Canais de acesso ao cidadão
- Carta de serviços ao cidadão
- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários
- Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

### Planejamento e resultados alcançados

- Planejamento institucional
- Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
  - Medidas de eficiência com base na gestão de custos de produtos e serviços
- Apresentação e análise de indicadores de desempenho
  - Outros resultados da gestão

#### Gestão dos fundos do contexto de atuação da unidade

- Identificação e informações gerais dos fundos do contexto da unidade
- Informações sobre fundos de aval ou garantidores de créditos
- Informações sobre fundos de investimento

#### Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira

- Demonstração da execução das despesas
- Informações sobre ações de publicidade e propaganda
- Demonstração e justificação de eventuais obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
- Demonstração da movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
- Informações sobre transferências de recursos
- Informações sobre suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal
- Gestão de precatórios

#### Gestão de pessoas, terceirização de mão-de-obra e despesas relacionadas

- Informações sobre a estrutura de pessoal
- Informações sobre as despesas com pessoal
- Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados a pessoal
- Informações sobre a contratação de mão-de-obra de apoio e sobre a política de contratação de estagiários
- Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

#### Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

- Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros
- Gestão do patrimônio imobiliário da União
- Informações sobre imóveis locados de terceiros

#### Gestão da tecnologia da informação

- Informações sobre os principais sistemas computacionais

#### Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

- Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

#### Atendimento de exigências legais e normativas e demandas de órgãos de controle

- Tratamento de determinações do TCU
- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno
- Cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas
- Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

#### Informações contábeis

- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
- Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

## **INTRODUÇÃO**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, Órgão do Poder Judiciário, Administração Direta, vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho, situado à Rua Bela Vista do Cabral, 121, bairro Nazaré, cidade do Salvador, Estado da Bahia, apresenta Relatório de Gestão do exercício 2014, em cumprimento ao disposto na IN TCU nº 63/2010, das DN-TCU nº 134/2014, 140/2014, 143/2015 e da Portaria TCU nº 90/2014.

## IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Judiciário			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Tribunal Superior do Trabalho			<b>Código SIORG:</b> NA
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região			
<b>Denominação abreviada:</b> TRT 5ª Região			
<b>Código SIORG:</b> NA	<b>Código LOA:</b> 15106	<b>Código SIAFI:</b> 080007	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão público			
<b>Principal Atividade:</b> Justiça do Trabalho			<b>Código CNAE:</b> 7523-0
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(071) 3319-7777	(071) 3319-7000	(071) 3319-7700
<b>E-mail:</b> webmaster@trt5.jus.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.trt5.jus.br">http://www.trt5.jus.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua Bela Vista do Cabral, 121 Nazaré CEP 40055-000 Salvador-BA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Criado por meio do Decreto-Lei nº 1.237 de 02 de junho de 1939, que entrou em vigor em 01 de maio de 1941			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução Administrativa TRT5 nº 003/2006 Publicada no D.O. deste Tribunal em 31 de janeiro de 2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno publicado no D.O. deste Tribunal em 05 de setembro de 2003			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NA	NA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NA	NA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
NA		NA	



## FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

---

### A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

---

#### I. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

##### A) ATRIBUIÇÕES DO TRT5/UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

#### *“PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL*

*Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.*

*Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:*

*IV -os Tribunais e Juízes do Trabalho;*

*Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:*

*II - os Tribunais Regionais do Trabalho;*

*III - Juízes do Trabalho.*

*Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:*

*I- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;*

*II- as ações que envolvam exercício do direito de greve;*

*III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;*

*IV- os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;*

*V- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;*

VII- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Art. 116. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.”

## B) HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ATUAL:

Na Bahia, a Justiça do Trabalho foi instalada em 20/05/1941 - como Conselho Regional do Trabalho, composto por duas Juntas de Conciliação e Julgamento.

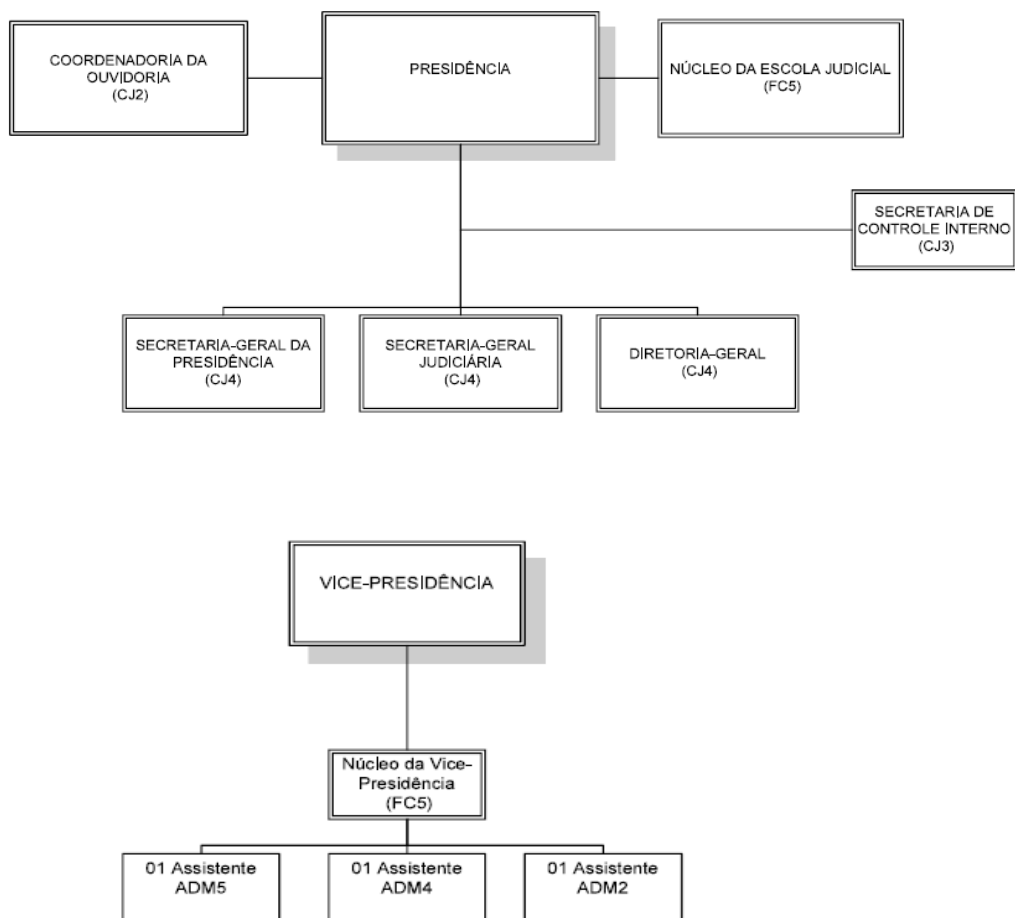
Com a Lei 10770 de 2003, o TRT5 foi autorizado a instalar 20 novas Varas do Trabalho, passando a atender todos os municípios baianos. A instalação dessas unidades ocorreu entre 2004 e 2005. Até então, a Justiça Laboral era atendida a litígios da área trabalhista em 360 municípios baianos e nos 55 restantes, os juízes de Direito das comarcas atuavam como juízes do Trabalho por disposição legal.

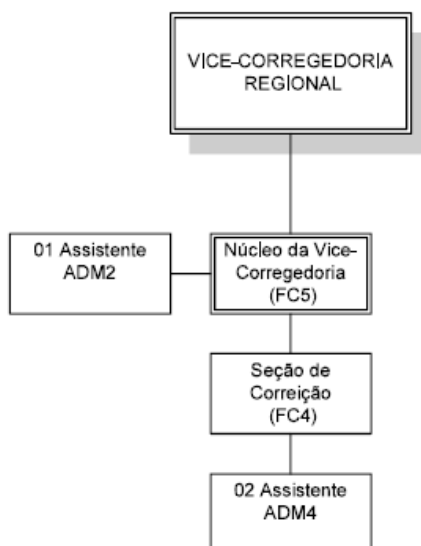
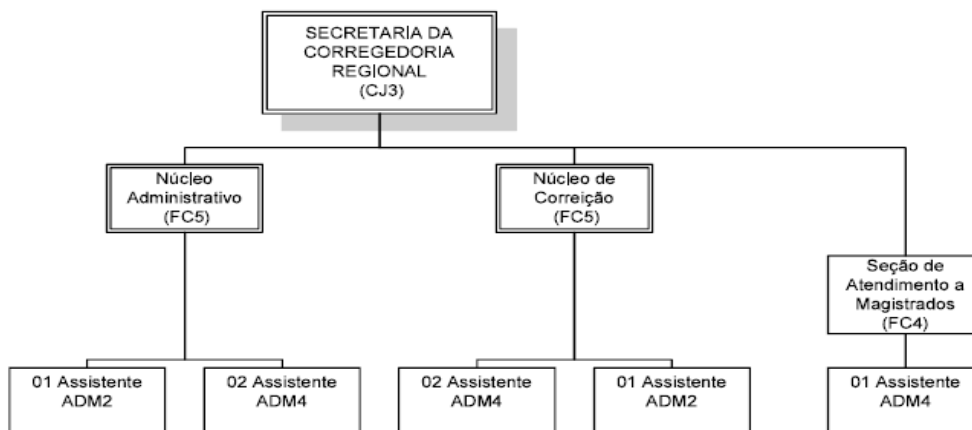
Atualmente, a Justiça do Trabalho na Bahia compreende, na primeira instância, 88 Varas do Trabalho (antigas Juntas de Conciliação e Julgamento), 39 das quais em Salvador.

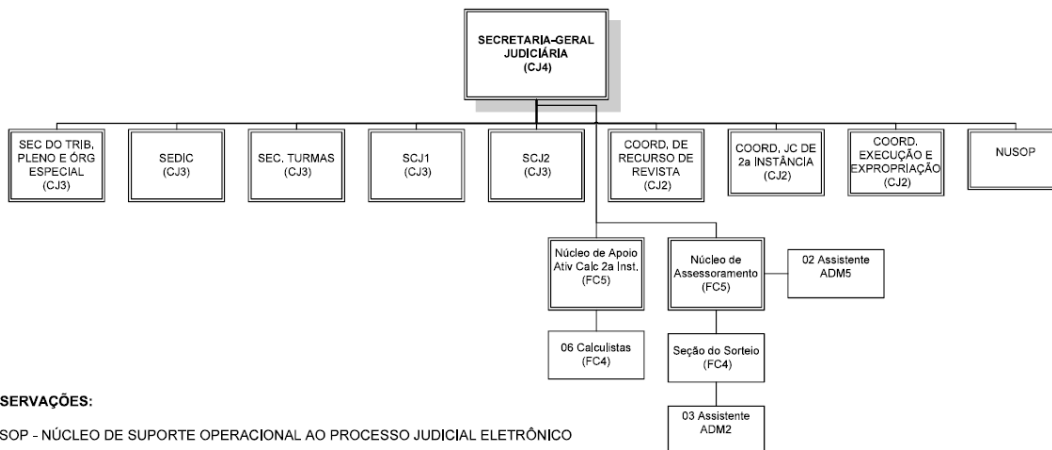
A segunda instância é composta por 29 (vinte e nove) desembargadores togados e vitalícios, que são nomeados pelo Presidente da República.

A Mesa Diretora deste Regional, eleita a cada biênio, é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Vice Corregedor Regional.

Para racionalizar sua atuação e tornar mais eficiente a prestação jurisdicional, o TRT da Quinta Região se divide em Tribunal Pleno, Órgão Especial, uma Seção Especializada em Dissídio Coletivo, duas Seções Especializadas em Dissídios Individuais (I e II) e cinco Turmas, além do Juízo de Conciliação de Segunda Instância, que realiza acordos em torno de precatórios e de processos que tramitem no Tribunal.

**ORGANOGRAMA FUNCIONAL**



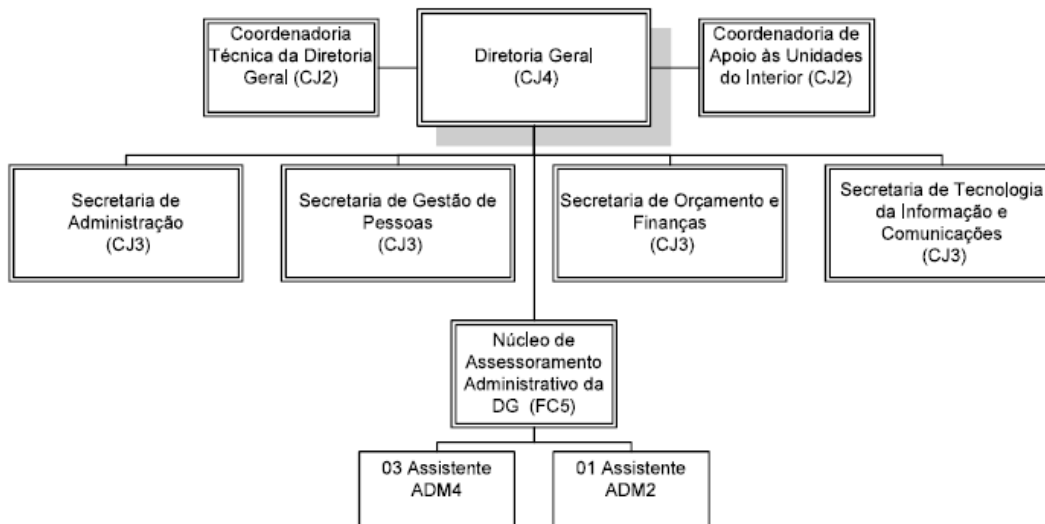
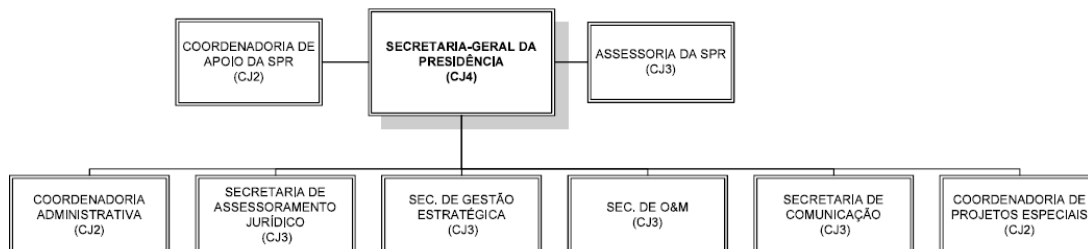
**OBSERVAÇÕES:**

NUSOP - NÚCLEO DE SUPORTE OPERACIONAL AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

SCJ1 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA DE 1ª INSTÂNCIA

SCJ2 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA DE 2ª INSTÂNCIA

SEDC – SECRETARIA DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS



**Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Presidência	Designar ou destituir os ocupantes de funções comissionadas (FC), e indicar, nomear, dar posse e destituir servidores para os Cargos em Comissão (CJ), impor sanções disciplinares aos servidores que excederem da alçada das demais autoridades mencionadas em lei. Representar o Tribunal em solenidades e atos oficiais, decidir reclamações ou requerimentos sobre matéria administrativa ou de serviço do Tribunal. Autorizar e aprovar concorrência, tomada de preços e convite, para aquisição do material ou bens  Conceder e arbitrar diárias e ajuda de custo. Determinar a expedição de precatórios, designar os servidores que deverão compor as Comissões Permanente e Especiais de Licitação.	DESEMBARGADOR VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA	Presidente	01/01/14 a 31/12/14
Vice- Presidência	Suceder ao Presidente em caso de vacância, e substituí-lo nos seus impedimentos	DESEMBARGADOR A NÉLIA DE OLIVEIRA NEVES	Vice- Presidente	01/01/14 a 31/12/14
Corregedoria	Zelar pela correção e celeridade do exercício da prestação jurisdicional na primeira instância, auditando as unidades judiciais anualmente.	DESEMBARGADOR LUIZ TADEU LEITE VIEIRA	Corregedor	01/01/14 a 31/12/14
Vice Corregedoria	Suceder ao Desembargador Corregedor Regional em caso de vacância nas suas competências.	DESEMBARGADOR A YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE	Vice Corregedora	01/01/14 a 31/12/14
Secretaria- Geral da Presidência	Assessorar a Presidência, jurídica e administrativamente, em deliberações e subsidiar a emissão de pareceres. Planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades das unidades que integram a sua estrutura, bem como manter contatos com	MANOEL EVANGELISTA NETO	Secretário- Geral da Presidência	01/01/14 a 31/12/14

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	órgãos superiores e outros tribunais.			
Secretaria- Geral Judiciária	Planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar todas as atividades judiciárias do TRT, assessorando a Presidência em assuntos referentes à atividade judiciária e subsidiando a emissão de pareceres, além de avaliar, periodicamente, o grau de efetividade (racionalidade, eficácia e eficiência) das normas, procedimentos e estrutura organizacionais.	JULIETA VIANA DE QUEIROZ MACHADO	Secretária- Geral Judiciária	01/01/14 a 31/12/14
Diretoria- Geral	Planejar, dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades da administração do TRT, bem como dar efetivação a portarias, ordens de serviços, circulares, instruções ou despachos de caráter administrativo, definindo as diretrizes e acompanhando a elaboração da proposta orçamentária.	TARCÍSIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS	Diretor- Geral	01/01/14 a 31/12/14

## MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos do TRT5 são “Preparar processo”, “Conhecer e julgar processo” e “Cumprir sentença”. Dentre esses, os macroprocessos que se encontram documentados atualmente neste Regional são os dois primeiros, que abrangem os processos de trabalho das unidades judiciárias de 1ª Instância, desde a distribuição da ação até a prolação da sentença. A fase de execução de sentença, apesar de não ter sido objeto de mapeamento em sua totalidade, teve a etapa de expropriação revista e documentada por ocasião de criação da Central de Execução e Expropriação, e desenvolvimento de sistema informatizado para cadastro e gerenciamento de bens penhorados, bem como realização de hasta pública. Os macroprocessos finalísticos de 2ª Instância ainda não foram objeto de mapeamento, razão pela qual esta Secretaria não tem como informar quais macroprocessos existem atualmente nem como estão sendo conduzidos.

No tocante aos macroprocessos finalísticos das unidades judiciárias de 1º Grau, inicialmente referidos, informamos que, com base no mapeamento dos processos de trabalho daquelas unidades, foi elaborado o Manual de Procedimentos, que constitui um dos principais produtos do Projeto Estratégico de Redesenho dos Processos de Trabalho da 1ª Instância, caracterizando-se como referência documental para os usuários e tem por finalidade padronizar e otimizar os processos e rotinas de trabalho do TRT da 5ª Região, a fim de garantir uma uniformidade nas atividades realizadas, bem como potencializar a consecução dos resultados.



A elaboração deste manual visou também ao cumprimento da Meta 05/2010 do Poder Judiciário Nacional, “Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias”; bem como concretização do projeto estratégico, “Redesenho dos processos de trabalho da 1ª Instância”.

Na condução dos trabalhos, o conteúdo dos macroprocessos foi apresentado no fluxograma geral da fase de conhecimento (da distribuição até a sentença), produzido com a participação de representantes das diversas unidades judiciárias finalísticas e de apoio e validado pelos magistrados do TRT05 durante o “Workshop de Gestão de Processos” realizado nos dias 06 a 08/10/2010 e o mapeamento das rotinas desenvolvidas durante as oficinas da Meta 05/2010. A partir de então, a documentação foi sendo detalhada em todos os seus subprocessos até o nível de rotinas de trabalho. O documento foi finalizado em 23/11/2012 e constitui uma ferramenta de gestão, facilitando o controle e a melhoria contínua dos processos de trabalho, a fim de alcançar níveis mais elevados de satisfação e eficácia.

Segue o detalhamento dos macroprocessos indicados.

O macroprocesso Preparar processo compreende desde o recebimento da ação, o procedimento para distribuição até a preparação dos autos para apreciação do Juízo ou realização da audiência, conforme o caso. Ele está dividido em:

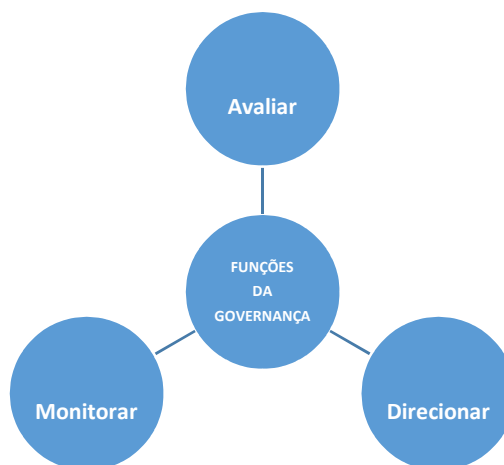
- a. Receber documentos e distribuir
- b. Preparar autos para apreciação/audiência

O macroprocesso Conhecer e julgar processo compreende desde o recebimento do processo/ação para apreciação inicial pelo Juízo ou realização da audiência até a prolação de sentença ou registro de solução de mérito na 1ª instância. Ele está dividido em:

- a. Ouvir Testemunha e Devolver
- b. Determinar registro do termo de arquivamento/desistência
- c. Tentar acordo
- d. Determinar registro do acordo 10

- e. Receber defesa
  - f. Realizar audiência de instrução (com ou sem oitiva de partes e testemunhas)
  - g. Solicitar comparecimento ou apresentação
  - h. Encaminhar carta precatória e receber resposta
  - i. Selecionar perito dentre cadastrados
  - j. Receber quesito das partes (ou decorrer do prazo) e informar ao perito
  - k. Receber laudo e dar ciência às partes
  - l. Reincluir em pauta
  - m. Analisar quesitos complementares
  - n. Notificar perito para responder quesitos
  - o. Receber esclarecimentos (ou decorrer do prazo) e dar vista às partes
  - p. Selecionar perito dentre cadastrados
  - q. Encerrar instrução/ Aduzir razões finais e renovar proposta de acordo
  - r. Decidir ou concluir processo
  - s. Julgar o processo e elaborar a sentença (líquida ou ilíquida)
  - t. Registrar sentença
  - u. Notificar
  - v. Disponibilizar
2. Cumprir sentença: Compreende a fase de cumprimento da sentença proferida transitada em julgado, ou dos termos constantes da solução de mérito. Não mapeado totalmente, conforme dito anteriormente.

## GOVERNANÇA – TRT 5ª REGIÃO

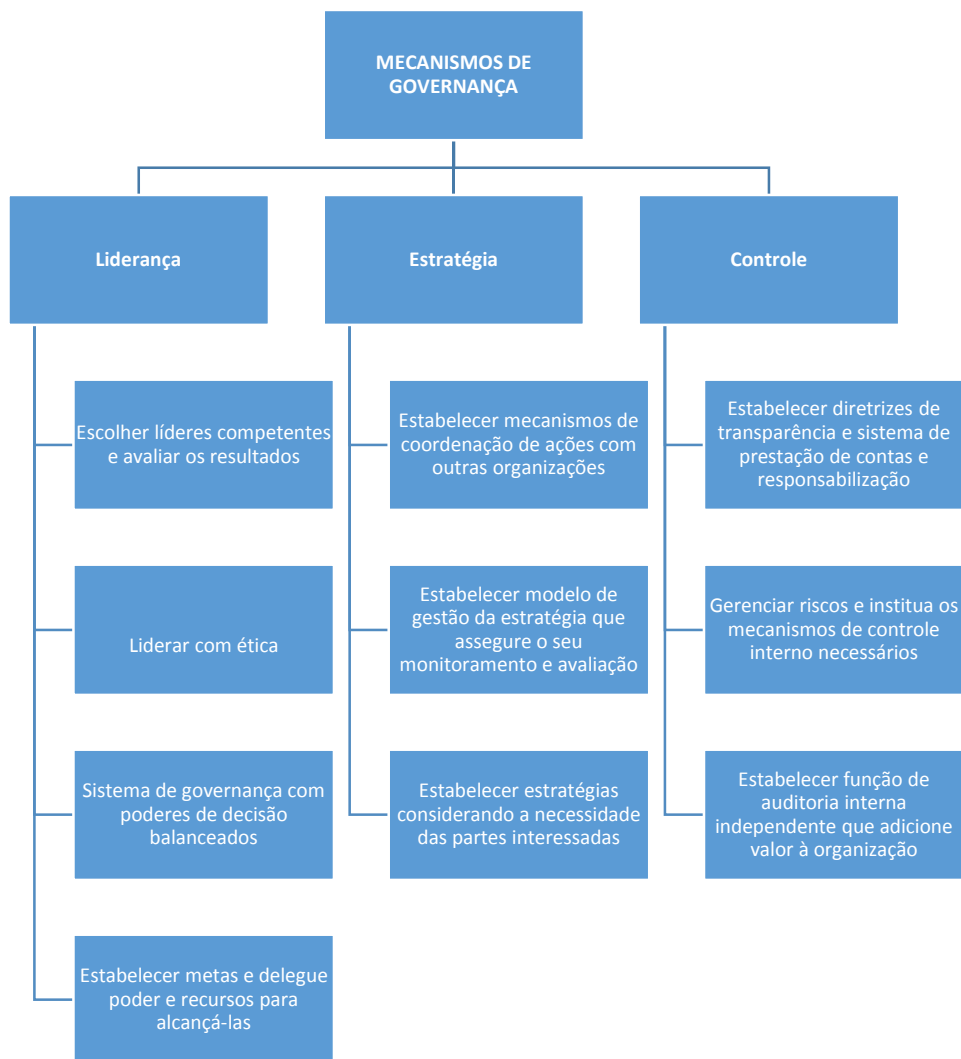


Além do que foi definido na Constituição de 1988, outros instrumentos surgiram para fortalecer a governança pública, entre eles: (a) o **Código de Ética** Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171, de 22 de Junho de 1994) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000), que têm por objeto aspectos éticos e morais e o comportamento da liderança; (b) o **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização** (GesPública), instituído em 2005 e revisado em 2009 e em 2013, cujos treze fundamentos<sup>6</sup> norteiam-se pelos princípios constitucionais da administração pública e pelos fundamentos da excelência gerencial contemporânea; (c) a Lei **12.813, de 16 de maio de 2013**, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal; e (d) os instrumentos de transparência, como a **Lei de Acesso à Informação** (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e facilitam o monitoramento e o controle de atos administrativos e da conduta de agentes públicos.

*Governança no setor público refere-se, aos mecanismos de **avaliação, direção e monitoramento**; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos.*

*(REFERENCIAL BÁSICO DE GOVERNANÇA - TCU)*

Considerando os mecanismos de governança apresentados, pode-se estabelecer alguns indicadores para o alcance pleno de cada mecanismo, conforme modelo a seguir:



Fonte: 10 Passos para a boa governança (TCU)

## LIDERANÇA-----

### 1) Escolher líderes competentes e avaliar os resultados

- Estabeleça e dê transparência ao processo de seleção de membros da Alta Administração e de colegiado superior ou conselhos;
- Capacite os membros da Alta Administração;
- Avalie o desempenho dos membros da Alta Administração;
- Garanta que os benefícios concedidos aos membros da Alta Administração e de colegiado superior ou conselhos sejam adequados e dê transparência aos benefícios.

### 2) Liderar com ética

- Código de ética para membros da Alta Administração
- Mecanismos de controle para evitar que preconceitos, vieses ou conflitos de interesse influenciem as decisões e as ações de membros da Alta Administração

### 3) Sistema de governança com poderes de decisão balanceados

- Instâncias internas de governança
- Balanceamento de poder e segregação de funções
- Estabelecer e divulgar sistema de governança da organização

## 4) Estabeleça metas e delegue poder e recursos para alcançá-las

- Avalie, direcione e monitore a gestão;
- Responsabilize-se pelo estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão e pelo alcance dos resultados;
- Assegure, por meio de política de delegação e reserva de poderes, a capacidade das instâncias internas de governança de avaliar, direcionar e monitorar a organização;
- Responsabilize-se pela gestão de riscos;
- Avalie os resultados das atividades de controle e dos trabalhos de auditoria e, se necessário, determine que sejam adotadas providências

**ESTRATÉGIA**-----

## 5) Estabeleça mecanismos de coordenação de ações com outras organizações

- Estabeleça mecanismos de atuação conjunta com vistas a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas transversais, multidisciplinares e/ou descentralizadas.

## 6) Estabelecer modelo de gestão da estratégia que assegure o seu monitoramento e avaliação

- Modelo de gestão da estratégia que considera transparência e envolvimento das partes interessadas
- Estabelecer a estratégia da organização
- Monitorar e avaliar a execução da estratégia

## 7) Estabelecer estratégias considerando a necessidade das partes interessadas

- Estabeleça e divulgue canais de comunicação
- Promova a participação social, com envolvimento dos usuários, da sociedade e das demais partes interessadas na governança da organização;
- Estabeleça relação objetiva e profissional com a mídia, organizações de controle e outras organizações;
- Assegure que decisões, estratégias, políticas, programas, projetos, planos, ações, serviços e produtos atendam ao maior número possível de partes interessadas, de modo balanceado.

**CONTROLE**-----

## 8) Estabeleça diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e responsabilização

- Dê transparência da organização às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei;
- Preste contas da implementação e dos resultados dos sistemas de governança e de gestão, de acordo com a legislação vigente e com o princípio de accountability;
- Avalie a imagem da organização e a satisfação das partes interessadas com seus serviços e produtos;
- Garanta que indícios de irregularidades sejam apurados de ofício, promovendo a responsabilização em caso de comprovação.

9) Gerencie riscos e institua os mecanismos de controle interno necessários

- Estabeleça sistema de gestão de riscos;
- Monitore e avalie o sistema de gestão de riscos, a fim de assegurar que seja eficaz e contribua para a melhoria do desempenho organizacional.

10) Estabeleça função de auditoria interna independente que adicione valor à organização

- Estabeleça a função de auditoria interna;
- Crie condições para que a auditoria interna seja independente e proficiente;
- Assegure que a auditoria interna adicione valor à organização.

### **Algumas Ações de Governança do TRT5 - Biênio 2013/2015**

Código de Ética – Resolução 76/2014

Identificação de riscos (SETIC)

Descentralização dos Controles Internos

Atuação da Secretaria de Controle Interno como Auditoria – Ato 150/2014

Implantação da Gestão por Competências

Dimensionamento dos cargos pela SGP (Meta 03)

Capacitação em Gestão de Risco

Capacitação em Controles Internos

<b>NORMATIVOS</b>		
Ordenador de despesa	Portaria TRT5	826/2013
Normatização das competências do Controle Interno	Ato TRT5	150/2014
Plano de Gestão de Logística Sustentável	Ato TRT5	445/2014
Capacitação para área de aquisição	Ato TRT5	212/2014
Inserir nova consideração para designação da Comissão de Gestão Orçamentária do TRT da 5ª Região e revoga o Ato nº 0537/2013.	Ato TRT5	213/2014
Institui a Rede de Governança Colaborativa da Estratégia do TRT da 5ª Região e dá outras providências.	Ato TRT5	489/2014
Institui Comissão de Transição para o biênio 2013/2015.	Ato TRT5	414/2013

<b>GOVERNANÇA COLABORATIVA DO ORÇAMENTO</b>
Cumprimento Resolução 195/2014 CNJ
ATO TRT5 59/2015 - Institui Comitês Orçamentários de 1º e 2º graus, para auxílio à elaboração e execução dos orçamentos anuais, no âmbito do TRT da 5ª Região.

<b>GOVERNANÇA COLABORATIVA DO PODER JUDICIÁRIO</b>
Cumprimento Resolução 194/2014 CNJ
ATO TRT5 473/2014 - Institui Comitê Gestor Regional de Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

<b>GOVERNANÇA TIC</b>		
Sistematiza a elaboração, alteração, publicação, padronização e controle dos documentos da gestão de Tecnologia da Informação (TI)	Ato TRT5	07*/2014
Normas e Procedimentos para Controle de Documentação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação	Ato TRT5	08*/2014
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)	Ato TRT5	022/2014
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do TRT da 5ª Região.	Ato TRT5	43/2014
Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação do TRT da 5ª Região. (PAC-TIC)	Ato TRT5	581/2014
Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação	Ato TRT5	44/2014

## **DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA**

### **REDE DE GOVERNANÇA DO TRT DA 5ª REGIÃO**

#### **COORDENAÇÃO GERAL**

- Desembargador-Presidente
- Desembargador Vice-Presidente
- Desembargador Gestor de Metas

#### **EQUIPE DE GESTORES**

- Desembargador-Presidente
- Desembargador Vice-Presidente
- Desembargador Gestor de Metas
- Desembargador Corregedor Regional
- Desembargador Vice-Corregedor Regional
- Desembargadores do Trabalho
- Desembargador Diretor da Escola Judicial
- Juízes Auxiliares da Presidência
- Secretário-Geral da Presidência
- Diretor-Geral
- Diretor da Secretaria-Geral Judiciária
- Diretor da Secretaria de Administração
- Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
- Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
- Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
- Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional
- Diretor da Secretaria de Organização e Métodos

#### **EQUIPE DE GESTORES AMPLIADA**

- Desembargador-Presidente
- Desembargador Vice-Presidente
- Desembargador Gestor de Metas
- Desembargador Corregedor Regional
- Desembargador Vice-Corregedor Regional
- Desembargadores do Trabalho
- Desembargador Diretor da Escola Judicial
- Juízes Auxiliares da Presidência
- Secretário-Geral da Presidência
- Diretor-Geral
- Diretor da Secretaria-Geral Judiciária
- Diretor da Secretaria de Administração
- Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
- Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
- Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
- Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional
- Diretor da Secretaria de Organização e Métodos



- Diretor da Secretaria de Comunicação Social
- Varas do Trabalho, representadas pelos magistrados de primeiro grau
- Comitê Gestor Regional de Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição
- Secretarias de Varas do Trabalho, representadas pela Comissão de Diretores de Varas
- Órgãos externos (stakeholders)

<b>Indicador 6.1 – Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)</b>						
<b>Descrição</b>	<p>Visa manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica do TRT5 nas cinco dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento da Estratégia,</li> <li>• Execução da Estratégia,</li> <li>• Monitoramento e Avaliação da Estratégia,</li> <li>• Capacitação e Tecnologia, e</li> <li>• Comunicação da Estratégia.</li> </ul> <p>Os objetivos de se manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>aferir o nível de aderência das práticas de gestão adotadas pela justiça brasileira, frente aos parâmetros estabelecidos na Resolução CNJ nº 198/2014 e RA TRT5 do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020;</li> <li>avaliar o nível de maturidade organizacional alcançada com a implementação da gestão estratégica no tribunal; e</li> <li>dar continuidade às ações de execução, monitoramento e revisão do Planejamento Estratégico Institucional, até 2020.</li> </ol> <p>O questionário de diagnóstico a ser respondido é o mesmo disponibilizado pelo CNJ para os tribunais e o resultado divulgado no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, devendo ser considerados os mesmos pesos (percentuais) para cada item aplicado pelo CNJ no referido diagnóstico.</p>					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão Estratégica					
<b>Periodicidade</b>	Trimestral					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Planejamento da Estratégia	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Gestão Estratégica				
	(P2) Execução da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica				
	(P3) Monitoramento e Avaliação da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica				
	(P4) Capacitação e Tecnologia	Secretaria de Gestão Estratégica				
	(P5) Comunicação da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum\%$ (P1+P2+P3+P4+P5)					
<b>Linha de base</b>	2013: 90%					
<b>Meta 12</b>	Atingir e manter a média de governança em gestão estratégica igual 100%, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

## TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META

Percentuais aplicados ao Diagnóstico de Gestão Estratégica

Detalhamento:

(P1) PLANEJAMENTO DA ESTRATÉGIA		Peso CNJ	TRT5	
			SIM/NÃO	Pontuação
(P1.1)	O Tribunal possui comissão/comitê de direção estratégica ou instância equivalente, composta por magistrado, com designação formal para elaborar/propor a estratégia?	5%		
(P1.2)	A alta administração participa da formulação da estratégia do órgão?	5%		
(P1.3)	Há participação efetiva de serventuários na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.4)	Há participação efetiva de magistrados na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.5)	Há participação efetiva de serventuários na formulação da estratégia?	2,5%		
(P1.6)	Há participação efetiva de magistrados na formulação da estratégia?	2,5%		
(P1.7)	O Tribunal elabora plano de aquisição?	3%		
(P1.8)	Em caso afirmativo no item P1.7, informe: o plano de aquisição está integrado ao plano orçamentário?	2%		
		<b>25%</b>		
(P2) EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA		Peso	SIM/NÃO	Pontuação
(P2.1)	Existe unidade competente para atuar em gestão de processos, formalmente instituída no Tribunal?	3%		
(P2.2)	Em caso afirmativo no item P6.2.1, informe a unidade responsável pela gestão de processos que presta consultoria para melhoria de processos de trabalho às unidades do órgão?	1%		
(P2.3)	Existem macroprocessos de trabalho mapeados?	3%		
(P2.4)	Em uma escala de 0 a 10, avalie o grau de implementação da gestão de processo no Tribunal.	3%		
(P2.5)	A unidade responsável pelo gerenciamento de projetos recebe regularmente informações sobre o andamento das iniciativas estratégicas (projetos, programas e ações)?	3%		
(P2.6)	O Tribunal utiliza metodologia de gerenciamento de projetos?	2%		
(P2.7)	Existe metodologia formalmente definida de gerenciamento de projetos, aprovada e publicada?	2%		
(P2.8)	Os gerentes de projetos são formalmente designados?	2%		
(P2.9)	Os gerentes de projetos possuem atribuições específicas formalmente definidas?	2%		
(P2.10)	Os gerentes de projetos possuem remuneração específica ou adicional pelas atribuições designadas?	1%		
(P2.11)	Os gerentes de projetos possuem autonomia para garantir o cumprimento dos compromissos acordados?	3%		
		<b>25%</b>		
(P3) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA		Peso	SIM/NÃO	Pontuação
(P3.1)	A avaliação da estratégia é liderada pelo presidente ou comitê/comissão composta por magistrado?	4%		
(P3.2)	A periodicidade em que ocorre a avaliação da estratégia é cumprida?	4%		

(P3.3)	A avaliação da estratégia contempla o desempenho dos objetivos estratégicos?	2%		
(P3.4)	A avaliação da estratégia contempla indicadores e metas?	3%		
(P3.5)	A avaliação da estratégia contempla a situação dos projetos e das ações estratégicas?	4%		
(P3.6)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos processos?	3%		
		<b>20%</b>		
<b>(P4) CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P4.1)	A área responsável pela gestão estratégica está preparada para revisão do plano estratégico do Tribunal?	3%		
(P4.2)	O Tribunal dispõe de programa regular de treinamento de servidores e/ou magistrados em gerenciamento de projetos?	1%		
(P4.3)	A unidade de gestão de processos utiliza software específico para modelagem de processos?	1%		
(P4.4)	O Tribunal utiliza alguma solução para automação de processos de trabalho?	1%		
(P4.5)	O Tribunal utiliza software para gerenciamento de projetos?	2%		
(P4.6)	A área responsável pela gestão estratégica utiliza algum software para monitorar ou apoiar a estratégia?	2%		
		<b>10%</b>		
<b>(P5) COMUNICAÇÃO</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P5.1)	O Tribunal possui um plano de comunicação da estratégia?	4%		
(P5.2)	O Tribunal executa um plano de comunicação da estratégia?	3%		
(P5.3)	Houve algum tipo de pesquisa interna para saber quantos servidores/magistrados compreendem a estratégia do Tribunal?	3%		
(P5.4)	O plano de comunicação da estratégia contempla os meios de divulgação a serem utilizados (email, processo administrativo, memorando, notícias na internet e/ou intranet, brindes, workshops, palestras, cartilhas, etc.)?	2%		
(P5.5)	O plano de comunicação da estratégia contempla os objetivos da comunicação?	2%		
(P5.6)	O plano de comunicação da estratégia contempla a periodicidade das ações de comunicação?	2%		
(P5.7)	O plano de comunicação da estratégia contempla o público alvo, conforme o tema da comunicação?	2%		
(P5.8)	O plano de comunicação da estratégia contempla a previsão de custos para a execução da comunicação?	2%		
		<b>20%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

<b>Indicador 6.2 – Índice de Governança em TIC (iGov)</b>	
<b>Descrição</b>	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov calculado pelo TCU.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Diretoria Geral e Secretaria de Controle Interno
<b>Periodicidade</b>	Anual

Indicador 6.2 – Índice de Governança em TIC (iGov)						
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P6) iGov	<b>Responsáveis</b>				
		Diretoria Geral e Secretaria de Controle Interno				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média)= $\sum\%(P10+P11+P12+P13+P14+P15)/6$					
<b>Linha de base</b>	2013: Intermediário					
<b>Meta 13</b>	Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 10%.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	2%	4%	6%	8%	10%
<b>Esclarecimentos</b>	Orientações para o preenchimento do questionário do iGov: a partir da disponibilização do questionário pelo TCU, a fim de alinhar a interpretação das perguntas abordadas, o CSJT disponibilizará orientações a serem observadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho no preenchimento das respostas.					

### Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:

- Implantar modelo de governança corporativa judiciária e administrativa;
- Implantar Sistema Informatizado de Governança com modelo de gestão estratégica, tática e operacional dos Tribunais;
- Redesenhar e normatizar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa;
- Fortalecer o suporte ao usuário do processo judiciário e administrativo;
- Implementar plano de comunicação da estratégia.

Indicador 9.1 – Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)	
<b>Descrição</b>	<p>Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas: resultado obtido na capacidade e no estágio dos componentes do índice iGovPessoas calculado pelo TCU.</p> <p>Ampliar as políticas, métodos e práticas adotados na gestão de pessoas, objetivando potencializar o capital humano.</p> <p>Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados, a fim de melhorar a eficiência e eficácia organizacionais.</p>
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Periodicidade</b>	Trimestral: Tabela Auxiliar – Anual: iGovPessoas

<b>Indicador 9.1 – Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)</b>						
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Liderança da alta administração	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P2) Gestão da liderança e do conhecimento	Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P3) Cultura orientada para resultados	Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P4) Gestão de talentos	Secretaria de Gestão de Pessoas				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum$ ( P1 + P2 + P3 + P4)					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 18</b>	Attingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado
<b>Esclarecimentos</b>	<p>O TRT5 atingiu a faixa “inicial” no índice iGovPessoas formulado pelo TCU em 2013 e deverá atingir até 2020 a faixa “aprimorado”, conforme meta definida pelo CJST para os Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>O índice mede o percentual para suprir as lacunas detectadas nos resultados obtidos dos componentes do modelo de avaliação de governança do índice iGovPessoas formulado pelo Tribunal de Contas da União.</p>					

TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META

(P1) LIDERANÇA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO		Peso	Respostas TRT5	
			SIM/NÃO	Pontuação
(P1.1)	Aprovou e publicou modelo de competências, adaptado à realidade da organização, como base para a gestão de pessoas, orientando processos tais como: recrutamento, seleção, desenvolvimento e avaliação de desempenho?	5%		
(P1.2)	O Tribunal monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas contidas no planejamento estratégico 2015/2020?	5%		
(P1.3)	O Tribunal, sistematicamente, mede e avalia a contribuição das práticas de gestão de pessoas para o desempenho organizacional, identificando oportunidades de melhoria e utilizando as informações para a tomada de decisão?	5%		
		<b>15%</b>		
(P2) GESTÃO DA LIDERANÇA E DO CONHECIMENTO		Peso	SIM/NÃO	Pontuação
(P2.1)	O Tribunal desenvolve processo sucessório para posições de liderança com foco em competências?	5%		
(P2.2)	O Tribunal realiza avaliação de desempenho dos gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização?	5%		
(P2.3)	O Tribunal executa processo para identificar lacunas entre os níveis atuais e desejados de competências, definindo metas individuais e organizacionais para redução dessas lacunas?	5%		
(P2.4)	O Tribunal executa processo para avaliar os resultados das ações de treinamento e desenvolvimento e avalia se elas eliminaram ou reduziram as lacunas de competências identificadas?	5%		
P2.5	O Tribunal elabora seus planos de capacitação de magistrados e servidores com foco nos macrodesafios do Poder Judiciário, objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho e do TRT5?	5%		
P2.6	O Tribunal incentiva servidores e magistrados para a prática de instrutoria interna?	5%		
		<b>30%</b>		
(P3) CULTURA ORIENTADA PARA RESULTADOS		Peso	SIM/NÃO	Pontuação
(P3.1)	O Tribunal estabelece metas de desempenhos individuais e/ou de equipes alinhadas com as metas das unidades e do PEI?	6%		
(P3.2)	O Tribunal capacita todos os membros da alta administração e demais gestores em gestão de desempenho?	6%		
(P3.3)	Executa procedimentos que resguardam a transparência e a imparcialidade do sistema de avaliação de desempenho?	6%		
(P3.4)	Conduz análises para identificar causas de falhas de desempenho, propondo ações de melhorias?	6%		
(P3.5)	O Tribunal verifica se as avaliações refletem o desempenho efetivo dos avaliados?	6%		
		<b>30%</b>		
(P4) GESTÃO DE TALENTOS		Peso	SIM/NÃO	Pontuação
(P4.1)	O Tribunal executa processo formal, baseado em competências, para a seleção de gestores?	5%		
(P4.2)	O Tribunal executa processo formal, baseado em competências, para a alocação e a movimentação	5%		

	interna de servidores?			
(P4.3)	O Tribunal avalia as atividades de recrutamento e seleção com base em metas de redução de lacunas de competências?	5%		
(P4.4)	O Tribunal oferece cursos introdutórios ou de formação e ambientação organizacional aos novos servidores e gestores?	5%		
(P4.5)	Executa programas de incentivo e reconhecimento com foco na retenção de colaboradores de alto desempenho que possuam competências críticas para o cumprimento da missão organizacional?	5%		
		<b>25%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

### **Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Implantar Programa de Gestão por Competências;
- Gerenciar a unidade e setores vinculados com base nos dados coletados no Programa de Gestão por Competências;
- Desenvolver projeto de fortalecimento do Programa de Gestão por Competências;
- Implantar política de Gestão de Mudanças;
- Implantar programa de capacitação continuada.

Indicadores relacionados ao Objetivo 10.

Prover o Regional de infraestrutura física adequada

Indicador 10.1 – Índice de Governança da Infraestrutura (IGovInfra)						
<b>Descrição</b>	Aferir o nível de aderência às práticas de gestão de obras de infraestrutura adotadas pela justiça brasileira, frente aos parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Administração					
<b>Periodicidade</b>	Trimestral: Tabela Auxiliar					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Planejamento, execução e monitoramento de obras	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Administração				
	(P2) Contratação de Obras	Secretaria de Administração				
	(P3) Referenciais de área e diretrizes para elaboração de projetos	Secretaria de Administração				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum\%(P1+P2+P3)$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 19</b>	Alcançar a média de governança da infraestrutura igual a 100%, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Esclarecimentos</b>	Na hipótese de algum item do questionário não ser aplicável por inocorrência da situação fática (inexistência de obra de grande porte, escolha de terreno ou imóvel, elaboração de projetos arquitetônicos e etc.) no período de apuração, a resposta deverá ser respondida afirmativamente.					

**TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META**

(P1) PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS		Peso	Respostas TRT5	
			SIM/NÃO	Pontuação
(P1.1)	O Tribunal possui Plano de Obras aprovado alinhado às Resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ?	6%		
(P1.2)	O Plano de Obras do Tribunal foi aprovado pelo seu Pleno, bem como suas atualizações ou alterações?	6%		
(P1.3)	O Tribunal editou norma complementar à operacionalização do disposto nas Resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ?	6%		
(P1.4)	O Tribunal elabora Planilha de Avaliação Técnica adotando como critérios a estrutura física e funcional do imóvel e sua adequação à prestação jurisdicional?	6%		
(P1.5)	O Tribunal possui Sistema de Priorização de Obras?	6%		
(P1.6)	Para a avaliação, aprovação e priorização das obras é emitido parecer técnico das unidades de engenharia, planejamento, orçamento e finanças	6%		



	e unidade de controle interno?			
(P1.7)	Os projetos das obras de grande porte a serem executadas passaram por avaliação e aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, excetuando-se àquelas dispensadas pela Resolução 70/2010-CSJT?	6%		
(P1.8)	O Tribunal encaminhou seu Plano de Obras ao CSJT acompanhado de justificativa técnica do Sistema de Priorização de Obras adotado?	6%		
(P1.9)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos projetos de obras?	6%		
(P1.10)	A unidade de Controle Interno do Tribunal fiscaliza as obras executadas, com vistas a garantir que estas não destoem dos princípios insculpidos na Resolução 70/2010-CSJT?	6%		
		<b>60%</b>		
<b>(P2) CONTRATAÇÃO DE OBRAS</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	Os editais para a contratação de obras e serviços de engenharia adotam, como critérios mínimos, os parâmetros e as orientações para precificação, elaboração de editais, composição da Bonificação de Despesas Indiretas - BDI, habilitação técnica e cláusulas essenciais nos contratos?	4%		
(P2.2)	Os editais de licitação de obras e serviços de engenharia estabelecem a obrigatoriedade das empresas contratadas absorverem, na execução do contrato, o percentual mínimo de dois por cento de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas e penas alternativas, conforme a Resolução nº 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça?	4%		
(P2.3)	Na elaboração do orçamento-base que integrará o edital de licitação são estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços unitários com a fixação de preços máximos?	4%		
(P2.4)	O Tribunal realiza licitações separadas para a aquisição de equipamentos e de mobiliário para início da utilização da obra?	4%		
(P2.5)	Para contratação de serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem ou nos casos de elaboração de obras de arte especiais, em áreas que não apresentem interferência urbana, são utilizadas como parâmetros de custo, preferencialmente, as tabelas do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)?	4%		
		<b>20%</b>		
<b>(P3) REFERENCIAIS DE ÁREA E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	Na elaboração de projetos arquitetônicos o Tribunal adota os referenciais de área previstos na Resolução 70/2010-CSJT?	5%		
(P3.2)	Os projetos arquitetônicos têm como diretriz a flexibilidade dos espaços, utilizando-se sistemas construtivos que permitem a rápida readequação dos ambientes, ao menor custo possível, quando necessárias às modificações do sistema de prestação jurisdicional?	5%		

(P3.3)	Os projetos arquitetônicos consideram as normas técnicas e legislações de acessibilidade e sustentabilidade ambiental?	5%		
(P3.4)	Por ocasião da escolha de terreno ou de imóvel pronto para abrigar os serviços jurisdicionais, o Tribunal contata os órgãos afins da Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, INSS, OAB, AGU, entre outros) para que analisem a viabilidade de estabelecerem suas sedes em área urbanística integrada?	5%		
		<b>20%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

### Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:

- Desenvolver projeto de construção da nova sede do TRT da 5ª região no CAB;
- Desenvolver projeto de adequação da infraestrutura física dos Fóruns;

Promover a criação de um espaço físico adequado nos diversos Fóruns Trabalhistas, inclusive, nas cidades do Interior do Estado, para a realização das mediações.

## ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

### ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

#### (REGULAMENTO GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO) – RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 027/2003.

**Estrutura - Art. 280.** O Órgão de Controle Interno será dirigido por servidor estável do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com graduação em curso de nível superior, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria – CJ3, e contará com três (03) Assistentes Administrativos – FC4.

**Estrutura - Art. 281.** O Órgão de Controle Interno tem a seguinte estrutura e funções comissionadas a ele vinculados:

I. Departamento de Análise de Atos de Pessoal, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;

II. Departamento de Auditoria Operacional e Análise de Licitações e Contratos, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;

III. Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5.

**Atribuições - Art. 282.** Compete ao Órgão de Controle Interno:

I. assessorar a Presidência do Tribunal nas questões relativas às áreas administrativa e financeira da Justiça do Trabalho da 5ª Região, dentro do quanto dispõe o art. 74 da Constituição Federal;

II. verificar, anualmente, as contas do Ordenador de Despesas e demais responsáveis, elaborando relatórios e emitindo certificados de Auditoria, que integrarão a tomada de contas;

III. emitir pronunciamento final acerca de processos e/ou expedientes que lhe sejam enviados para exame;

IV. encaminhar a Tomada de Contas Anual para o Tribunal de Contas da União;

V. atuar, junto ao Tribunal de Contas da União, nas ações de sua competência;

VI. programar e viabilizar, junto à Presidência, auditorias ordinárias e extraordinárias;

VII. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 283.** Compete ao Departamento de Análise de Atos de Pessoal:

- I. analisar e instruir processos da área de pessoal, inclusive aqueles relativos à admissão, aposentadoria, pensão, desligamento e exoneração, verificando a sua regularidade;
- II. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- III. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, junto à sua área de atuação;
- IV. elaborar a relação das autoridades responsáveis pelos atos de admissão e de desligamento de pessoal, e de concessão de aposentadorias e pensões;
- V. fiscalizar o cumprimento da exigência de entrega das declarações de bens e rendas;
- VI. cumprir diligências do Tribunal de Contas da União, relativas a admissões, desligamentos, aposentadorias e pensões;
- VII. pronunciar-se, no tocante à interpretação de leis, decretos, decisões do Tribunal de Contas da União e de Tribunais Superiores e outros dispositivos normativos pesquisados e/ou recebidos pela Departamento, pertinentes à área de atuação do Órgão de Controle Interno.
- VIII. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 284.** Compete ao Departamento de Auditoria e Análise de Licitações e Contratos:

- I. promover auditorias programadas e/ou solicitadas pelo Diretor da Secretaria;
- II. promover auditoria mensal, por amostragem, na folha de pagamento de pessoal;
- III. impugnar atos ilegais de remuneração;
- IV. analisar e instruir os processos de licitação e contrato;
- V. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, na sua área de atuação;
- VI. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 285.** Compete ao Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros:

- I. controlar, por meio de sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, os recursos orçamentários e financeiros da Justiça do Trabalho da 5a Região;
- II. conferir os índices relativos à execução orçamentária;
- III. analisar os registros contábeis no sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IV. verificar a correção dos atos de execução do orçamento da Justiça do Trabalho da 5a Região, em todos os aspectos da realização da despesa;
- V. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- VI. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, em sua área de atuação;
- VII. analisar os processos de suprimento de fundos;
- VIII. conferir os relatórios contábeis que integrarão a tomada de contas anual;
- IX. conferir os relatórios de gestão fiscal e acompanhar a sua publicação;
- X. analisar a variação patrimonial dos Juízes e servidores ocupantes de cargos e/ou funções comissionadas, anualmente;
- XI. proceder à análise contábil e à conferência das folhas de pagamento de pessoal;
- XII. executar outros atos e atividades afins.

## **ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS**

Não houve, no período, qualquer situação de apuração de ilícitos.

## AUTOAVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

### ITEM 2 – INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

#### 2.2 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre:

- estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A Secretaria de Controle Interno está vinculada a Presidência do TRT 5ª Região, e trabalha sob as orientações e determinações do Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, atuando nas ações coordenadas de auditoria e prestando informações necessárias quando solicitadas.

- a) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Em 2014 foram realizadas 23 auditorias nas áreas de Pessoal e Recursos Humanos, Licitações e contratos e nas áreas de Orçamento e Finanças. Os resultados não apontaram fraudes ou ilícitos que resultaram em danos ao erário.

- b) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

O plano anual de auditoria foi executado em aproximadamente 80% das auditorias planejadas, com a inserção de 3 auditorias que não estavam no planejamento. As informações e principais constatações, bem como as providências adotadas encontram-se no quadro A.11.2.1 deste relatório.

- c) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Houve a necessidade de se efetivar um redesenho na estrutura organizacional da unidade de auditoria, com alterações tanto nas competências quanto no funcionamento da Secretaria de Controle Interno, o que gerou ganhos operacionais. A nova estrutura passou a ser definida pelo ATO TRT5 n.º 150/2014, *litteris*:

ATO TRT5 n.º 150/2014

Alteração nas competências e funcionamento da SCI

**Art. 1º** A competência e o funcionamento da Secretaria de Controle Interno, cuja finalidade, observado o disposto no inciso IV do art. 74 da Constituição Federal de

1988, é apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, obedecerão ao disposto neste Ato.

**Art. 2º** À Secretaria de Controle Interno, unidade vinculada à Presidência, com afinalidade precípua de supervisionar a correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sob os aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade, incumbe o exercício das seguintes competências:

- I – realizar, por iniciativa própria, auditorias ou fiscalizações, conforme definidas neste Ato, nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial, operacional e de pessoal das unidades administrativas deste Tribunal, com vista a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;
- II – orientar os gestores do Tribunal no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades;
- III – certificar, nas contas anuais do Tribunal, a gestão dos responsáveis por bens e dinheiros públicos;
- IV – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de trabalho constantes do orçamento geral da União para o Tribunal;
- V – elaborar e submeter previamente à aprovação do Presidente do Tribunal, até 30 de novembro de cada ano, o Plano Anual de Auditoria – PAA do ano subsequente, e até 30 de novembro de cada quadriênio, o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP;
- VI – fiscalizar o cumprimento, pelas autoridades e servidores, da exigência de entrega das declarações ou das autorizações de acesso às Declarações de Bens e Rendas;
- VII – emitir parecer quanto à exatidão e à legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão expedidos pelo Tribunal, inclusive quando se tratar de melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial, na forma definida em instrução normativa oriunda do Tribunal de Contas da União e no Plano Anual de Auditoria - PAA;
- VIII – manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com unidades de controle interno de outros órgãos da Administração Pública;
- IX – representar ao Presidente do Tribunal em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada;
- X – executar os demais procedimentos correlatos com as funções de auditoria interna, conforme Resolução CNJ nº 171/2013;
- XI – propor rotinas e procedimentos, normas, manuais e ações referentes à sua área de atuação, com vistas à melhoria contínua das atividades, processos de trabalho e resultados da unidade;
- XII – fornecer subsídios para a proposição de programas de intercâmbio de conhecimentos ou de ação conjunta com órgãos e entidades cujas competências se correlacionem com as matérias pertinentes à sua área de atuação;
- XIII – avocar quaisquer procedimentos e processos licitatórios em curso nas unidades administrativas deste Regional, para exame de sua regularidade, propondo, se for o caso, a adoção de providências, ou a correção de falhas;
- XIV – subsidiar meios e informações no apoio ao Tribunal de Contas da União, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho no exercício de suas missões institucionais;
- XV – zelar pela qualidade e pela independência do sistema de controle interno;
- XVI – realizar auditoria não prevista no Plano Anual de Auditoria – PAA ou no Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, sob a denominação de Auditoria Extraordinária; e

XVII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

**Art. 3º** Para o exercício das atribuições ora estabelecidas, a Secretaria de Controle Interno utilizará como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, os seguintes conceitos:

I – Auditoria – exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos;

II – Inspeção Administrativa – técnica de prevenção e controle utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos praticados por agentes responsáveis no âmbito das unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça; e

III – Fiscalização – técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido e atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação dos resultados.

**Art. 4º** As auditorias serão acompanhadas quanto ao seu cumprimento, e as determinações endereçadas aos auditados serão obrigatoriamente monitoradas, e as recomendações ficarão a critério da unidade de controle interno.

**Art. 5º** O monitoramento das auditorias consiste no acompanhamento das providências adotadas pelo titular da unidade auditada em relação às recomendações constantes do relatório, no qual deverá constar prazo para atendimento e comunicação das providências adotadas.

**Art. 6º** São deveres dos servidores designados para realização de auditorias:

I – manter atitude de urbanidade, respeito e consideração para com os colegas das unidades submetidas a processos de fiscalização;

II – atender aos requisitos de objetividade, clareza, precisão e concisão na elaboração de relatórios de auditoria; e

III – guardar sigilo de dados e informações obtidos no exercício de suas atividades de auditoria, inspeção e diligência, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à apreciação dos superiores hierárquicos.

**Art. 7º** São prerrogativas dos servidores responsáveis pela realização das auditorias:

I – acessar registros e informações necessários à realização das atividades de fiscalização, sendo garantido o livre ingresso às unidades do tribunal;

II – requerer, por escrito, aos responsáveis pelas unidades auditadas, documentos e informações necessárias à realização dos procedimentos de fiscalização, estabelecendo prazos razoáveis para o atendimento; e

III – encaminhar, caso necessário, requerimento ao Diretor Geral para a obtenção de apoio técnico-institucional imprescindível à realização dos procedimentos de fiscalização.

Parágrafo único. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado à Secretaria de Controle Interno em suas atividades de fiscalização, sob qualquer pretexto, devendo o atendimento ser prestado de forma tempestiva e completa.

**Art. 8º** É vedada a participação de servidores da Secretaria de Controle Interno em quaisquer comissões instituídas no âmbito do Tribunal, ante o princípio de segregação de funções.

**Art. 9º** Deve ser evitada a participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar cogestão, e por este motivo prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria.

**Art. 10.** Para o melhor desempenho das atividades de controle, quanto aos aspectos técnicos, operacionais e gerenciais, o Diretor da Secretaria de Controle Interno poderá baixar Controles de Procedimento, com vistas a disciplinar, no âmbito interno da

Secretaria, a aplicação do estabelecido no presente Ato, observando-se, no que couber, a Resolução CNJ nº 171/2013.

**Art. 11.** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal

- d) opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

Os componentes ambiente de controle, informação de comunicação e procedimentos de controle encontram-se satisfatórios e adequados, e os componentes avaliação de riscos e monitoramento ainda precisam ser implantados ou desenvolvidos neste regional, pois na avaliação foram considerados insatisfatórios.

<b>Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</b>					
<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de				X	

responsabilidade da unidade.					
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p><b>Análise crítica e comentários relevantes:</b> Item 4:v.Resolução Administrativa TRT5 nº076, de 24/11/2014. Item 18: v. ATO TRT5 nº 0440, de 17/09/2014 (inventário).</p> <p>A participação de servidores na elaboração dos procedimentos e instruções operacionais ocorre por meio de comissões estratégicas, a exemplo de: Autogestão; CAB; Orçamento, Planejamento Estratégico e PROAD (processo eletrônico Administrativo, a ser implantado em julho de 2015).</p> <p>Os objetivos e metas deste TRT5 estão formalizados no Planejamento Estratégico deste órgão.</p> <p>A avaliação da atuação do sistema de controle interno da UJ, no exercício 2014, revela melhoria no aspecto da governança, decorrente principalmente da definição de maneira mais clara e adequada, por meio de atos próprios das responsabilidades das unidades administrativas, de servidores e magistrados.</p> <p>O manejo pela Secretaria de Gestão Estratégica de ferramentas de gestão está permitindo o monitoramento dos resultados alcançados, em busca de uma análise de risco eficiente, instrumento de fundamental importância para as tomadas de decisões pela Alta Administração da UJ.</p>					



## CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

O TRT5 mantém diversos canais de acesso do cidadão, tanto às unidades jurisdicionadas, quanto à administração do Tribunal.

Além do acesso direto e pessoal, sem a necessidade de prévio agendamento (nos casos que não envolvam a figura do presidente, por conta da agenda institucional), o cidadão tem acesso a diversas informações e serviços, por meio do endereço eletrônico do TRT5 ([www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br)). Ali poderão ser verificados os endereços físicos e para postagens, de modo que se possa fazer solicitações, reclamações, denúncias, elogios, sugestões, etc., sem a necessidade de comparecimento ao órgão.

## CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Conquanto não tenha sido elaborada e divulgada sob a forma de uma Carta de Serviços ao Cidadão, o TRT da 5ª Região tem promovido, de forma alinhada com o Decreto n.º 6.932/2009, e sob a orientação da Corte Superior, a simplificação de procedimentos. A exemplo, cite-se a busca pela racionalização de procedimentos; a implantação de soluções tecnológicas que têm facilitado processos e procedimentos de atendimento. Neste particular, tem-se como marco importante a recente implantação do PJ-e (Processo Judicial Eletrônico) que, a um tempo, reduziu o trânsito de partes e advogados nas dependências do TRT5, com ganho significativo de tempo e de recursos materiais, e ampliou a agilidade na tramitação dos processos.

Outro dos significativos exemplos vem da expedição de certidões negativas de dívidas trabalhistas (CNDT), poderoso instrumento de controle e fiscalização da sociedade.

## AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

A seguir, os indicadores relativos aos índices de Responsabilidade socioambiental (IRS); bem assim, o resultado aferido, de relação à satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços deste TRT5.

Manter as práticas socioambientais sustentáveis

<b>Indicador 1.2 – Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)</b>		
<b>Descrição</b>	Mede a quantidade de pessoas beneficiadas com os projetos socioambientais e outras ações voltadas para promoção da cidadania e do bem-estar.	
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Projetos Especiais	
<b>Periodicidade</b>	Mensal	
<b>Polaridade</b>	Para cima	
<b>Parâmetro</b>	(P.1) Quantidade de pessoas	<b>Responsáveis</b>

<b>Indicador 1.2 – Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)</b>						
	beneficiadas com as ações socioambientais no período			Coordenadoria de Projetos Especiais		
<b>Fórmula de cálculo</b>	$\sum P1$					
<b>Linha de base</b>	2012: 1.665 pessoas; 2013: 2.793 pessoas; 2014: 1.455 pessoas (1º semestre)					
<b>Meta2</b>	Manter o patamar superior a 9.000 pessoas beneficiadas, ao ano, pelas ações socioambientais, até 2020.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>4.000	>5.000	>6.000	>7.000	>8.000	>9.000

### **Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Elaborar política e estabelecer instrumentos e diretrizes de responsabilidade socioambientais;
- Reestruturação e aperfeiçoamento dos programas socioambientais do TRT5;
- Implementar grupo de orientação sobre os direitos do cidadão;
- Implementar projeto da Anamatra/Amatra5 de responsabilidade social com real, concreto e efetivo apoio da Administração do tribunal ao TJC (Trabalho, Justiça e Cidadania);
- Desenvolver Projeto Acessibilidade;
- Associar a Justiça Itinerante às ações de responsabilidade social, reunindo esforços financeiros e humano;
- Desenvolver programas ou convênios com o MP e Secretarias Municipais (de Assistência Social e Saúde) para implantar (criar) e implementar (melhorar) equipes multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos, terapeutas), entre outros, para assessoramento dos magistrados;
- Institucionalizar a realização da Pesquisa de Satisfação a cada semestre com a divulgação dos resultados para o público interno e externo;

Afetação das demandas e ações a uma área ou setor específico, sob a coordenação dos gestores regionais do programa trabalho seguro e trabalho infantil.

#### Análise dos Resultados da Pesquisa de Satisfação de Cliente Externo do TRT5

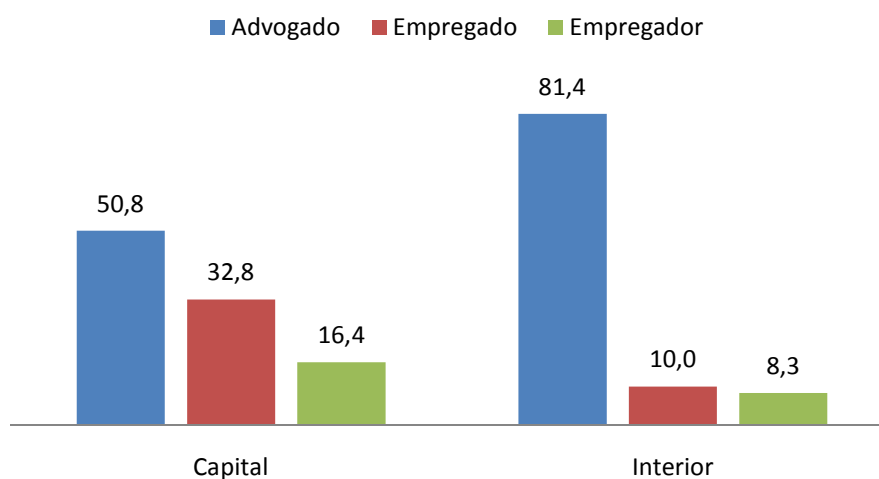
Período de realização: dezembro de 2012

Público: Clientela externa do TRT5, através de amostra aleatória, conforme Tabela 1 e Gráfico 1.

**Tabela 1.** Identificação do entrevistado de acordo com a origem.

Identificação	Origem		Total
	Capital	Interior	
Advogado	65 (50,8%)	236 (81,4%)	302 (72,0%)
Empregado	42 (32,8%)	29 (10,0%)	72 (17,0%)
Empregador	21 (16,4%)	24 (8,3%)	45 (10,8%)
Outros	-	1 (0,3%)	1 (0,2%)
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>290</b>	<b>418</b>

**Gráfico1.** Identificação do entrevistado de acordo com a origem.



Cidades/ Varas que participaram da pesquisa:

Salvador

2ª Vara de Alagoinhas

Bom Jesus da Lapa

1ª Vara de Candeias

Conceição do Coité

Cruz das Almas

Euclides da Cunha

3ª Vara de Feira de Santana

4ª Vara de Feira de Santana

6ª Vara de Feira de Santana

Guanambi

1ª Vara de Ilhéus

2ª Vara de Ilhéus

Itaberaba

Itamaraju

1ª Vara de Juazeiro

Porto Seguro

Santo Amaro

Santo Antonio de Jesus

Senhor do Bonfim

2ª Vara de Simões Filho

Teixeira de Freitas

Valença

1ª Vara de Vitória da Conquista

2ª Vara de Vitória da Conquista

1 vara do interior não identificada

#### Parte I:

A satisfação dos clientes externos do TRT5 foi avaliada em dois tópicos principais: infraestrutura e serviços prestados.

O formulário constou de 19 perguntas e a avaliação quanto à satisfação dos clientes foi distribuída em quatro categorias de respostas:

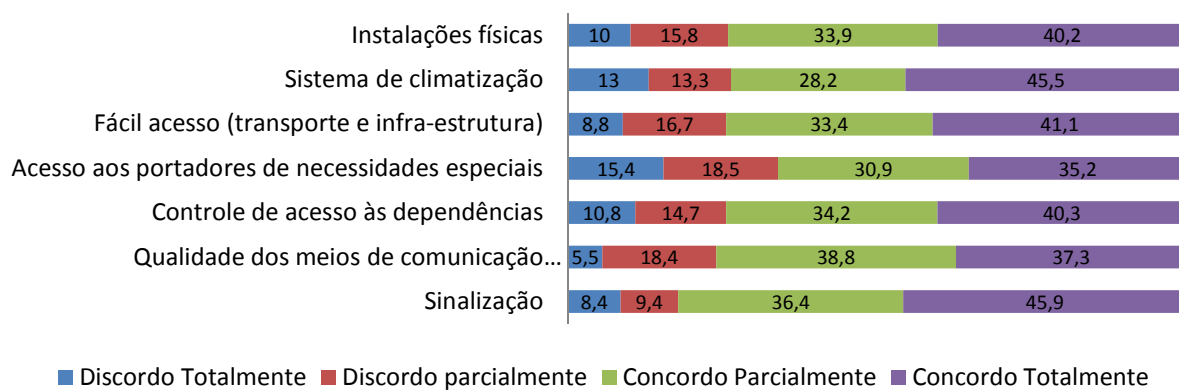
- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

#### I. Infraestrutura:

No somatório geral das respostas que expressam satisfação (total + parcial) quanto à infraestrutura disponibilizada pelo TRT5 nas suas dependências, os aspectos avaliados obtiveram uma percentagem de satisfação (total + parcial) acima de 73,7%, com exceção da pergunta: “O TRT e as Varas do Trabalho facilitam o acesso aos portadores de necessidades especiais às suas instalações”, cujo resultado para a concordância (total+parcial) foi 66,1%.

O aspecto que se destaca positivamente é a “sinalização dos ambientes do Tribunal e Varas do Trabalho” (82,3%), conforme Gráfico 2.

**Gráfico 2:** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5



**Tabela 2.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5.

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
1-Os ambientes do Tribunal e Varas do Trabalho são bem sinalizados	8,4	9,4	36,4	45,9
Estou satisfeito com a qualidade dos meios de comunicação disponibilizados.	5,5	18,4	38,8	37,3
Estou satisfeito com o controle de acesso às dependências.	10,8	14,7	34,2	40,3
O TRT e as Varas do Trabalho facilitam o acesso aos portadores de necessidades especiais às suas instalações.	15,4	18,5	30,9	35,2
O TRT e as Varas do Trabalho estão instalados em locais de fácil acesso (transporte e infraestrutura).	8,8	16,7	33,4	41,1
Estou satisfeito com o sistema de climatização (ar-condicionado).	13,0	13,3	28,2	45,5
Estou satisfeito com as instalações físicas.	10,0	15,8	33,9	40,2
Infraestrutura em geral	10,3	15,3	33,7	40,8

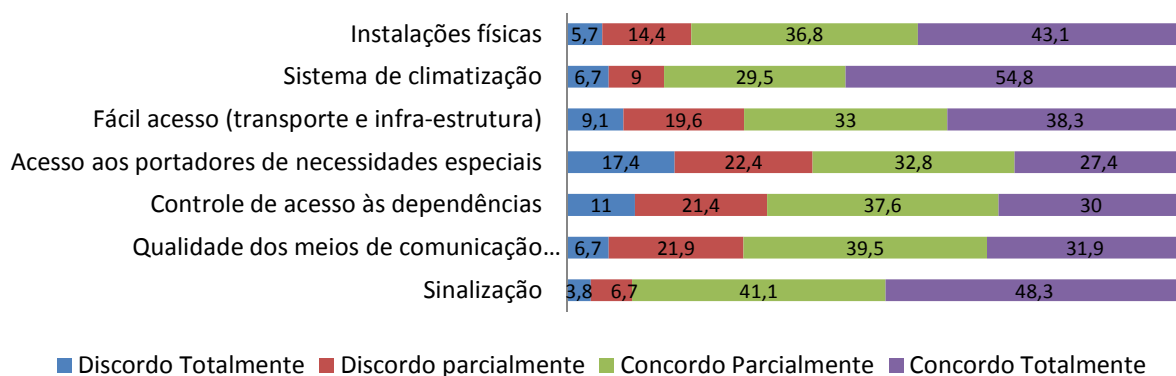
### I.1 Comparação dos resultados da avaliação da infraestrutura entre Capital e Interior:

O aspecto mais bem avaliado nos Fóruns da Capital foi quanto à sinalização dos ambientes, com um percentual total de concordância de 89,4, tendo inclusive predominado a concordância total (48,3) sobre a parcial (41,1).

A climatização dos ambientes nos fóruns da Capital foi o segundo aspecto mais bem avaliado, apresentando um percentual de 84,3 de concordância total, tendo predominado significativamente neste resultado a concordância total (54,8).

A satisfação com as instalações físicas aparece como o terceiro aspecto mais bem avaliado nos fóruns da Capital, com um percentual total de concordância de 79,9, também predominando neste resultado a concordância total (43,1).

**Gráfico 3.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5 - Capital.



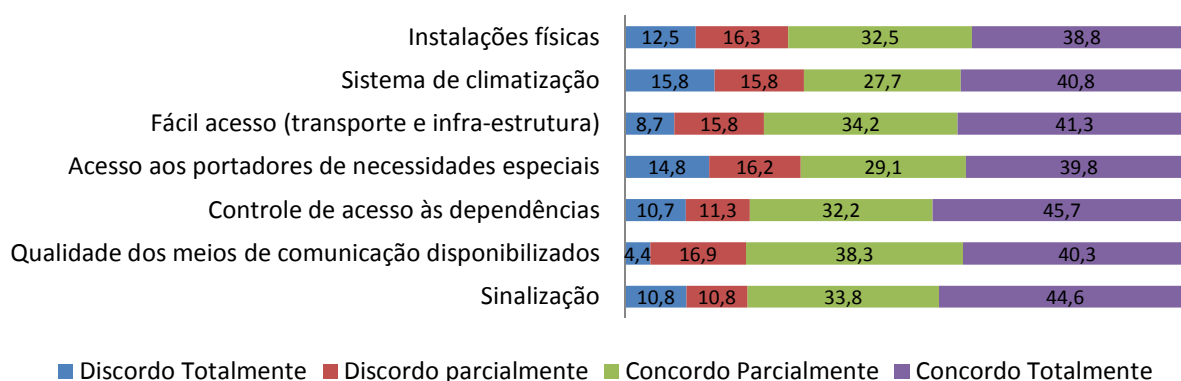
As diferenças significativas encontradas entre os fóruns da Capital e do Interior foram quanto ao aspecto da climatização, de 15,8 pontos a mais para a Capital e ao aspecto da sinalização, cuja diferença de pontos percentuais encontrada foi 11,0 pontos a mais para os fóruns da Capital (vide Intervalo de Confiança – IC calculado no Quadro 1).

**Quadro 1** – Comparação entre Capital e Interior das questões que apresentaram resultado mais satisfatório na Capital

Pergunta	Percentual (IC 90%) de Concordância (total + parcial)	
	Capital	Interior
Os ambientes do Tribunal e Varas são bem sinalizados	Concordo parcialmente: 41,1 Concordo totalmente: 48,3 Total: 89,4 (85,2 – 93,6)	Concordo parcialmente: 33,8 Concordo totalmente: 44,6 Total: 78,4 (74,2 – 82,7)
Estou satisfeito com o sistema de climatização (ar-condicionado).	Concordo parcialmente: 29,5 Concordo totalmente: 54,8 Total: 84,3 (79,4 – 89,2)	Concordo parcialmente: 27,7 Concordo totalmente: 40,8 Total: 68,5 (63,8 – 73,2)
Estou satisfeito com as instalações físicas.	Concordo parcialmente: 36,8 Concordo totalmente: 43,1 Total: 79,9 (74,5 – 85,3)	Concordo parcialmente: 32,5 Concordo totalmente: 38,8 Total: 71,3 (66,7 – 75,9)

Os fóruns do Interior foram mais bem avaliados na questão “Estou satisfeito com a qualidade dos meios de comunicação disponibilizados”, com um percentual de concordância de 78,6% (somando-se a concordância total mais a parcial), no aspecto da “sinalização do ambiente” (78,4%) e no “controle de acesso às dependências” (77,9%).

**Gráfico 4.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5 - Interior.



No Quadro 2 encontramos os aspectos que foram mais bem avaliados nos fóruns do Interior em relação aos fóruns da Capital.

As diferenças encontradas não são significativas, conforme pode-se observar a partir do Intervalo de Confiança – IC calculado.

Observe-se que no resultado da avaliação dos fóruns do Interior para os aspectos listados no quadro abaixo a concordância total predominou sobre a concordância parcial.

No entanto, no resultado para a Capital, a concordância parcial predominou, com exceção da questão relacionada à localização em locais de fácil acesso.



**Quadro 2** – Comparação entre Capital e Interior das questões que apresentaram resultado mais satisfatório no Interior

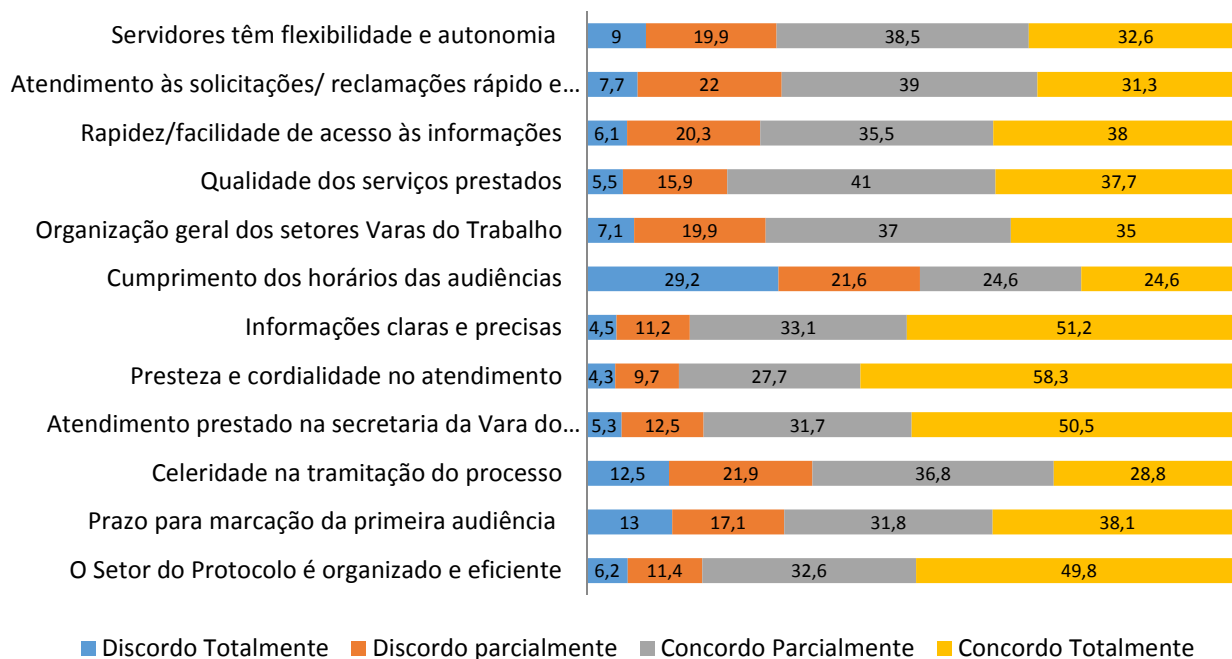
Pergunta	Percentual de Concordância (total + parcial) na Capital	Percentual de Concordância (total + parcial) no Interior
Estou satisfeito com a qualidade dos meios de comunicação disponibilizados.	Concordo parcialmente: 39,5 Concordo totalmente: 31,9 Total: 71,4 (65,3 – 77,5)	Concordo parcialmente: 38,3 Concordo totalmente: 40,3 Total: 78,6 (62,8 – 72,4)
Estou satisfeito com o controle de acesso às dependências.	Concordo parcialmente: 37,6 Concordo totalmente: 30 Total: 67,6 (65,2 – 77,4)	Concordo parcialmente: 32,2 Concordo totalmente: 45,7 Total: 77,9 (73,6 – 82,2)
O TRT e as Varas do Trabalho estão instalados em locais de fácil acesso (transporte e infraestrutura).	Concordo parcialmente: 33 Concordo totalmente: 38,3 Total: 71,3 (65,2 – 77,4)	Concordo parcialmente: 34,2 Concordo totalmente: 41,3 Total: 75,5 (71,1 – 79,9)
O TRT e as Varas do Trabalho facilitam o acesso aos portadores de necessidades especiais às suas instalações.	Concordo parcialmente: 32,8 Concordo totalmente: 27,4 Total: 60,2 (53,4 – 67,0)	Concordo parcialmente: 29,1 Concordo totalmente: 39,87 Total: 68,9 (64,1 – 73,7)

## II – Serviços Prestados:

No somatório geral (Capital e Interior), a satisfação dos clientes externos quanto aos serviços prestados pelo TRT5 destaca-se positivamente nos aspectos “presteza e cordialidade no atendimento” (86,0%), “informações claras e precisas” (84,3%), “atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho” (82,2%) e “organização e eficiência do Protocolo” (82,4%), ressaltando-se o alto índice de respostas de “concordo totalmente” apresentado a essas questões (58,3%, 51,2%, 50,5% e 49,8% respectivamente – gráfico 5 e tabela 3).

O aspecto crítico na avaliação foi o relacionado ao “cumprimento dos horários das audiências”, com um percentual de 50,8 de insatisfação (vide gráfico 5). A “celeridade na tramitação do processo” obteve um percentual de satisfação de 65,6, tendo predominado neste resultado as respostas de “concordo parcialmente” (36,8), sobre as de “concordo totalmente” (28,8).

**Gráfico 5.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5.



**Tabela 3.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5.

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	6,2	11,4	32,6	49,8
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	13,0	17,1	31,8	38,1
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	12,5	21,9	36,8	28,8
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	5,3	12,5	31,7	50,5
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	4,3	9,7	27,7	58,3
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	4,5	11,2	33,1	51,2
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários das audiências.	29,2	21,6	24,6	24,6
Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	7,1	19,9	37,0	35,0
Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	5,5	15,9	41,0	37,7
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	6,1	20,3	35,5	38,0
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	7,7	22,0	39,0	31,3
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais.	9,0	19,9	38,5	32,6
Serviços em geral	9,2	17,0	34,1	37,7

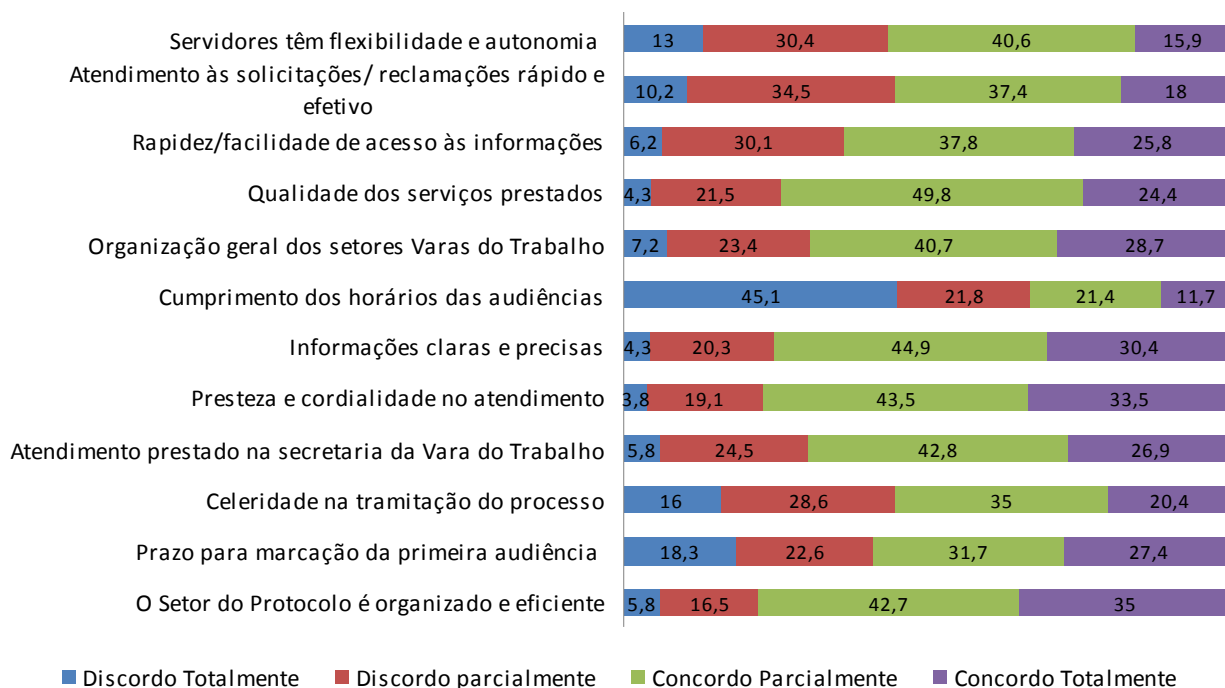
## II.1 – Comparação entre os resultados da Capital e do Interior quanto aos serviços prestados.

A satisfação dos clientes externos dos fóruns da Capital (vide Gráfico 6 e Tabela 4), que responderam à pesquisa destacou-se na questão “O Setor do Protocolo é organizado e eficiente”, obtendo um índice de respostas de concordância de 77,7%, na questão relacionada à “presteza e cordialidade no atendimento” (77,0%), na “clareza e precisão das informações prestadas pelos servidores” (75,8%), seguindo-se pela avaliação dada à questão “Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados” (73,2%).

O fator crítico encontrado nos fóruns da Capital foi o relacionado ao “cumprimento dos horários das audiências”, que obteve um percentual de satisfação de 33,1.

O percentual de satisfação coincidiu para as questões relacionadas à “celeridade na tramitação do processo” e “rapidez e efetividade no atendimento às solicitações e reclamações” (55,4) e que também são fatores cujo resultado desperta atenção.

**Gráfico 6.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Capital.



**Tabela 4.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Capital.

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	5,8	16,5	42,7	35,0
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	18,3	22,6	31,7	27,4
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	16,0	28,6	35,0	20,4
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	5,8	24,5	42,8	26,9
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	3,8	19,1	43,5	33,5
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	4,3	20,3	44,9	30,9
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários das audiências.	45,1	21,8	21,4	11,7
Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	7,2	23,4	40,7	28,7
Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	4,3	21,5	49,8	24,4
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	6,2	30,1	37,8	25,8
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	10,2	34,5	37,4	18,0
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais.	13,0	30,4	40,6	15,9
Serviços em geral	11,7	24,6	37,1	23,3

A satisfação dos clientes externos do TRT5 que responderam à pesquisa nos fóruns do Interior (vide Gráfico 7 e Tabela 5) destacou-se nos aspectos “presteza e cordialidade no atendimento” (90,0% de concordância, atentando-se para a predominância significativa neste resultado das respostas de “concordo totalmente” – 72,3%).

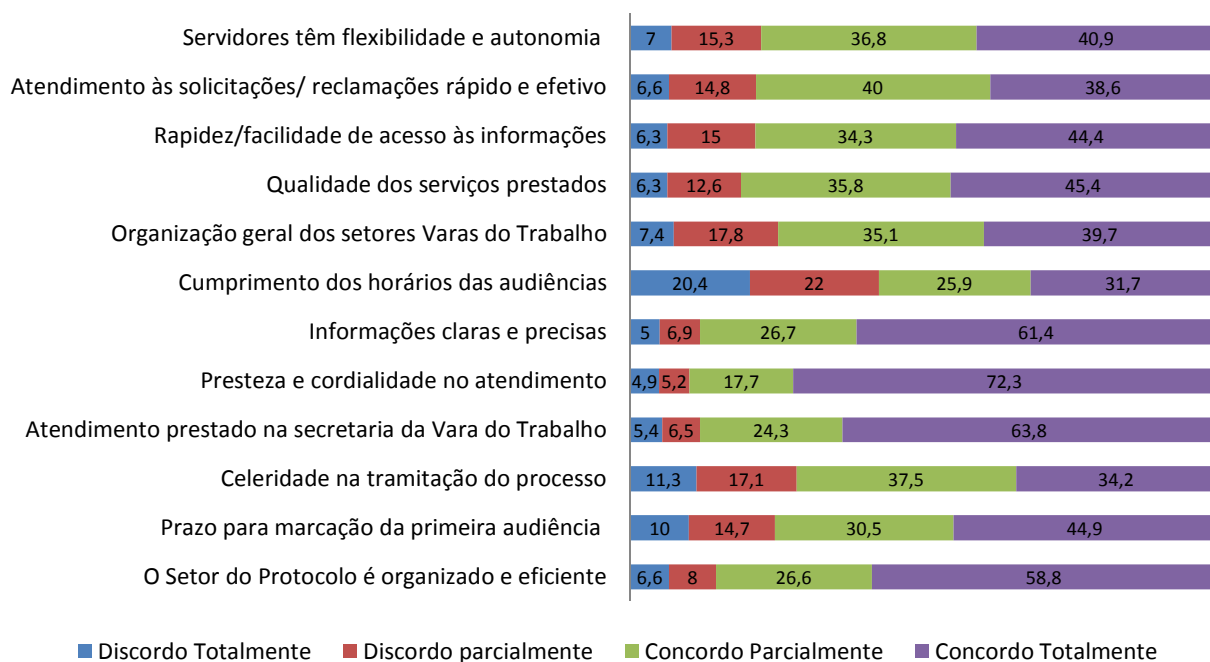
O percentual de satisfação coincidiu para as questões “Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho” e “As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas” (88,1% de concordância, predominando as respostas de “concordo totalmente”).

Estes resultados revelam que o atendimento nas secretarias das Varas do Trabalho nos fóruns do Interior é um ponto forte no serviço prestado pelo TRT5.

O Setor do Protocolo foi considerado organizado e eficiente por 85,4% dos clientes (somando-se as respostas de concordância e predominando neste resultado a resposta “concordo totalmente” – 58,8%), revelando-se também como ponto forte no serviço prestado pelo TRT5 nos fóruns da Capital.

O aspecto crítico no serviço prestado nos fóruns do Interior, assim como na Capital, foi quanto à satisfação com o “cumprimento dos horários das audiências” (57,6%).

**Gráfico 7.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Interior.



**Tabela 5.** Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Interior.

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	6,6	8,0	26,6	58,8
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	10,0	14,7	30,5	44,9
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	11,3	17,1	37,5	34,2
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	5,4	6,5	24,3	63,8
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	4,9	5,2	17,7	72,3
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	5,0	6,9	26,7	61,4
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários	20,4	22,0	25,9	31,7



das audiências.				
Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	7,4	17,8	35,1	39,7
Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	6,3	12,6	35,8	45,4
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	6,3	15,0	34,3	44,4
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	6,6	14,8	40,0	38,6
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais.	7,0	15,3	36,8	40,9
Serviços em geral	8,1	13,0	30,9	48,0

Os fóruns do interior obtiveram percentuais de satisfação maiores em comparação aos fóruns da Capital em todos os aspectos avaliados quanto aos serviços prestados no TRT5 (vide Quadros 3 e 4). Esta diferença é significativa nas questões relacionadas a:

**Quadro 3** – Aspectos avaliados com diferença significativa de resultado entre Capital e Interior

QUESTÃO AVALIADA	Diferença em pontos percentuais
Cumprimento dos horários das audiências	24,3
Atendimento rápido e efetivo às solicitações e reclamações	23,2
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais	21,2
Presteza e cordialidade no atendimento	20,0
Satisfação com o atendimento prestado na Vara do Trabalho	18,4
Prazo para marcação da primeira audiência	16,3
Celeridade na tramitação do processo	16,3
Satisfação com a rapidez e facilidade de acesso às informações	15,1
Clareza e precisão das informações prestadas pelos servidores	12,7

**Quadro 4**– Comparação entre os resultados obtidos pelos serviços prestados na Capital e no Interior, organizados em ordem decrescente de diferença.

Pergunta	Percentual de Concordância (total + parcial) na Capital	Percentual de Concordância (total + parcial) no Interior
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários das audiências.	Concordo parcialmente: 21,4 Concordo totalmente: 11,7 Total: 33,1 (26,7 – 39,5)	Concordo parcialmente: 25,9 Concordo totalmente: 31,7 Total: 57,6 (52,5 – 62,7)
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	Concordo parcialmente: 37,4 Concordo totalmente: 18,0 Total: 55,4 (49,9 – 60,8)	Concordo parcialmente: 40,0 Concordo totalmente: 38,6 Total: 78,6 (74,5 – 82,8)
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais	Concordo parcialmente: 40,6 Concordo totalmente: 15,9 Total: 56,5 (51,4 – 61,6)	Concordo parcialmente: 36,8 Concordo totalmente: 40,9 Total: 77,7 (73,3 – 82,1)
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	Concordo parcialmente: 43,5 Concordo totalmente: 33,5 Total: 77,0 (71,7 – 82,4)	Concordo parcialmente: 72,3 Concordo totalmente: 17,7 Total: 90,0 (86,1 – 93,8)
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	Concordo parcialmente: 42,8 Concordo totalmente: 26,9 Total: 69,7 (64,2 – 75,2)	Concordo parcialmente: 24,3 Concordo totalmente: 63,8 Total: 88,1 (84,0 – 92,0)
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	Concordo parcialmente: 31,7 Concordo totalmente: 27,4 Total: 59,1 (52,7 – 65,6)	Concordo parcialmente: 30,5 Concordo totalmente: 44,9 Total: 75,4 (70,5 – 80,2)
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	Concordo parcialmente: 35,0 Concordo totalmente: 20,4 Total: 55,4 (49,5 – 61,2)	Concordo parcialmente: 37,5 Concordo totalmente: 34,2 Total: 71,7 (67,1 – 76,2)
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	Concordo parcialmente: 37,8 Concordo totalmente: 25,8 Total: 63,6 (57,8 – 69,5)	Concordo parcialmente: 34,3 Concordo totalmente: 44,4 Total: 78,7 (74,3 – 83,2)
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	Concordo parcialmente: Concordo totalmente: Total: 75,4 (70,1 – 80,6)	Concordo parcialmente: 26,7 Concordo totalmente: 61,4 Total: 88,1 (84,2 – 92,1)
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	Concordo parcialmente: 35,0 Concordo totalmente: 42,7 Total: 77,7 (72,3 – 83,1)	Concordo parcialmente: 26,6 Concordo totalmente: 58,8 Total: 85,4 (81,2 – 89,7)

Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	Concordo parcialmente: 40,7 Concordo totalmente: 28,7 Total: 69,4 (63,7 – 75,1)	Concordo parcialmente: 35,1 Concordo totalmente: 39,7 Total: 74,8 (70,2 – 79,4)
Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	Concordo parcialmente: 49,8 Concordo totalmente: 24,4 Total: 73,2 (69,3 – 79,0)	Concordo parcialmente: 35,8 Concordo totalmente: 45,4 Total: 78,2 (76,9 – 85,4)

### Parte II:

Os serviços avaliados nesta parte do formulário referem-se a canais disponibilizados para facilitação de acesso e de comunicação entre os clientes externos e o TRT5 e vice-versa.

Avaliou-se a satisfação dos clientes com relação ao “site do TRT5” e ao “Serviço de Ouvidoria do TRT5”

O “site do TRT5” foi considerado “bom” por 40% dos clientes que responderam à pesquisa. Somando-se ao percentual de respostas “Muito Bom” (22,1%) e “Excelente” (8,5%), obtemos um percentual de 70,9 de satisfação.

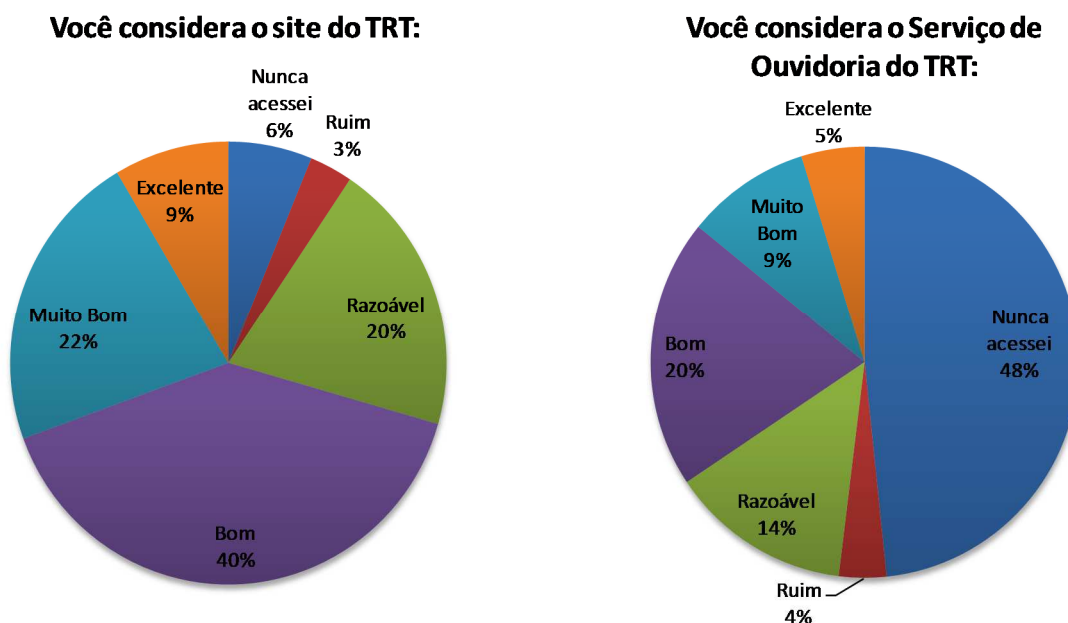
Em relação ao “Serviço de Ouvidoria do TRT5” 48,4% dos clientes que responderam nunca acessaram.

Entre os que acessaram, a satisfação foi expressa por 66,7% - somando-se as respostas de Bom (39,2%), Muito Bom (18,2%) e Excelente (9,3%).

**Tabela 6.** Avaliação pelo usuário de serviços prestados no TRT5 (%).

	Nunca acessei	Ruim	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente
Você considera o site do TRT:	6,2	3,2	20,1	40,0	22,1	8,5
Você considera o Serviço de Ouvidoria do TRT:	48,4	3,6	13,7	20,2	9,4	4,8

**Gráfico 8.** Avaliação pelo usuário de serviços prestados no TRT5 (%).



Foi avaliado o conhecimento ou não de alguns serviços específicos, sistemas ou recursos disponibilizados pelo Tribunal (vide Gráfico 9):

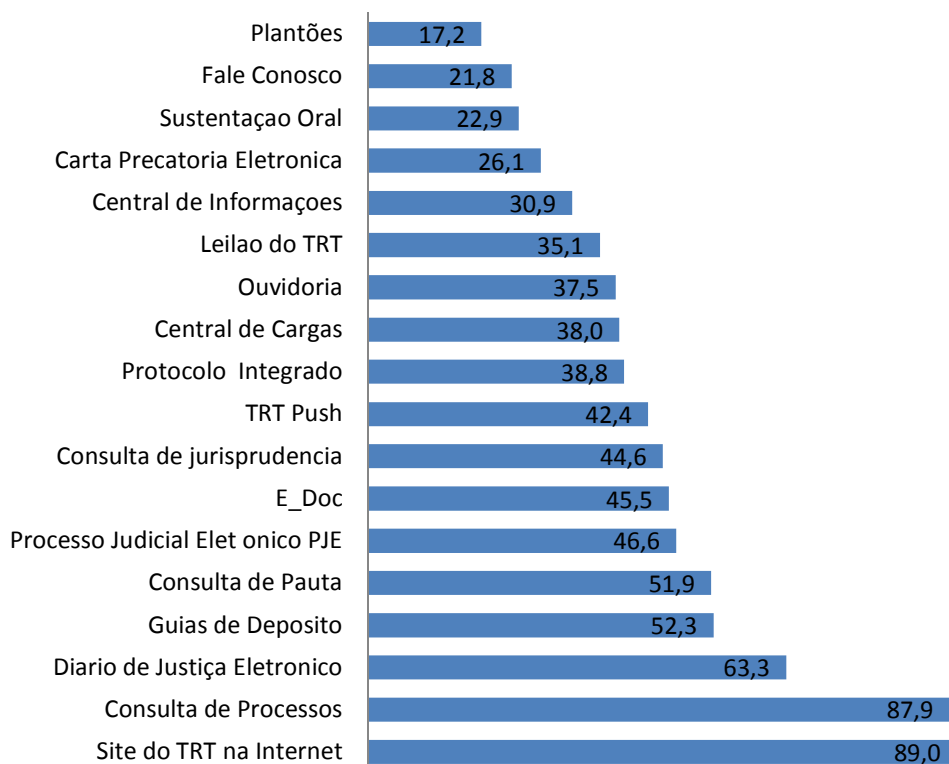
O Site do TRT na Internet obteve o maior percentual de conhecimento (89) entre os clientes que responderam à pesquisa, seguindo-se pela Consulta de Processos (87,9) e revelando alto nível de efetividade na comunicação com os clientes externos.

Com um percentual entre 63,3 e 51,9 os serviços Diário de Justiça Eletrônico, Guias de Depósito e Consulta de Pauta apresentaram um nível intermediário de conhecimento.

Os demais serviços avaliados apresentaram percentuais abaixo de 50 e acima de 26, revelando-se como pontos críticos quanto ao nível de conhecimento e à efetividade na comunicação com os clientes externos.

Remetendo-nos ao Gráfico 1, encontramos que no fórum da Capital 50,8% dos respondentes eram advogados e nos fóruns do Interior, esse percentual correspondeu a 81,4%.

**Gráfico 9.** Qual destes serviços você conhece? (%)



## MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A UJ vem buscando assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos dos cidadãos. Este é um objetivo estratégico que visa a satisfação do jurisdicionado, por meio de metas, como a razoável duração do processo e a consequente concretização fática da entrega do direito.

Neste escopo também estão inseridas medidas físicas de acessibilidade. É o caso das instalações de rampas de acesso em todas as unidades, cujas entradas não se encontrem no nível da rua; de elevadores especiais, para tornar acessíveis as dependências da UJ aos que estejam com dificuldade motora – temporária ou permanente; e de vagas especiais, nos termos da lei, para estacionamento de idosos e possuidores de deficiência (*Vide ao final quadro descritivo das ações da UJ neste sentido*).

Finalmente, mas não menos importante, a UJ tem buscado facilitar o acesso virtual às informações públicas, por meio do seu sítio na internet: [www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br). Ali os cidadãos, sejam ou não usuários dos serviços desta Especializada do Trabalho, têm acesso a diversas informações e/ou serviços, de forma gratuita, a exemplo da CNDT, hoje exigida, por exemplo, nas transações imobiliárias.

<b>Edificação</b>	<b>Área constr. m<sup>2</sup></b>	<b>Num. Pavim.</b>	<b>Sanitário p/ deficientes</b>	<b>Acesso p/ deficientes</b>
Sede Administrativa	7.851,95	6	SIM	SIM – rampa e elevadores Em fase final os estudos para implantação de plataforma elevatória
Coqueijo Costa	8.670,00	6	SIM	SIM – rampa e elevadores
Ed. Juiz Antonio Carlos Oliveira (Prédio das Varas da Capital)	20.683,60	11	SIM	SIM - elevadores
Alagoinhas	590,00	2	SIM	SIM - rampa
Barreiras	595,00	1	SIM	SIM
Bom Jesus da Lapa	605,71	1	SIM	SIM
Camaçari	1.132,90	1	SIM	SIM – rampa e elevador
Candeias	595,00	1	SIM	SIM
Cruz das Almas	461,00	1	SIM	SIM
Eunápolis	595,00	1	SIM	SIM
Feira de Santana	1.436,00	2	SIM	SIM – rampa e plataforma elevatória
Guanambi	595,00	1	SIM	SIM

Edificação	Área constr. m <sup>2</sup>	Num. Pavim.	Sanitário p/ deficientes	Referência	Acesso p/ deficientes
Ilhéus	906,00	1	SIM	Mun: 3573 RIP: 3573.00178.500-5	SIM - rampa
Ipiaú	331,50	2	SIM	Mun: 3579 RIP: 3579.00006.500-8	SIM - rampa
Irecê	610,00	1	SIM	Mun: 3593 RIP:	SIM
Itabuna	1.947,75	2	SIM	Mun: 3597 RIP: 3597.00044.500-3	SIM – rampa e plataforma elevatória
Itamaraju	353,00	1	SIM	Mun: 3613 RIP: 3613.00009.500-8	SIM
Jacobina	605,71	1	SIM	Mun: 3651 RIP: 3651.00009.500-0	SIM
Jequié	605,71	1	SIM	Mun: 3661 RIP: 3661.00114.500-9	SIM
Juazeiro	906,01	2	SIM	Mun: 3669 RIP: 3669.00025.500-0	SIM - rampa
Porto Seguro	605,71	1	SIM	Mun: 3807 RIP: 3807.00039.500-0	SIM
Santo Amaro	276,00	1	SIM	Mun: 3871 RIP: 3871.00014.500-5	SIM
S. Antônio de Jesus	461,00	1	SIM	Mun: 3873 RIP: 3873.00005.500-2	SIM
Simões Filho	843,98	2	SIM	Mun: 3913 RIP: 3913.00042.500-7 Mun: 3913 RIP: 3377.00043.500-2	<b>Prédio desativado</b>  SIM - rampa
Teixeira de Freitas	605,71	1	SIM	Mun: 3993 RIP: 3993.00014.500-2	SIM
Valença	605,72	1	SIM	Mun: 3957 RIP: 3957.00023.500-5	SIM
Vitória da Conquista	1.486,68	2	SIM	Mun: 3965 RIP: 3965.00052.500-4	SIM – rampa e plataforma elevatória

## PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

### I. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2010/2014

A partir de um referencial estratégico estabelecido, o TRT da 5ª da Região buscou identificar o seu negócio, a missão, a visão de futuro e os valores institucionais da organização. Elaborou-se diagnóstico de ambiente compreendendo a análise dos fatores internos e externos afetos à organização capazes de influenciar sua atuação.

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, considerando a necessidade de revisar o plano estratégico estabelecido pela Resolução CNJ nº 70 / 2009, dispôs sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Poder Judiciário por meio da Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, a qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano Estratégico, abrangendo um período mínimo de 6 anos, alinhado à Estratégia Judiciário 2020 e aprovado pelo Órgão Plenário ou Especial até 31 de março de 2015.

Em novembro de 2013, no VII Encontro Nacional do Judiciário, foram aprovados os objetivos /macrodesafios do Plano Estratégico do Judiciário para o período de 2015 - 2020.

A partir de um referencial estratégico estabelecido, o TRT da 5ª da Região promoveu a análise dos ambientes externo e interno da instituição a fim de estabelecer as diretrizes estratégicas, quais sejam, missão, valores, visão, objetivos, metas e indicadores, elementos esses que nortearão as iniciativas a serem trabalhadas nos próximos anos de vigência do plano estratégico

#### A) ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - ETAPAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5 2010/2014

##### *FASE 1: AÇÕES ANTERIORES AO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA*

- a) Realização de Pesquisa de Clima Organizacional com o público interno
- b) Realização de Pesquisa de Satisfação dos usuários externos
- c) Definição das equipes de Líderes, Líderes Ampliada e Equipe de Desenvolvimento
- d) Preparação e distribuição dos insumos para a entrevista inicial
- e) Preparação do roteiro de entrevistas
- f) Definição das entrevistas junto à equipe de líderes
- g) Aplicação das entrevistas junto à equipe de líderes
- h) Coleta das propostas de iniciativas das unidades deste Tribunal
- i) Coleta de insumos (25.09.2009)
- j) Compilação das informações apuradas nas entrevistas e nos insumos
- k) Organização das informações para o Fórum de Gestão Estratégica
- l) Organização do ambiente e do material a ser utilizado no Fórum de Gestão Estratégica
- m) Análise do ambiente externo
- n) Análise do ambiente interno
- o) Análise do ambiente interno e externo



*FASE 2: REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA (14 a 16 de outubro de 2009)*

- a) Programação do primeiro dia do Fórum de Gestão Estratégica
  - Apresentação de vídeo institucional
  - Palavra da Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
  - Palestra de convidados
  - Apresentação dos insumos
  - Definição da missão institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
  
- b) Programação do segundo dia do Fórum de Gestão Estratégica
  - Definição da visão institucional
  - Definição dos valores institucionais
  - Consolidação do perfil institucional
  - Definição dos objetivos estratégicos
  - Construção do mapa estratégico
  
- c) Programação do segundo dia do Fórum de Gestão Estratégica
  - Definição dos indicadores estratégicos
  - Definição das metas de longo prazo
  - Consolidação do mapa estratégico
  - Encerramento do Fórum

*FASE 3 – AÇÕES POSTERIORES AO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA*

- a) Preparação e confecção do Plano Estratégico
- b) Aprovação do plano
- c) Capacitação dos gestores de projetos
- d) Detalhamento das etapas dos projetos estratégicos
- e) Definição de indicadores e metas para os projetos estratégicos
- f) Definição das estratégias de acompanhamento dos indicadores estratégicos
- g) Preparação da primeira Reunião de Análise Estratégica
- h) Realização da primeira Reunião de Análise Estratégica

*METODOLOGIA*

A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico do TRT5 foi o BalancedScoreCard – BSC, método indicado pelo CNJ e adotado pelo Poder Judiciário, com as perspectivas: clientes, orçamento (finanças), processos internos e aprendizado e crescimento.

### *DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS*

Os trabalhos de implantação do planejamento estratégico do TRT 5ª Região foram desenvolvidos por equipe interna, contando com o apoio do CNJ que, por meio de contrato firmado com a Fundação Getúlio Vargas, viabilizou a consultoria necessária. A idéia foi provocar, receber e aproveitar propostas de ações e críticas de toda coletividade do TRT5.

### *APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO*

O prazo estabelecido pelo CNJ na meta nacional de nivelamento nº 01 para a aprovação do planejamento estratégico foi 31.12.2009. Concluída a documentação necessária, intitulada “A Estratégia do TRT da 5ª Região, foi publicada a Resolução Administrativa nº 56, de 16/12/2009 aprovando o planejamento estratégico do TRT da 5ª Região para 2010-2014.

### *INVESTIMENTO*

Levando-se em consideração que o planejamento estratégico foi construído de forma participativa, capitaneada por equipe interna deste Regional e com o suporte da Fundação Getúlio Vargas, esta contratada pelo Conselho Nacional de Justiça para atender a todos os órgãos do Poder Judiciário, não houve investimento no particular.

### *EQUIPES DE LÍDERES, LÍDERES AMPLIADA E EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO*

#### **EQUIPE DE LÍDERES**

- Paulino César Martins Ribeiro do Couto – Desembargador Presidente (Patrocinador)
- Ana Lúcia Bezerra Silva – Desembargadora Federal do Trabalho
- Vânia Jacira Tanajura Chaves - Desembargador Federal do Trabalho
- Valtércio Ronaldo de Oliveira - Desembargador Federal do Trabalho
- Dalila Nascimento Andrade – Desembargadora Federal do Trabalho
- Norberto Frerichs – Desembargador Federal do Trabalho
- Juiz de 2º grau - Indicação da AMATRA
- Juiz de 1º grau – Indicação da AMATRA
- AldersonAdães Mota Ribeiro – Juiz do Trabalho
- Diretor Geral
- Secretário Geral da Presidência
- Servidor – Indicação do SINDJUFE
- Servidor – Indicação do SINDJUFE

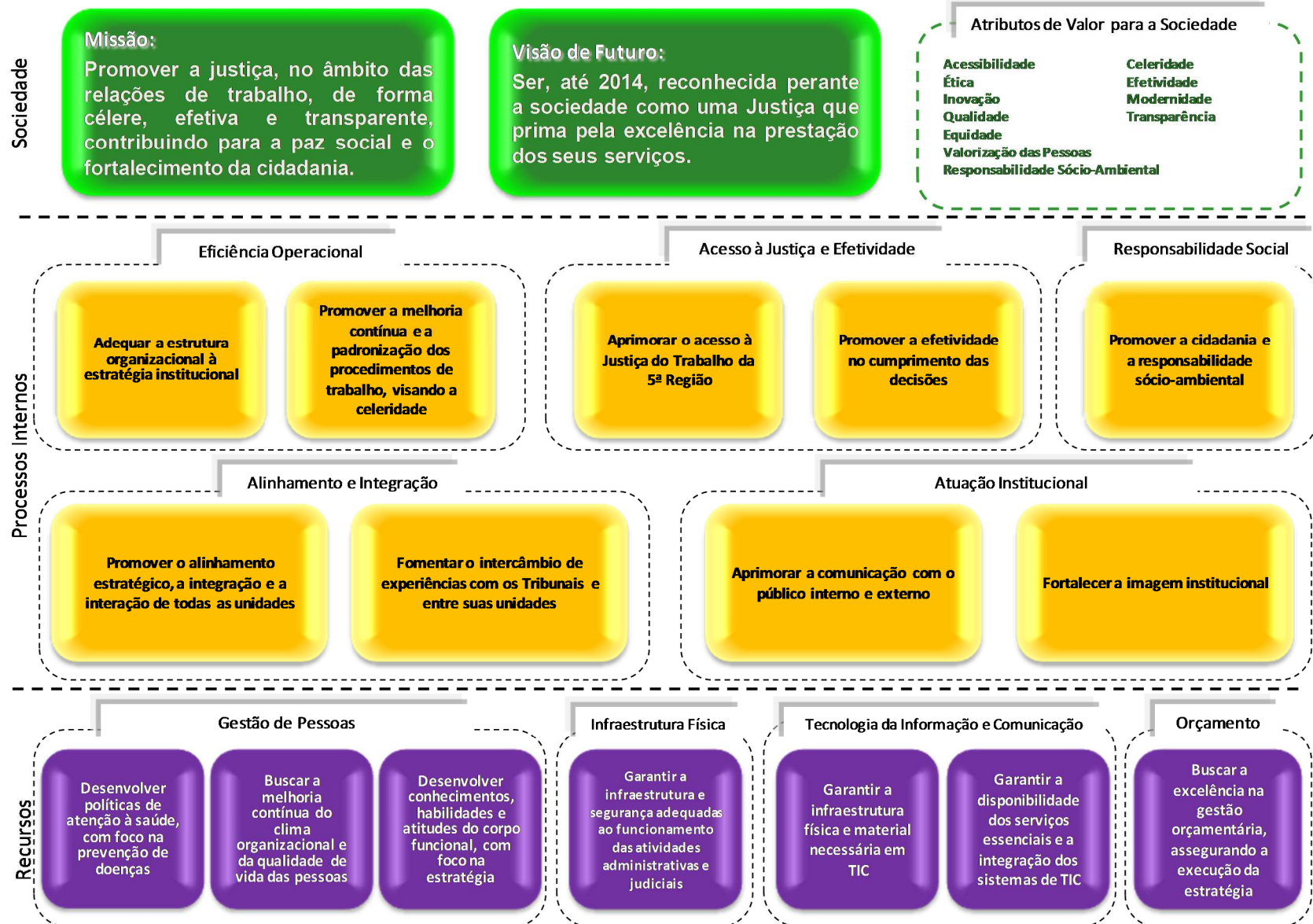
### **EQUIPE DE LÍDERES AMPLIADA**

- Comissão de Diretores de Secretarias de Vara
- Diretores e Assessores Administrativos
- Assessores de Gabinete

### **EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO**

- Carlito Silva Miranda – Assessoria de Planejamento e Economia
- Mônica Hanhoerster – Secretária de Informática
- Antônio Marcos Farias Lima – Organização e Métodos
- Maria Inês Viana C. Joaquim de Carvalho – Vice-Presidência
- Cristiana Porto dos Santos – Vice-Presidência
- Edivaldo Lopes Santana – 29ª Vara do Trabalho
- Carlos Alberto Martins Leite – Gabinete Desembargadora Vânia Chaves

## MAPA ESTRATÉGICO DO TRT DA 5ª REGIÃO



## PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

### Indicadores relacionados ao Objetivo 12.

*Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz*

Indicador 12.1 – Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)						
<b>Descrição</b>	Mede o orçamento disponibilizado e executado pelo tribunal.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado			<b>Responsáveis</b>		
				Secretaria de Orçamento e Finanças		
	(P2) Total do Orçamento Disponibilizado			Secretaria de Orçamento e Finanças		
<b>Fórmula de cálculo</b>	$(P1 / P.2) \times 100$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 22</b>	Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em:					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	2%	4%	6%	8%	9%	12%
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado:</b> despesas orçamentárias atestadas e reconhecidas pela unidade gestora beneficiária do fornecimento, serviço ou obra (despesas liquidadas).</p> <p><b>Total do Orçamento Disponibilizado:</b> orçamento do exercício referente às ações de Apreciação de Causas na JT, Comunicação e Divulgação Institucional, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes e projetos específicos cujos recursos são passíveis de empenho, não devendo ser incluído no cálculo aqueles que sejam objeto de contingenciamento.</p> <p><b>Observação:</b> Devem ser incluídos no cálculo desse indicador os recursos provenientes de fonte de convênios. Fonte 181.</p>					

<b>Indicador 12.2 – Índice de Eficiência Operacional (IEO)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede a variação da quantidade de consumo de água, energia elétrica, papel A4, combustíveis e despesas com telefonia convencional e móvel.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Administração, Coordenadoria de Apoio ao Interior, Coordenadoria de Material e Logística, SETIC e Coordenadoria de Manutenção e Projetos					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P3) Consumo de água no período	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Administração e Coordenadoria de Apoio ao Interior				
	(P4) Consumo de energia elétrica no período	Secretaria de Administração e Coordenadoria de Apoio ao Interior				
	(P5) Consumo de papel A4 no período	Coordenadoria de Material e Logística				
	(P6) Despesas com telefonia no período	SETIC				
(P7) Consumo de combustíveis no período	Coordenadoria de Manutenção e Projetos					
<b>Fórmula de cálculo</b>	$(P3 + P4 + P5 + P6 + P7) / 5$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 23</b>	Alcançar 100% de desempenho das metas esperadas com relação ao consumo de água, energia elétrica, papel A4, telefone e combustíveis.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	≥100%	≥100%	≥100%	≥100%	≥100%	≥100%
<b>Esclarecimentos</b>	As metas individuais para consumo de água (em m <sup>3</sup> ), consumo de energia elétrica (em Kwh), consumo de papel (em resmas), despesas com telefonia – convencional e móvel (em R\$), consumo de combustíveis – gasolina e diesel (em litros) serão definidas com base nos valores do mesmo período do ano anterior, devendo ser tomadas as medidas de redução de despesas e desperdícios para evitar que esses valores sejam superados.					

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico;
- Implantar metodologia e sistema de gestão de custos;
- Programa de parcerias públicas visando à economicidade e à eficiência.

**APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO****B) PROPOSIÇÃO DE PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS**

Campanhas para a disseminação do planejamento estratégico como mudança de paradigma na gestão da coisa pública.

Assessoramento permanente, em todos os níveis hierárquicos, nas questões técnicas relacionadas ao planejamento estratégico do Tribunal e o seu alinhamento institucional.

Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (Metas de Nivelamento e respectivo Plano de Ação e Metas Prioritárias).

Ajuste do planejamento estratégico do Tribunal (Aperfeiçoamento/Grau de maturidade).

Apoio às atividades dos Gestores Nacionais das Metas do Poder Judiciário do Tribunal, com destaque para o levantamento das pendências e ações voltadas ao cumprimento das Metas.

Ações voltadas à limpeza da base de dados, à identificação de inconsistência nas tramitações dos processos, à comunicação dos sistemas de arquivo de processos findos com o sistema de acompanhamento de processos ativos; transparência das informações processuais na internet.

Participação em eventos nacionais sobre planejamento estratégico.

Ações imediatas de alto impacto e baixo risco relacionadas à redução dos custos de manutenção da máquina administrativa.

Acompanhamento e medição dos indicadores trimestrais, semestrais e anuais estratégicos do Tribunal.

Instituição de política de priorização de obras a partir de critérios objetivos relacionados à situação física dos imóveis e à prestação jurisdicional.

Realização de Reuniões de Análise Estratégica – RAE com o intuito de avaliar os resultados das ações iniciadas e propor novas ações, de acordo com a estratégia definida.

Estruturação do Escritório de Projetos e Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos e Táticos do TRT5.

Elaborou matriz que permite a priorização de investimentos em obras, a partir de um referencial objetivo, que subsidiará a construção participando da revisão anual do Plano de Obras, além da emissão de parecer técnico de viabilidade;

Acompanhou e mediu os indicadores trimestrais, semestrais e anuais estratégicos do Tribunal;

## C) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

### I. *ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA*

Na forma do art. 3º, inciso I da Resolução Administrativa TRT5 nº 56/2009 a Secretaria de Gestão Estratégica levou ao conhecimento da Alta Administração a necessidade da revisão dos indicadores e ações referentes as metas relacionados ao planejamento estratégico do órgão e do Poder Judiciário Nacional (Metas Nacionais)

Foi salientada, ainda, a necessidade do desenvolvimento conjunto de ações voltadas à conscientização sobre o planejamento estratégico do Tribunal, com destaque para a importância de cada magistrado e servidor no processo, em cada representação do Estado, no que toca as atividades organizacionais desenvolvidas. Da mesma forma, destacada a necessidade de treinamento dos diretores de secretaria de vara do trabalho e respectivos adjuntos no que diz respeito às tramitações dos processos no Sistema de Acompanhamento de Movimentação Processual – SAMP e no novo sistema de coleta de dados estatísticos – eGestão.

Objetivos e indicadores estratégicos passaram a ser o parâmetro para a avaliação do comportamento desta instituição, haja vista as medições que se sucederam ao longo do ano de 2013.

Está evidenciado nas atas das reuniões de análise estratégicas - RAEs, a preocupação da Administração quanto à necessidade da realização de ajustes, seja na estrutura hierárquica reclamada, seja quanto à harmonização das assessorias técnicas afetas aos objetivos estratégicos do órgão, seja quanto à personalização de responsáveis para projetos estratégicos adrede definidos etc. Mantém-se a certeza de que o planejamento estratégico do órgão deva ser assimilado e acreditado por todos os magistrados e servidores da Casa com reconhecimento da população em geral.

As metas nacionais do poder judiciário, capitaneadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tanto de nivelamento (2009) quanto as intituladas prioritárias (2010, 2011 2012, 2013 e 2014) sinalizam quão satisfatórios têm sido os resultados desse planejamento coordenado. Os órgãos que integram o judiciário brasileiro tiveram que absorver a lógica dessa ferramenta e se aparelhar no sentido de acompanhar as mudanças inopinadas ocorridas. Nesse sentido o TRT da 5ª Região instituiu o seu próprio planejamento, sempre alinhado com um referencial maior (Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho), acompanhando e promovendo os ajustes necessários.



## II. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO.

A análise feita anteriormente, relacionada ao andamento do planejamento estratégico, revela o amadurecimento da instituição que vem avançando a partir da inserção de um novo referencial, qual seja a prestação do serviço público de forma planejada e monitorada.

Percebe-se que a falta do acultramento dessa realidade ainda é um obstáculo que se espera transpor. Isso porque estamos tratando de uma estrutura hierarquizada onde as deliberações quase sempre foram tomadas de acordo com o “feeling” da Administração, porquanto até então, desprovida de dados estatísticos e informações objetivas que autorizassem ações passíveis de medição.

As metas nacionais do poder judiciário, capitaneadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tanto de nivelamento (2009) quanto as intituladas prioritárias (2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) sinalizam quão satisfatórios têm sido os resultados desse planejamento coordenado. Os órgãos que integram o judiciário brasileiro tiveram que absorver a lógica dessa ferramenta e se aparelhar no sentido de acompanhar as mudanças inopinadas ocorridas. Nesse sentido o TRT da 5ª Região instituiu o seu próprio planejamento, sempre alinhado com um referencial maior (Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho), acompanhando e promovendo os ajustes necessários.

Objetivos e indicadores estratégicos passaram a ser o parâmetro para a avaliação do comportamento desta instituição, haja vista as medições que se sucederam ao longo do ano de 2014.

Como dito alhures, a cultura do planejamento ainda não é uma realidade. Na prática, conquanto a Administração já disponha das informações objetivas bastantes para a tomada de decisões, ainda permanece com alguma dificuldade no aspecto - ação proativa. Com efeito, a Administração provocada a respeito de assuntos e problemas que afetam diretamente os resultados medidos e esperados, ainda tem priorizado ações corretivas e não preventivas ensejando, não raras vezes, a falta de sintonia entre os gestores responsáveis.

Está evidenciado nas atas das reuniões de análise estratégicas - RAEs, outrossim, a preocupação da Administração quanto à necessidade da realização de ajustes, seja na estrutura hierárquica reclamada, seja quanto à harmonização das assessorias técnicas afetas aos objetivos estratégicos do órgão, seja quanto à personalização de responsáveis para projetos estratégicos adrede definidos etc. Por outro lado, mantém-se a certeza de que o planejamento estratégico do órgão deva ser assimilado e acreditado por todos os magistrados e servidores da Casa com reconhecimento da população em geral.

Diante do pouco tempo de uso dessa ferramenta, avaliamos positivamente os resultados alcançados. Trata-se, repita-se, de um processo de amadurecimento cultural e funcional.

A análise sobre o cumprimento das metas nacionais prioritárias de 2014 indica o cumprimento integral de 3 metas nacionais e grau de cumprimento de 98,5% nas duas restantes, o que evidencia a evolução deste E. Tribunal no tocante à observação dos planos estratégicos.

Visando racionalizar os procedimentos e dar efetividade no cumprimento das decisões, facilitar o acesso à Justiça do Trabalho, promover a educação corporativa, a cidadania e a responsabilidade social, e garantir a infraestrutura física, de recursos humanos e de tecnologia da informação foi

instituído o Programa de Modernização e Inovação do TRT5, dando prosseguimento no exercício de 2014.

Analisando os resultados obtidos, é com satisfação que podemos perceber que estamos mais amadurecidos e fortalecidos como instituição que vem se modernizando e se consolidando como instrumento de justiça, paz social e cidadania.

Na racionalização de procedimentos e normas podemos destacar: a criação do Núcleo de Cooperação Judiciária visando fornecer maior integração com outros tribunais; regulamentação dos critérios e procedimentos para ajuda de custo para magistrados e servidores, bem como a remoção interna de servidores no âmbito do TRT5; formalização do fluxo de aprovação de projetos estratégicos e da utilização do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC); além, da aprovação do plano de obras do TRT5, em consonância com a Resolução 70/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Na Eficiência Operacional, conseguimos terminar a primeira e a segunda parte do projeto Gestão de Processos, realizando o redesenho de processos nas varas do Trabalho, elaborando o Manual de Rotinas das Varas Trabalhistas (Meta 5 de 2010). Também conseguimos alinhar o nosso Tribunal às Tabelas Unificadas do CNJ.

Outra norma fundamental foi o Provimento Conjunto número 4/2011 que regulamentou, no âmbito do TRT da 5ª Região, os procedimentos necessários à implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, sendo diretamente responsável pela eficiência do cadastro de 159.885 registros de dívidas, relativas a 54.826 partes devedoras distintas em menos de 30 dias úteis, tendo sido aperfeiçoada com a implantação da sistemática automatizada de inclusão de devedores trabalhistas no Banco Nacional de Devedores Trabalhista – BNDT, aumentando, assim, a eficiência deste procedimento.

Também foi dado início ao processo de Reestruturação Organizacional, com o alinhamento da Secretaria de Gestão Estratégica e a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa, a criação do Departamento de Apoio à Atividade de Cálculos na 2ª Instância do Tribunal, com o objetivo de retificar e atualizar cálculos das decisões líquidas oriundas do 1º grau, bem como proceder à liquidação de decisões de 2ª instância. Outro ponto forte no sentido de ajustar a estrutura organizacional do TRT5 à estratégia foi a elaboração de proposta de um Novo Regulamento de Secretaria, promovido pela Administração do Tribunal.

A adoção do Sistema de Estatística e-Gestão, que consiste em um sistema eletrônico de gerenciamento e planejamento das atividades administrativas e judiciárias, que é usado para encaminhamento oficial das estatísticas da 2ª Instância do TRT5 desde maio de 2012 e a partir de 2013 de todo o 1ª Instância e que orgulhosamente recebemos a Medalha de Mérito Funcional, pelo reconhecimento da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho às equipes dos Regionais que se empenharam na sua implantação. Desta forma o TRT5 conta com seus primeiro e segundo graus com um sistema de coleta de dados estatísticos consistente e que possibilita a memória de cálculo, bem como auditorias diversas.

Na área de Gestão de Pessoas, iniciamos a implantação do processo de Gestão por Competência, que vai mapear conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma a preparar ainda mais cada um de nossos servidores para o desempenho de suas atividades. Sabemos da importância de qualificar

nossos magistrados e servidores, razão pela qual realizamos 211 eventos, contemplando 3.792 participantes, alguns dos quais estiveram envolvidos em mais de uma iniciativa.

As atividades se dividiram em treinamentos presenciais e educação à distância, tendo sido fornecido diversos cursos, tais como: Formação de Calculista; Sistema AUD; Novo Acordo Ortográfico; Atendimento ao Cidadão; Orçamento Público; Legislação aplicada à Gestão de Pessoas; Gerência de Projetos e outros. Houve ainda cursos com especialistas renomados, destinados principalmente a magistrados, seus assessores e assistentes, numa grande variedade temática. Foram abordados, entre outros assuntos: Teoria Geral da Responsabilidade Civil, Responsabilidade Subjetiva e Objetiva no Código Civil, Técnicas de Coleta de Prova, Soluções Criativas e Inovadoras para uma maior Efetividade da Execução Trabalhista, Teoria e Prática da Execução Trabalhista, Uso da Tecnologia na Execução e Fundamentação e Argumentação nas Decisões.

No Programa de Qualidade de Vida, que conta com diversos projetos, destacamos: a realização da 2ª Semana Institucional do TRT5, que mobilizou os magistrados, com palestras e oficinas de trabalho, sendo encerrado com a votação das propostas desenvolvidas pelos grupos temáticos sobre: Processo do Trabalho - Boas Práticas, Efetividade da Execução, Ações Sociais, Saúde e Perrogativas dos Magistrados; II Caminhada e Corrida Ecológica do TRT5, com 4,4 Km de percurso; palestras e workshops abordando temas como Obesidade, Prevenção de Doenças Cardiovasculares, Aspectos Psicológicos das Doenças Crônicas, Nutrição Saudável, Nutrição para Hipertensos e Diabéticos, Doenças Ocupacionais, Prevenção e Tratamento da Dor Crônica, Saúde do Adulto Maduro: Aspectos Fisiológicos do Envelhecimento, Atividade Física e Qualidade de Vida.

Também foi finalizado o programa de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, que visa mapear os riscos ambientais, como os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde dos trabalhadores; e, de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos magistrados e servidores. Em ambos o TRT5 cumpriu o percentual exigido pela meta nacional do poder judiciário de 2013, número 14, que previa a execução de pelo menos 65% das unidades mapeadas.

Na responsabilidade social e ambiental, nosso compromisso foi com a promoção da cidadania, realizando campanhas de orientação em segurança e direitos no trabalho. Ampliamos as itinerâncias, com o deslocamento de nossos magistrados e servidores e realizamos, 840 audiências ao longo do ano, encerrando 639 processos, entre conclusos para sentença, conciliados, desistências, arquivados, apensados e remetidos a outra vara ou órgão. O valor conciliado chegou a R\$ 989.201,37 e o número de partes envolvidas nas conciliações atingiu a marca de 430.

O Tribunal também está adiantado no cumprimento da Resolução 103/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que define critérios para a contratação de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Acompanhando as questões ambientais, o TRT5 efetuou o registro de preços para a compra de 120 unidades de condicionadores de ar que possibilitam uma economia de até 60% de energia, além de utilizarem o gás ecológico R-410A, que dispensa o uso do gás CFC, causador de agressões à camada de Ozônio. Além de estar implantando de forma

humana e exitosa o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que reduz, significativamente, o uso de papel.

Outra iniciativa social foi a contratação de deficientes auditivos visando a digitalização de processos do TRT5, colaborando com a remessa de processos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, a partir de agosto de 2010, passou a admitir recursos exclusivamente em formato digital – ação que vai assegurar a inclusão de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho da Bahia, fazendo nossa instituição despontar como um Tribunal comprometido com a acessibilidade. Diariamente são escaneados uma média de mais de 120 processos, de vários volumes.

Outro ponto fundamental no Programa de Modernização e Inovação do TRT5 foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), que será o único sistema do Judiciário Trabalhista, e já está sendo exigido na abertura de novos processos na segunda instância do Tribunal do Trabalho da Bahia (TRT-BA) e nas varas de Santo Amaro, Candeias, Itabuna, Ilhéus e agora nas 39 varas do trabalho de Salvador. Uma meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina ainda que, em 2013, seja implantado em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal, como sistema exclusivo para novos processos. Nesta Meta específica o TRT5 alcançou o patamar de 56% de suas unidades de 1º grau com o novo sistema e 100% nas unidades de 2º grau.

O PJe promove mudanças em toda a estrutura da Justiça do Trabalho, extinguindo tarefas como carimbar e manusear a papelada, trazendo vantagens aos cofres públicos, ao meio ambiente e à saúde de quem lidava com a burocracia. O sistema também representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário.

O TRT da Bahia foi o sexto Tribunal do Trabalho do país a receber o PJe, apresentando ineditismo em dois aspectos: foi o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo graus e o primeiro a receber a versão nacional do PJe que, depois, seria levada para os demais regionais. Em 2013 implantamos nas 39 varas da capital e em 2014 mais 18 varas, totalizando 67 unidades, o que representa 76% de todo regional, sendo que o 2º grau já conta com 100% implantado. Trabalho que envolve toda a administração e que tem se caracterizado pela preocupação com o ser humano neste processo de mudança de paradigma.

Na infraestrutura, foi priorizada a área tecnológica, avançamos com a implantação do PJe em 49 varas do trabalho. Atualização de mais de 800 microcomputadores que estão substituindo equipamentos das varas e departamentos de 2º grau onde o PJe foi instalado e também nos demais fóruns que receberam o sistema desde 2012. Essas unidades foram priorizadas, pois o PJe requer dois monitores por computador. Neste rol destacam-se a Mesa Diretora, o Tribunal Pleno, as salas de sessão, a Vara de Santo Amaro, os fóruns de Candeias, Itabuna e Ilhéus, gabinetes e turmas. As varas da capital e os departamentos administrativos também foram contemplados com novos micros para substituir aqueles que estão fora da garantia ou obsoletos. Além dos computadores, foram entregues 250 novas impressoras e multifuncionais.

Instalação de Sala-cofre, que deve resguardar o centro de processamento de dados do Tribunal contra ameaças físicas, como fogo, calor, umidade e outros riscos. Testada e certificada segundo padrões internacionais, a sala-cofre é totalmente à prova de gases corrosivos, fumaça, água, roubo, acesso indevido, impacto, pó, explosão, magnetismo e armas de fogo. A segurança proporcionada é de fundamental importância para as exigências do PJe. Além da contratação de uma nova rede

de comunicações que propiciará, em média, quatro vezes mais velocidade na rede informatizada que liga as diversas unidades judiciárias do Estado com o Tribunal. A rede intensificará a conexão entre os fóruns trabalhistas, varas do Trabalho isoladas e Postos Avançados da Justiça do Trabalho com a sede.

Buscamos ainda melhorar a infraestrutura física de nossas instalações, obedecendo ao Plano de Obras, em consonância com a Resolução 70 do CSJT. Diversas obras foram realizadas com a supervisão do Departamento de Obras, do Serviço de Apoio às Unidades do Interior (Sauí) e do Serviço de Atendimento Gerais:

Inclusão de pontos para mais computadores nas 39 varas da capital. Modificação do leiaute de 14 varas com a instalação de salas para juiz auxiliar, assistente e calculista. Elaboração das cartilhas de procedimentos de segurança para obras no Tribunal e para trabalhos supervisionados pelo Serviço de Atendimento Gerais (manutenção civil, conservação e operações). No Fórum do Comércio houve a instalação do Setor de Arquivo, a remoção da grua de aço do terraço e a revisão elétrica nos transformadores de alta tensão. Ainda em Salvador, nos edifícios Coqueijo Costa e Presidente Médici, aconteceu a revisão elétrica, de refletores e luminárias dos estacionamentos e áreas comuns.

A mais recente conquista foi a consolidação de nossa gestão estratégica, que se destacou entre todos os regionais trabalhistas, levando-se em consideração os resultados apresentados nos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Tribunal Regional da 5ª Região alcançou cerca de 80% no cumprimento. A informação foi divulgada durante a reunião preparatória para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília, em outubro/2012. No plano interno, a Gestão Estratégica garante a participação e a articulação entre os diversos setores, combinando envolvimento da alta administração, gestão participativa, organização técnica e capacitação, planejamento, comunicação e monitoramento. Já para o público do Tribunal, representa maior transparência. Neste momento o TRT5 coordena o Subcomitê dos Tribunais de Porte Médio da Justiça do Trabalho para a elaboração do novo ciclo de planejamento estratégico do judiciário nacional para os anos de 2015/2020.

Os prêmios e reconhecimentos conquistados e a nossa representatividade no cenário nacional são uma prova do quanto estamos trilhando o caminho da excelência. De fato, quando somamos competências, podemos multiplicar resultados.

METAS NACIONAIS DO PODER  
JUDICIÁRIO DE 2014

META	DESCRIÇÃO DA META	GRAU DE CUMPRIMENTO ATUAL
<a href="#">META 1</a>	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.	99,23%
<a href="#">META 2</a>	Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, na Justiça do Trabalho.	119,95%
<a href="#">META 3</a>	Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.	100,00%
<a href="#">META 5</a>	Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.	100,00%
<a href="#">META 6</a>	Julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e até 31/12/2012, no 2º Grau.	97,71%

Se por um lado conseguiu-se identificar os maiores problemas que impedem efetivamente cumprir a missão institucional, por outro, exsurge a dificuldade de solucioná-los imediatamente. Trata-se de inconsistências sistêmicas historicamente absorvidas ao longo de décadas; da falta de sintonia entre bancos de dados; de divergência dos parâmetros que seguidos, ora do Conselho Nacional de Justiça/Justiça em Números (CNJ), ora do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ora do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os quais implicam retrabalho e tempo para acomodação. Da mesma forma, o levantamento desses dados e respectivas inconsistências permitiram a constatação da necessidade de se desenvolver competências específicas não só para a promoção dos ajustes necessários, como também para a manutenção da atividade de forma coerente e padronizada.

Nesse contexto, ações foram adotadas no sentido da depuração desses mesmos dados e inconsistências e assim desenvolvidas lógicas e simulações correlatas que vêm evidenciando quão equivocadas vêm sendo as informações jungidas a este Tribunal, a exemplo, dos dados estatísticos do site Justiça em Números, a partir das informações encaminhadas pelo próprio Tribunal.

## **II. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2015/2020**

O Plano de Revisão e Desdobramento do Planejamento Estratégico do TRT5 teve como objetivo a consolidação das etapas e das atividades planejadas objetivando o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do TRT5 para o período de 2015/2020, alinhado com as diretrizes do Poder Judiciário Nacional.

Para isso foi desenvolvido e executado um plano que estabeleceu, entre outros, o escopo a ser implantado e sua estratégia de implantação, além do cronograma geral, metas, marcos, atribuições e responsabilidades das áreas envolvidas na sua operacionalização.

A Secretaria de Gestão Estratégica - unidade responsável pelo acompanhamento e monitoramento das iniciativas que compõem os diversos planos de ação apoiou o gerenciamento estratégico do TRT5.

### **A) ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - ETAPAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5 2015/2020**

#### ***METODOLOGIA***

A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico é o BalancedScoreCard – BSC, método indicado pelo CNJ e adotado pelo Poder Judiciário para a implantação do Planejamento Estratégico. O BSC é uma metodologia que desenvolve o planejamento estratégico através de quatro perspectivas: clientes, orçamento (finanças), processos internos e aprendizado e crescimento.

### *DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS*

Os trabalhos de implantação do planejamento estratégico do TRT 5ª Região serão desenvolvidos por equipe interna, contando com o apoio do CNJ, do CSJT e da integração proporcionada pela Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, instituída pela Portaria 138 do CNJ.

O prazo estabelecido pelo CNJ, para a aprovação do planejamento estratégico é 31.03.2015. Prazo inteiramente cumprido com a análise e aprovação do Plano Estratégico do TRT5 pelo Órgão Especial em 19/12/2014, após conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela Rede de Governança Colaborativa do TRT5.



Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	181 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Tipo:	Atividade	
Título	Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código	0089	Tipo:	
Unidade Orçamentária	33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
177.274.944,00	191.273.303,00	191.273.303,00	190.381.260,83	190.381.260,83		2.461.694,90
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
6.731.165,13	4.269.448,99	21,24				

Identificação da Ação						
Código	00M1			Tipo:	Atividade	
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes Do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código	0089	Tipo:	
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
443.428,00	443.428,00	443.428,00	341.775,72	341.775,72	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-				

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	09HB			<b>Tipo:</b>	Atividade	
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
82.041.517,00	83.659.249,00	83.659.249,00	83.407.670,76	83.407.670,76		11.171.408,77
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
12.256.436,39	1.085.027,62	-				
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	134H			<b>Tipo:</b>	Projeto	
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
174.545.454,00	172.745.454,00					8.706.012,22
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edfício Construído		% de execução física	55	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.706.012,22	-	-				

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	134L				<b>Tipo:</b>	<b>Projeto</b>
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Brumado- BA					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
375.000,00	262.500,00	99.112,26	-	-		596.004,77
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edfício Construído		% de execução física	11	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.299.169,08	1.156.343,20	546.821,11				
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	13HY				<b>Tipo:</b>	<b>Projeto</b>
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Itapetinga- BA					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
454.585,00	931.523,00	931.523,00	340.824,27	340.824,27		-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edfício Construído		% de execução física	111	49	49	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.958.406,76	2.958.406,76	-				

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	134J				<b>Tipo:</b>	Projeto
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Paulo Afonso- BA					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.050.000,00	2.050.000,00	2.050.000,00	43.000,00	43.000,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edfício Construído		% de execução física	60	2	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14ZF				<b>Tipo:</b>	
<b>Título</b>	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE IPIAU - BA					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.100.000,00	1.771.842,00	1.771.842,00	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edfício Construído		% de execução física	130	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada



Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2004				<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.409.000,00	17.409.000,00	17.409.000,00	17.401.806,04	17.401.806,04		8.686,85
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
15.969,70	7.282,85	-				
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2010				<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>
<b>Título</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.780.000,00	4.003.961,00	4.003.961,00	3.826.138,23	3.826.138,23		15.990,89
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
16.084,39	93,50	-				

Identificação da Ação						
Código	2011				Tipo:	Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	571	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
996.000,00	996.000,00	996.000,00	727.852,40	727.852,40		109.579,84
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
109.579,84	-	-				
Identificação da Ação						
Código	2012				Tipo:	Atividade
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	571	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.560.000,00	28.929.485,00	28.929.485,00	28.641.550,75	28.641.550,75		50.487,75
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
52.413,71	1.925,96	-				





Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2549				<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>
<b>Título</b>	Comunicação e Divulgação Institucional					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	430.000,00	430.000,00	363.216,98	363.216,98	-	2.637,57
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Matéria veiculada		Unidade	38	49	49	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
200.454,17	197.816,60					
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2C73				<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>
<b>Título</b>	Manutenção do Sistema Integrado de GE Nacional					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		4.485.876,60	2.300.063,60	2.300.063,60		89.474,64
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
481.943,22	392.468,58	-				

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4224				<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>
<b>Título</b>	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.232.657,00	4.232.657,00	4.232.657,00	4.048.629,21	4.048.629,21		7.612,42
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa assistida		Unidade	3.637	3.637	4.525	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
7.612,42	-	-				
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4256				<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>
<b>Título</b>	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
53.352.810,00	56.837.937,00	56.850.859,30	49.151.042,23	49.151.042,23		2.366.056,06
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Processo julgado		Unidade	150.701	150.701	164.206	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
12.182.637,33	9.573.014,94	243.566,33				

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	536				<b>Tipo:</b>	<b>Atividade</b>
<b>Título</b>	PENSOES DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIAL E/OU DECISOES JUDICIAIS					
<b>Programa</b>	Prestação Jurisdicional Trabalhista		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
838.746,00	1.338.919,00	1.338.919,00	1.270.259,36	1.270.259,36		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
Fonte(S): SIAFI e SIAFI WEB						

## Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	IP66			Tipo:	
Título	MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS da Justiça do Trabalho				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Prestação Jurisdicional	Código	571	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
22.329,75	-	3,60			
Identificação da Ação					
Código	2C73			Tipo:	
Título	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Prestação Jurisdicional	Código	571	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
393.021,44	392.468,58	-			
Identificação da Ação					
Código	2C73			Tipo:	
Título	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Prestação Jurisdicional	Código	571	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
88.921,78	-	-			

Fonte(S): SIAFI e SIAFI WEB

## **INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

A complexidade de tal levantamento levou o Tribunal Superior do Trabalho - TST, juntamente com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, a firmarem acordo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a fim de que sejam realizados levantamentos de interesse dessa Especializada do Trabalho.

Os trabalhos em questão permanecem sendo elaborados, não se tendo, até o momento, elementos de informação disponíveis.

**IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS DOS FUNDOS DE CONTEXTO DA UNIDADE**

Não há declarações a serem prestadas sob este aspecto.

**INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS DE AVAL OU GARANTIDORES DE CRÉDITOS**

Não há declarações a serem prestadas sob este aspecto.

**INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS DE INVESTIMENTO**

Não há declarações a serem prestadas sob este aspecto.

## DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Quadros A.6.1.1, A.6.1.3.1

## Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:15106		UGO: 080007	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			693.334.427,00		100.742.641,00	
CRÉDITOS	Suplementares		35.123.376,00		9.378.531,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			728.457.803,00		110.121.172,00	
Dotação final 2013(B)			724.181.062,00		94.104.251,00	
Variação (A/B-1)*100			0,59		17,02	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			181.895.039,00			
CRÉDITOS	Suplementares		366.495,00			
	Especiais	Abertos	1.800.000,00			
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos	51.825.090,00			
Créditos Cancelados		(90.340.325,00)				
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			184.061.534,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)			118.237.235,00			
Variação (A/B-1)*100			55,67137882			

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total				
Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Código UO: 15106		UGO: 080007	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>40.416.412,10</b>	<b>37.370.513,62</b>	<b>40.416.412,10</b>	<b>37.370.513,62</b>
a) Convite	278.539,30	33.321,72	278.539,30	33.321,72
b) Tomada de Preços	144.825,74	103.989,08	144.825,74	103.989,08
c) Concorrência	4.819.797,12	5.802.334,53	4.819.797,12	5.802.334,53
d) Pregão	35.173.249,94	31.430.868,29	35.173.249,94	31.430.868,29
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>15.440.482,25</b>	<b>14.281.173,10</b>	<b>15.440.482,25</b>	<b>14.281.173,10</b>
h) Dispensa	9.245.460,02	9.670.883,33	9.245.460,02	9.670.883,33
i) Inexigibilidade	6.195.022,23	4.610.289,77	6.195.022,23	4.610.289,77
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>362.167,81</b>	<b>381.103,24</b>	<b>362.167,81</b>	<b>381.103,24</b>
j) Suprimento de Fundos	362.167,81	381.103,24	362.167,81	381.103,24
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>730.749.122,76</b>	<b>729.940.282,99</b>	<b>730.749.122,76</b>	<b>729.940.282,99</b>
k) Pagamento em Folha	730.608.927,61	728.160.580,11	730.608.927,61	728.160.580,11
l) Diárias	140.195,15	1.779.702,88	140.195,15	1.779.702,88
<b>5. Outros</b>	<b>70.093.579,93</b>	<b>54.268.600,16</b>	<b>70.093.579,93</b>	<b>54.268.600,16</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>857.061.764,85</b>	<b>836.241.673,11</b>	<b>857.061.764,85</b>	<b>836.241.673,11</b>

## 6.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

### Execução Orçamentária e Financeira dos programas

#### 1 – 0571 – PROGRAMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA:

Atingiu-se 83,02% dos valores orçamentários para este programa, tendo como justificativas:

- a) Valor de R\$ 172.745.454,00, não executado referente ao projeto de construção do Edif. Sede deste tribunal, tendo em vista a falta de conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.
- b) Valor de R\$ 1.800.000,00, decorrente da aprovação de crédito especial em dezembro de 2014 e reaberto no exercício de 2015, referente à construção do Fórum Trabalhista de Conceição do Coité.

#### 2 – 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO:

Foram executados 100,00% dos recursos autorizados para este programa.

### AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

#### 3 – 1P66 - MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Foram executados 100,00% das provisões recebidas. Os recursos orçamentários dessa ação foram aplicados em:



- Serviços e Reformas – R\$ 1.204.000,79;
- Aquisição de material permanente: R\$ 1.189.221,00;

#### **4 – 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais:**

Foram executados 100,00% dos recursos autorizados.

#### **5 – 2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS:**

Atingiu-se 98,88% da execução prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

#### **6 – 2011 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS:**

Atingiu-se 73,08% da execução prevista. A execução abaixo da previsão decorre da modificação do sistema de transporte municipal, com a adoção do bilhete único de passagem, o que inviabilizou o recebimento do referido auxílio por uma parcela de servidores, por não ser vantajosa a sua percepção.

#### **7 – 4256/APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:**

Atingiu-se 100% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

#### **8 – 4224/ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES:**

Atingiu-se 100% da meta prevista, tendo em vista a implementação do sistema eletrônico de Perícias.

#### **9 – 2010/ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS:**

Atingiu-se 95,56% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

#### **10 – 134H/CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO EM SALVADOR- BA:**

Sem execução, tendo em vista a falta de conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.

#### **11– 2549/ COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL:**

Os Valores orçamentários correspondentes a 84,47% autorizados para esta ação foram executados, os valores remanescentes foram inscritos em Restos a Pagar e serão executados no exercício de 2015.

#### **13 –2004/ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES:**

Atingiu-se 99,96% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

#### **14 – 134L/CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE BRUMADO/BA:**

Foram executados 100% dos recursos autorizados, no montante de R\$ 99.112,26. Bloqueado o valor de R\$ 163.387,74. Obra finalizada.

## **15 – 13HY /CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE ITAPETINGA/BA:**

Execução de 49%, tendo em vista o atraso na execução da obra. Construção finalizada em 2015.

### **6.1. – Análise Crítica**

Considerando as dotações orçamentárias disponibilizadas em função das necessidades desta Unidade Jurisdicional, podemos elencar as seguintes dificuldades encontradas no processo de gestão orçamentária deste Órgão:

#### **Alterações significativas ocorridas no exercício**

- Despesas com pessoal. Neste quesito, as alterações sofridas decorrem da insuficiência das dotações inicialmente autorizadas na peça orçamentária, ensejando na necessidade de suplementação para atender as despesas mensais, bem como às eventuais contratações autorizadas por lei;

#### **Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária**

Consideramos como negativo a demora na análise e validação dos projetos de obras, uma vez que acarreta dificuldades na execução orçamentária, tendo como consequência imediata o atraso na execução da obra e a consequente inscrição da despesa em RP – Restos a Pagar.

## **INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

### **Quadro A.6.2**

<b>Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade</b>			
<b>Publicidade</b>	<b>Programa/Ação orçamentária</b>	<b>Valores empenhados</b>	<b>Valores pagos</b>
Institucional	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	430.000,00	363.216,98
Legal	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	60.862,08	55.336,89
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte(S): SIAFI e SIAFI WEB

Atingiu-se 128% da meta prevista para matérias veiculadas. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

### **6.2. – Análise dos resultados**

Considerando as dotações orçamentárias disponibilizadas em função das necessidades desta Unidade Jurisdicional, podemos informar que o orçamento foi utilizado de forma assertiva, de modo a que o fator Comunicação e Divulgação Institucional traduzisse a busca desta UJ pela publicidade e transparência de suas ações.

### Alterações significativas ocorridas no exercício

- Não há alterações dignas de registro, no exercício

### Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Consideramos positiva a destinação de verbas de comunicação, mormente pela necessidade de demonstração das ações da UJ junto à sociedade.

## DEMONSTRAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

Quadro A.6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	0000590568				71.062,85
080007	00001007572				80.657,62
080007	00016055500				85.277,23
080007	00024279587				95.702,63
080007	00027600530				85.277,23
080007	00028983572				47,74
080007	00030210500				57.903,21
080007	00030813549				51.753,35
080007	00031976549				50.759,88
080007	00033200572				68.430,81
080007	00035599553				85.275,69
080007	00037230549				17.947,60
080007	00038946572				68.471,63
080007	00044903553				85.277,23
080007	00045101515				68.430,81
080007	00046574549				73.091,42
080007	00048011568				98.622,08
080007	00048143553				23.264,09
080007	00050997572				85.277,97
080007	00051764504				74.975,15
080007	00052817504				38.471,71
080007	00060526572				56.324,68
080007	00064076504				78.960,25
080007	00066044553				72.916,42

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	00067172504				52.254,19
080007	00069566534				74.898,56
080007	00070173591				75.841,82
080007	00073024520				55.271,84
080007	00077631587				85.277,23
080007	00077917553				71.063,54
080007	00102377553				85.275,67
080007	00105503304				92.073,27
080007	00105600504				56.324,55
080007	00106023560	1.204,80	1.204,80		0,00
080007	00107794500				71.062,85
080007	00111628563	835,82	835,82		0,00
080007	00114146500				83.379,93
080007	00136760597				2.874,28
080007	00157664546	437,12	437,12		0,00
080007	00184276500				97.493,38
080007	00204374553				66.851,72
080007	00210749504				71.063,70
080007	00213659549				73.599,38
080007	00216011515				66.325,23
080007	00219690510				65.724,76
080007	00220779520	11.417,96	11.417,96		0,00
080007	00221503587				74.133,33
080007	00228672520				69.987,73
080007	00239321553				78.473,31
080007	00240117549				771,37
080007	00260932515				68.430,81
080007	00267660510				90.570,30
080007	00279730500				77.828,85
080007	00291269591				58.430,34
080007	00292826591				108.170,95
080007	00293407568				2.030,79
080007	00294446591				104.445,41
080007	00327646500				71.062,85
080007	00343498553				69.483,59
080007	00344702553				87.663,76
080007	00353485500				71.062,85
080007	00355810506				68.430,81

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	00362484520				85.277,23
080007	00366510525				80.223,50
080007	00370479572				68.957,30
080007	00380253534				74.916,14
080007	00385557515				68.430,81
080007	00395366534				69.483,59
080007	00400416549				68.430,81
080007	00402338553				105.153,43
080007	00415880530				71.062,85
080007	00415928591				105.150,63
080007	00415995515				101.123,41
080007	00423394568				3.425,44
080007	00425621553				585,55
080007	00425680568				74.885,57
080007	00427888549				81.412,68
080007	00432970568				102.004,12
080007	00442640544				63.629,96
080007	00468746587				8.644,76
080007	00477192572				67.904,51
080007	00516791591				68.431,04
080007	00546966586	378,60	378,60		0,00
080007	00553891553				8.421,63
080007	00637262549				94.970,20
080007	00675776520				65.798,93
080007	00685425509	385,99	385,99		0,00
080007	00723088500	476.857,55			482.169,01
080007	00723400539	737,94	737,94		0,00
080007	00752559443	3.503,06	3.503,06		0,00
080007	00761484590	251,59	251,59		0,00
080007	00770698549				83.280,02
080007	00832722596	8.166,35	8.166,35		0,00
080007	00863877583	437,12	437,12		0,00
080007	00917994574	291,40	291,40		0,00
080007	00951913565	590,94	590,94		0,00
080007	01012396703	8.661,25	8.661,25		0,00
080007	01232797553				13.164,96
080007	01282850520	247,72	247,72		0,00
080007	01289399581	715,50	715,50		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	01349005533	393,40	393,40		0,00
080007	01351897560	1.543,53	1.543,53		0,00
080007	01388013550	512,53	512,53		0,00
080007	01437850529	2.249,27	2.249,27		0,00
080007	01492949566	906,84	906,84		0,00
080007	01521083517	306,58	306,58		0,00
080007	01586720546	631,57	631,57		0,00
080007	01686188501	1.384,95	1.384,95		0,00
080007	01800124520				11.819,63
080007	01826514520				67.904,51
080007	01855133520	1.309,50	1.309,50		0,00
080007	01856251500				54.752,01
080007	01869373502	239,78	239,78		0,00
080007	01890301515				93.972,80
080007	01952056500				3.776,23
080007	01969309440	291,40	291,40		0,00
080007	02066181587				55.271,84
080007	02101661500				8.841,60
080007	02105648576	291,40	291,40		0,00
080007	02141519802	283,43	283,43		0,00
080007	02265572519	706,68	706,68		0,00
080007	02362476545				13.500,65
080007	02372371568				2.372,04
080007	02375575504				23.626,26
080007	02376700540	5.729,49	5.729,49		0,00
080007	02397234572				60.535,05
080007	02493032721	497,61	497,61		0,00
080007	02557956538	177,62	177,62		0,00
080007	02575227518	320,37	320,37		0,00
080007	02698625520				98.447,56
080007	02824027568				65.387,38
080007	03063037877				75.815,13
080007	03070409504				84.011,48
080007	03106870559				421,22
080007	03340193460	760,65	760,65		0,00
080007	03372691571	560,29	560,29		0,00
080007	03529657549				68.957,30
080007	03713954534	3.156,44	3.156,44		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	03748901291				115.642,94
080007	03919540670	359,39	359,39		0,00
080007	04021754504				85.277,23
080007	04072449563	631,25	631,25		85.277,23
080007	04107942520				71.063,77
080007	04230892500	1.496.134,16		439.188,10	1.935.322,26
080007	04429931534				49.225,50
080007	04486986504				247,96
080007	04739485753				60.535,05
080007	04793900534				85.277,23
080007	04883624587				57.903,21
080007	04930987474	583,61	583,61		0,00
080007	05104920534				91.588,28
080007	05228674640	892,51	892,51		0,00
080007	05310741372				3.274,06
080007	05323894504				95.666,24
080007	05347351500				101.681,54
080007	05392039553				94.029,90
080007	05504678587				56.850,19
080007	05556813515				97.009,05
080007	05653894591				68.957,30
080007	05722781444	5.058,72	5.058,72		0,00
080007	05874894489	247,72	247,72		0,00
080007	05963800706				63.530,31
080007	06012352662	1.185,02	1.185,02		0,00
080007	06013961549				93.431,66
080007	06161774534				92.039,04
080007	06278213591				94.552,71
080007	06299648821				97.753,58
080007	06399576504				94.576,57
080007	06414010510				98.797,09
080007	06540902549				236,16
080007	06574947553				91.573,79
080007	06577121591				26.744,31
080007	06814460645	203,99	203,99		0,00
080007	07222190597	23.034,90		95,78	23.130,68
080007	07250169572				70.536,36
080007	07251726572				70.973,09

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	07385374549				93.238,77
080007	07391382515				32.957,19
080007	07446284587				14.291,87
080007	07550960615				66.326,88
080007	08023468553	6.348,79	6.348,79		0,00
080007	08459715817	2.799,49	2.799,49		0,00
080007	08648409500				72.792,12
080007	08774927515	796,53	796,53		0,00
080007	09038212739	651,82	651,82		0,00
080007	09197680591				37.065,03
080007	09324801520	73.409,31	20.690,80		52.718,51
080007	09402853553	291,40	291,40		0,00
080007	09481958515	3.814,30	3.814,30		0,00
080007	09487514520				87.760,47
080007	09543660506				99.595,15
080007	09546898520				82.186,89
080007	09623450591				2.873,16
080007	09626646500	19.829,63	19.829,63		0,00
080007	09660887515				95.551,52
080007	10125455801	7.449,62	7.449,62		0,00
080007	10594477549				81.064,45
080007	10595520510				91.719,90
080007	10721266568	2.240,72		88.439,97	90.680,69
080007	11007672587				68.430,81
080007	11021020591				89.768,27
080007	11194480500				92.924,59
080007	11217588515				98.885,98
080007	11243244534				62.114,13
080007	11266988572	4.530,58	4.530,58		0,00
080007	11321970587				96.111,98
080007	11844396568				90.924,51
080007	11877618500				89.176,93
080007	11891505653				90.372,94
080007	12071250591				91.573,77
080007	12385050587	60.166,88	60.166,88		0,00
080007	12391861850	620,41	620,41		0,00
080007	12497088500				89.640,99
080007	13348043549				87.751,27



Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	14054604587	4.124,82	4.124,82		0,00
080007	14166984500	10.319,14			8.261,00
080007	14209640549	572,59	572,59		0,00
080007	14658259591	576,27	576,27		0,00
080007	15100383534				11.145,44
080007	15221830515	1.777,88	1.777,88		0,00
080007	15249999549				99.165,76
080007	15316106504				89.835,35
080007	15773590549	25.701,33	25.701,33		0,00
080007	16301536568				36.271,63
080007	16314549515				237,35
080007	16401964553				421,74
080007	16469895549	6.918,27	6.918,27		0,00
080007	16510216515				37.811,48
080007	16717090553				725,05
080007	16747542568				5.948,32
080007	17677343520				89.275,13
080007	17692474591				87.463,84
080007	17895375504				64.022,32
080007	18052223768				97.870,13
080007	18303137549				88.914,48
080007	18519148549	908,56	908,56		0,00
080007	18562175587				85.028,53
080007	18712410578				60.464,24
080007	18891640549	16.470,35		62,85	16.533,20
080007	19484690572	339,48	339,48		0,00
080007	19538405587	620,41	620,41		0,00
080007	19586540510				11.942,33
080007	19635982534				87.277,64
080007	19697368520	692,53	692,53		0,00
080007	19700741591				30.968,80
080007	19756925515	7.038,84	7.038,84		0,00
080007	19985657349				123.355,32
080007	20215380525				92.755,90
080007	21050678591				85.885,67
080007	21399646168				1.369,98
080007	21435392825	3.525,38	3.525,38		0,00
080007	21449945520	400,97	400,97		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	21595445587	620,41	620,41		0,00
080007	21627142568				87.207,76
080007	21742219500	1.341,42	1.341,42		0,00
080007	22729054553				88.885,36
080007	22751017568				88.320,52
080007	23343346349	1.340,37	1.340,37		0,00
080007	23369280515				88.824,04
080007	23757248520				88.574,53
080007	23899530500				84.797,05
080007	24152315504	1.098,37	1.098,37		0,00
080007	24308510597				502,81
080007	24334480500	733,07	733,07		0,00
080007	24377791591	7.686,44	7.686,44		0,00
080007	24493694572				89.391,84
080007	24640620578				85.335,40
080007	24669423568	276,12	276,12		0,00
080007	24868248553				87.360,21
080007	25189794504	7.401,76	7.401,76		0,00
080007	25215400563	5.764,23	5.764,23		0,00
080007	25360710225				101.554,83
080007	25434349504				86.853,87
080007	25434349504	7.112,54	7.112,54		0,00
080007	25437216572				59.830,36
080007	26038846549				86.055,91
080007	26061546572				96.334,01
080007	26156806504				85.340,63
080007	26430266591				90.461,73
080007	26552817568	631.213,91	631.213,91		0,00
080007	27019250530				89.077,74
080007	27108490544	1.017,92	1.017,92		0,00
080007	27440192591				12.689,18
080007	27440192591	12.343,65	12.343,65		0,00
080007	27494217568				88.495,95
080007	27532771504	733,08	733,08		0,00
080007	27738051515	5.740,99	5.740,99		0,00
080007	28087046587	6.479,20	6.479,20		0,00
080007	28237889568				106.293,95
080007	28295595504	870,82	870,82		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	28458249391				102.042,57
080007	28583620504				90.245,59
080007	28635604504	32.506,24		124,47	32.630,71
080007	28711947500	705,07	705,07		0,00
080007	28752490530				1.257,26
080007	28758145591	10.947,88	10.947,88		0,00
080007	28848004768				93.671,46
080007	29237947534	333,86	333,86		0,00
080007	29258553500				86.338,68
080007	29391016553	247,72	247,72		0,00
080007	29767520520	1.211,17	1.211,17		0,00
080007	30462479404				70.897,95
080007	30928400549				80.190,88
080007	30945291515	1.790,58	1.790,58		0,00
080007	31484573587				86.569,14
080007	31842879553				85.967,15
080007	32684347549	3.843,20	3.843,20		0,00
080007	32685807500				93.546,84
080007	32686161604	26.054,35	26.054,35		0,00
080007	32902980515	4.120,71	4.120,71		0,00
080007	33313148549	800,51	800,51		0,00
080007	33326797591	620,41	620,41		0,00
080007	33414505800				97.366,15
080007	33918945553				94.409,00
080007	33952388572	152,08	152,08		0,00
080007	34001395568	604,39	604,39		0,00
080007	34776524520	579,29	579,29		0,00
080007	34791442504				81.782,52
080007	34938761653	620,41	620,41		0,00
080007	34952993515	400,96	400,96		0,00
080007	34990461568	6.631,97	6.631,97		0,00
080007	35211768515	782,50	782,50		0,00
080007	35293098500				64.013,69
080007	35354003504				89.157,90
080007	35653574520	4.436,34	4.436,34		0,00
080007	35949120515				8.867,92
080007	35967250549				58.621,52
080007	36227161500				88.320,74

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	36589250510				87.701,59
080007	36595349515	291,40	291,40		0,00
080007	36627488515				82.051,44
080007	36702072520				71.999,32
080007	36928054549	1.255,45	1.255,45		0,00
080007	37238817500	4.776,83	4.776,83		0,00
080007	37448285572				87.060,80
080007	37467859520				98.019,70
080007	37673017415	3.481,66	3.481,66		0,00
080007	38060639587				68.708,18
080007	38134004504	22.313,89	8.436,89		13.877,00
080007	38162458549	786,18	786,18		0,00
080007	38503298520	476,38	476,38		0,00
080007	38726912520	4.850,45	4.850,45		0,00
080007	38748649520				89.030,80
080007	38807696568	1.017,91	1.017,91		0,00
080007	38821362434	15.580,42	15.580,42		0,00
080007	39024644887				2.488,09
080007	39064093504	2.335,81	2.335,81		0,00
080007	39264688587				83.737,47
080007	39452638591				73.885,49
080007	39584127500	1.255,46	1.255,46		0,00
080007	39685284504	3.869,63	3.869,63		0,00
080007	39825400544				296,15
080007	39846628587	602,46	602,46		0,00
080007	39909743515	620,40	620,40		0,00
080007	40123375568	866,29	866,29		0,00
080007	40214907520				101.670,72
080007	40298884534	13.544,05	13.544,05		0,00
080007	40317986520	670,34	670,34		0,00
080007	40451976649				88.999,03
080007	40468151591				86.997,38
080007	40482529504	1.202,79	1.202,79		0,00
080007	40482715553				73.017,08
080007	40631362568				4.234,14
080007	40631630597				86.791,43
080007	41189833549				85.116,34
080007	41383613591				93.552,13

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	41506650520	1.017,92	1.017,92		0,00
080007	41591135400	804,87	804,87		0,00
080007	42002788553				84.240,78
080007	42011183553	10.103,26	10.103,26		0,00
080007	42159415553	620,40	620,40		0,00
080007	42437067515				86.916,18
080007	42631475534	1.447,48	1.447,48		0,00
080007	43050905549	620,40	620,40		0,00
080007	43196314553	1.219,19	1.219,19		0,00
080007	43357490587	817,01	817,01		0,00
080007	43427529568	1.417,98	1.417,98		0,00
080007	43635334553	1.017,91	1.017,91		0,00
080007	45329540534	22.227,69		4.448,52	26.676,21
080007	45479437534				85.383,10
080007	45495084500	2.423,51	2.423,51		0,00
080007	45684502415	984,76	984,76		0,00
080007	45827699500				117.304,78
080007	45904898568	812,05	812,05		0,00
080007	46437223553	618,56	618,56		0,00
080007	46903259449	3.368,90	3.368,90		0,00
080007	46951598487	274,85	274,85		0,00
080007	47228300610	2.323,81	2.323,81		0,00
080007	47242817587				75.036,84
080007	47851384591				68.719,04
080007	47997931520	284,86	284,86		0,00
080007	48153303520				82.375,43
080007	48250783549				60.432,11
080007	48327085468	2.269,58	2.269,58		0,00
080007	48444103500	618,57	618,57		0,00
080007	48613460534				85.067,93
080007	48711535504	1.487,28	1.487,28		0,00
080007	49019619500	1.502,90	1.502,90		0,00
080007	49475339515				70.763,26
080007	49536877449	541,93	541,93		0,00
080007	49745263591	869,96	869,96		0,00
080007	49756060549	1.238,02	1.238,02		0,00
080007	49980858591				56.885,74
080007	50427679591	266,47	266,47		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	50690353553	620,40	620,40		0,00
080007	50918753520	5.053,34	5.053,34		0,00
080007	50935496572	733,07	733,07		0,00
080007	50960423591	2.415,65	2.415,65		0,00
080007	51264749520	283,07	283,07		0,00
080007	51353180549	10.448,37	10.448,37		0,00
080007	51369028504	620,40	620,40		0,00
080007	51865157520	760,66	760,66		0,00
080007	52916162534	64,19	64,19		0,00
080007	53427416534				71.627,03
080007	53851587553	1.058,63	1.058,63		0,00
080007	54057345515	612,48	612,48		0,00
080007	54266432615	2.210,72	2.210,72		0,00
080007	54456150572	115.849,63	115.849,63		116.441,72
080007	54595517572				87.454,30
080007	54597420568				86.951,38
080007	54826446500	1.009,35	1.009,35		0,00
080007	54835437187				84.422,50
080007	55471269500	3.578,16	3.578,16		0,00
080007	55474012500				74.353,51
080007	55941370504	1.255,45	1.255,45		0,00
080007	56158610534				66.031,92
080007	56707517520	620,40	620,40		0,00
080007	56725485553	897,51	897,51		0,00
080007	56813112520	7.053,25	7.053,25		0,00
080007	57098395587	3.864,12	3.864,12		0,00
080007	57514828400	6.488,44	6.488,44		0,00
080007	57876932568				74.650,72
080007	57947643504	620,40	620,40		0,00
080007	58192581500	620,41	620,41		0,00
080007	58293094591				79.122,70
080007	58504729591	553,80	553,80		0,00
080007	59775424534	1.907,11	1.907,11		0,00
080007	59775459591	798,09	798,09		0,00
080007	59902035515	291,40	291,40		0,00
080007	59923431568	2.450,04	2.450,04		0,00
080007	60179171534	760,66	760,66		0,00
080007	60629762520	1.093,21	1.093,21		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	60641304587	1.453,54	1.453,54		0,00
080007	60802243568	954,68	954,68		0,00
080007	60850647568	290,34	290,34		0,00
080007	60958464553				57.301,18
080007	61330159500				71.459,50
080007	61473030587				74.198,81
080007	61482960559	352,53	352,53		0,00
080007	61567990525	456,50	456,50		0,00
080007	61761290363	351,21	351,21		0,00
080007	62150634520	349,72	349,72		0,00
080007	62232541568	708,12	708,12		0,00
080007	62466780500	451,68	451,68		0,00
080007	62555731504	878,57	878,57		0,00
080007	63395070506	437,12	437,12		0,00
080007	63677393515	1.024,72	1.024,72		0,00
080007	64117839500	703,31	703,31		0,00
080007	64129179500				68.908,64
080007	64441377568	501,38	501,38		0,00
080007	65139879549	1.017,91	1.017,91		0,00
080007	65256891553	3.214,62	3.214,62		0,00
080007	65953185553	620,41	620,41		0,00
080007	66677890449				5.926,46
080007	66967872591	509,99	509,99		0,00
080007	66972566568	1.628,98	1.628,98		0,00
080007	67102638515	213,88	213,88		0,00
080007	67163440553	186,48	186,48		0,00
080007	67180957534	297,39	297,39		0,00
080007	67310664515	2.038,78	2.038,78		0,00
080007	68221770515	189,42	189,42		0,00
080007	68252455549	291,40	291,40		0,00
080007	69069913100	203,99	203,99		0,00
080007	69114021587	620,40	620,40		0,00
080007	69389853753				82.999,70
080007	69643687104	543,45	543,45		0,00
080007	69912149572	1.441,52	1.441,52		0,00
080007	70566321572	249,52	249,52		0,00
080007	71603166572	550,76	550,76		0,00
080007	71912975572	1.017,93	1.017,93		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	73164992491	456,50	456,50		0,00
080007	73444162715				85.827,76
080007	73715069520	1.881,25	1.881,25		0,00
080007	74087215504	181,25	181,25		0,00
080007	74856863568	801,25	801,25		0,00
080007	75020289515	867,79	867,79		0,00
080007	75962845404	8.314,42	8.314,42		0,00
080007	76613631515	1.263,43	1.263,43		0,00
080007	77068041515	823,32	823,32		0,00
080007	77592662515	844,58	844,58		0,00
080007	77694694572	798,09	798,09		0,00
080007	77701119515	1.284,68	1.284,68		0,00
080007	77757203520	620,41	620,41		0,00
080007	77759176520	17.203,44	17.203,44		0,00
080007	77802969549	23.185,05	23.185,05		0,00
080007	78071712515	437,12	437,12		0,00
080007	78204860587	2.107,57	2.107,57		0,00
080007	78216591500	115,46	115,46		0,00
080007	78460816591	5.100,54	5.100,54		0,00
080007	79365680506	1.202,79	1.202,79		0,00
080007	79419631591	913,15	913,15		0,00
080007	79578802587	2.319,75	2.319,75		0,00
080007	79805833534	291,40	291,40		0,00
080007	79922368587	1.195,54	1.195,54		0,00
080007	80328113549	5.725,90	5.725,90		0,00
080007	80433162520	617,49	617,49		0,00
080007	80456766553	1.025,87	1.025,87		0,00
080007	80499821572	434,95	434,95		0,00
080007	80528350544	1.207,00	1.207,00		0,00
080007	80714943568	1.152,10	1.152,10		0,00
080007	80729908534	1.604,82	1.604,82		0,00
080007	80939830582	346,75	346,75		0,00
080007	81123329591	956,84	956,84		0,00
080007	81139144553	291,40	291,40		0,00
080007	81172095868				32.183,23
080007	81222904500	844,58	844,58		0,00
080007	81237731534	1.255,45	1.255,45		0,00
080007	81341547515	760,66	760,66		0,00



Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	81502125587	1.368,36	1.368,36		0,00
080007	81530730520	493,76	493,76		0,00
080007	82274746591	751,29	751,29		0,00
080007	82489637568	815,25	815,25		0,00
080007	82493553500	620,40	620,40		0,00
080007	82499209534	620,41	620,41		0,00
080007	82689350572	251,59	251,59		0,00
080007	83133054520	595,15	595,15		0,00
080007	83195092549	1.181,93	1.181,93		0,00
080007	83284400591	2.184,21	2.184,21		0,00
080007	83379169587	620,40	620,40		0,00
080007	83515364587	1.010,26	1.010,26		0,00
080007	85744212949	1.255,45	1.255,45		0,00
080007	86106848491	645,24	645,24		0,00
080007	86849875515	2.498,43	2.498,43		0,00
080007	87112310504	1.643,06	1.643,06		0,00
080007	87900785515	1.888,47	1.888,47		0,00
080007	88045536187	1.051,01	1.051,01		0,00
080007	88437604591	3.085,46	3.085,46		0,00
080007	88750299620	686,40	686,40		0,00
080007	89478029568	804,87	804,87		0,00
080007	90001931504	177,97	177,97		0,00
080007	90094832587	203,99	203,99		0,00
080007	90590759515	801,25	801,25		0,00
080007	90750810572	620,40	620,40		0,00
080007	90976240530	325,27	325,27		0,00
080007	90995376549	1.825,39	1.825,39		0,00
080007	91071160559	233,61	233,61		0,00
080007	91202094520	624,54	624,54		0,00
080007	91409977587	1.017,91	1.017,91		0,00
080007	91696003504	573,60	573,60		0,00
080007	91714044572	874,47	874,47		0,00
080007	91720370591	1.371,07	1.371,07		0,00
080007	91880203553	4.301,30	4.301,30		0,00
080007	91889243515	290,34	290,34		0,00
080007	91890632520	1.255,45	1.255,45		0,00
080007	91906180504	545,67	545,67		0,00
080007	91940702534	1.538,84	1.538,84		0,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
080007	92330282591	561,68	561,68		0,00
080007	92363954572	1.080,94	1.080,94		0,00
080007	92406424553	1.256,90	1.256,90		0,00
080007	92438610506	1.350,73	1.350,73		0,00
080007	92758223520	1.219,19	1.219,19		0,00
080007	92845843100	733,07	733,07		0,00
080007	93671288515	1.105,04	1.105,04		0,00
080007	93806183520	801,25	801,25		0,00
080007	93837607534	294,68	294,68		0,00
080007	94153663549	6.613,41	6.613,41		0,00
080007	94281866515	2.140,47	2.140,47		0,00
080007	94777306534	2.184,21	2.184,21		0,00
080007	94825300553	306,58	306,58		0,00
080007	94825483534	620,40	620,40		0,00
080007	94904960572	620,40	620,40		0,00
080007	95009680530	1.202,79	1.202,79		0,00
080007	95284710568	1.647,31	1.647,31		0,00
080007	95293914553	620,40	620,40		0,00
080007	95574140497	1.255,45	1.255,45		0,00
080007	95944320559	760,65	760,65		0,00
080007	95985573591	991,64	991,64		0,00
080007	96105330510	729,65	729,65		0,00
080007	96610433534	584,05	584,05		0,00
080007	96969563553	1.224,66	1.224,66		0,00
080007	97010944504	550,71	550,71		0,00
080007	97401480506	2.165,54	2.165,54		0,00
080007	98806882520	1.352,88	1.352,88		0,00
080007	98863932549	475,98	475,98		0,00

Fonte: SOF/TRT5/SIAFI 2013 E 2014.

## ANÁLISE E JUSTIFICATIVAS

Considerando as dotações orçamentárias disponibilizadas em função das necessidades desta Unidade Jurisdicional, podemos elencar as seguintes dificuldades encontradas no processo de gestão orçamentária deste Órgão para pagamento de passivos administrativos no exercício de 2014: Disponibilidade de créditos insuficientes para atender ao pagamento de passivos referentes a despesas de pessoal, conforme escrituração de conta específica. Neste caso, o Órgão reconheceu administrativamente a existência da obrigação de pagar, mas, por falta de disponibilidade orçamentária, a sua quitação resta comprometida, gerando o passivo supramencionado.

Saliento que as novas orientações provenientes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho já vêm permitindo a redução dos passivos supramencionados.

## DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadros A.5.2.3.3, A.6.4

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS					
Identificação da Ação					
Código	IP66			Tipo:	
Título	MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS da Justiça do Trabalho				
Iniciativa					
Objetivo				Código	
Programa	Prestação Jurisdicional		Código	571	Tipo:
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
22.329,75	-	3,60			
Identificação da Ação					
Código	2C73			Tipo:	
Título	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA				
Iniciativa					
Objetivo				Código	
Programa	Prestação Jurisdicional		Código	571	Tipo:
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
393.021,44	392.468,58	-			
Identificação da Ação					
Código	2C73			Tipo:	
Título	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA				
Iniciativa					
Objetivo				Código	
Programa	Prestação Jurisdicional		Código	571	Tipo:
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
88.921,78	-	-			

Fonte(S): SIAFI e SIAFI WEB

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	36.627.808,30	29.632.609,49	765.858,73	6.229.340,08
2012	3.972.938,48	513.987,30	22.927,06	3.436.024,12
2011	2.943.140,18	0,00	1.626,51	2.941.513,67
2010	3.725.729,79	0,00	0,00	3.725.729,79
2009	10.512.435,95	0,00	0,00	10.512.435,95
2008	35.707,51	0,00	0,00	35.707,51
...				0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013				0,00
2012				0,00
2011				0,00
2010				0,00
2009				0,00
...				0,00

Fonte(S): SIAFI e SIAFI WEB

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ decorre da implementação de projetos de construções que demandam um tempo maior na homologação do processo licitatório e execução das etapas das obras, ainda dentro do exercício financeiro em que os recursos são consignados.

Além disso, a demora na análise e validação dos projetos, ensejando no atraso da liberação dos recursos orçamentários, também retarda o início da execução orçamentária, provocando a necessidade de se utilizar desse instrumento.

A Permanência de RP processados por mais de um exercício financeiro, tem sua origem no atraso da execução das obras; entretanto, não interfere na gestão financeira desta Unidade no exercício de referência.

## INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não há declarações a serem prestadas sob este aspecto.

## INFORMAÇÕES SOBRE SUPRIMENTOS DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadros A.6.6.1, A.6.6.2 e A.6.6.3.

**Obs.:** Não existem contas bancárias tipo B neste Tribunal.

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos							
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	080007	T.R.T. 5ª REGIÃO			248	753.800,00	6.000,00
2013	080007	T.R.T. 5ª REGIÃO			247	754.000,00	6.000,00
2012	080007	T.R.T. 5ª REGIÃO			229	688.200,00	5.000,00

Fonte: SIAFI 2012/2013/2014

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos								
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	080007	T.R.T. 5ª REGIÃO			145	63.416,80	291.992,02	355.408,82
								-
2013	080007	T.R.T. 5ª REGIÃO			165	76.886,89	290.763,95	367.650,84
								0,00

Fonte: SIAFI 2013/2014

**Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
080007	T.R.T. 5ª REGIÃO	3339030	04	5.889,00	
			07	36.364,36	
			10	1.839,49	
			14	396,66	
			15	4.189,00	
			16	5.598,81	
			17	8.144,45	
			19	4.666,97	
			20	311,88	
			21	11.449,19	
			22	7.816,12	
			23	1.512,39	
			24	44.724,24	
			25	18.503,01	
			26	44.327,71	
			28	9.544,42	
			29	2.686,92	
			31	9.298,07	
			36	99,70	
			39	887,07	
			42	3.382,68	
			44	8.186,86	
			50	629,00	
			3339036	05	476,19
			3339039	12	3.139,04
				14	84,00
				16	31.242,12
		17		41.763,81	
		19		330,00	
		20		9.085,70	
		44		1.777,90	
		47		1.400,00	
		57		495,00	
59	645,00				
63	8.803,42				
69	92,35				
74	600,00				
78	15.046,77				
79	11.851,00				
95	380,00				

Fonte: SIAFI 2013/2014

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A concessão e utilização de Suprimento de Fundos nesta UJ obedeceu aos ditames legais. Além disso, permanece a fiscalização sistemática sobre os suprimentos concedidos, o que tem com que a grande maioria dos supridos utilize os recursos de forma eficaz.

Desvios pontuais, motivados por equívocos de interpretação da norma específica têm sido combatidos, tendo como resultado final a devolução voluntária de valores utilizados inadequadamente.

Tal conduta desta UJ tem sido compreendida como pedagógica, na medida em que cria nos supridos o compromisso de verificar a legislação correlata. A consequência tem sido o número cada vez menor de uso inadequado dos valores disponibilizados nos suprimentos de fundos.



## GESTÃO DE PRECATÓRIOS

## Quadro A.6.8.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

## Precatórios - Requisição

## Administração Direta

Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012**		2011*	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	1	40.503,85	1	963.638,39	5	899.919,80	1	40.503,85	1	963.638,39	5	899.919,80
Comum	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>40.503,85</b>	<b>1</b>	<b>963.638,39</b>	<b>5</b>	<b>899.919,80</b>	<b>1</b>	<b>40.503,85</b>	<b>1</b>	<b>963.638,39</b>	<b>5</b>	<b>899.919,80</b>

## Precatórios – Dotação e Pagamento

Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica			
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012	
Alimentícia	43.445,00	1.041.982,00	974.523,00	43.445,00	1.041.982,00	974.523,00	-	-	-	-
Comum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>43.445,00</b>	<b>1.041.982,00</b>	<b>974.523,00</b>	<b>43.445,00</b>	<b>1.041.982,00</b>	<b>974.523,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Observações: \*Constam dos 05 precatórios da Administração Direta expedidos em 2011 um total de 07 beneficiários;

\*\*Constam do único precatório (precatório nº 68500-71.1990.5.05.0013) da Administração Direta expedido em 2012 um total de 25 beneficiários;

Fonte: Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

**Quadro A.6.8.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta**

**Precatórios - Requisição**

**Administração Indireta**

Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012**		2011*	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	1	517.102,57	4	2.132.281,06	4	21.693.209,10	1	517.102,57	4	2.132.281,06	4	21.693.209,10
Comum	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>517.102,57</b>	<b>4</b>	<b>2.132.281,06</b>	<b>4</b>	<b>21.693.209,10</b>	<b>1</b>	<b>517.102,57</b>	<b>4</b>	<b>2.132.281,06</b>	<b>4</b>	<b>21.693.209,10</b>

**Precatórios – Dotação e Pagamento**

Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica			
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012	
Alimentícia	554.644,00	2.305.634,00	23.491.576,00	554.644,00	2.305.634,00	11.675.407,00	-	-	11.816.169,00	-
Comum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>554.644,00</b>	<b>2.305.634,00</b>	<b>23.491.576,00</b>	<b>554.644,00</b>	<b>2.305.634,00</b>	<b>11.675.407,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.816.169,00</b>	<b>-</b>

Observações: \*Constam dos 04 precatórios da Administração Indireta expedidos em 2011 um total de 17 beneficiários, sendo que um deles é um Sindicato (SINDSUNSEB – CNPJ 13532049/0001-37), cujo crédito alcança o valor de R\$10.781.610,06 (precatório nº 0267842-90.1990.5.5.0004);

\*\*Constam dos 04 precatórios da Administração Indireta expedidos em 2012 um total de 12 beneficiários;

Fonte: Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

**No que concerne às solicitações de recursos para pagamento de Precatórios de entes Federais, cabe registrar as seguintes observações:**

O crédito devido a cada um dos exequentes (beneficiários) é fixado exclusivamente pelo Juiz nos autos do processo e somente ele, por meio de decisão fundamentada, pode alterar os valores. Após transitar em julgado a conta que fixou o crédito, o magistrado determina a expedição da Requisição de Pequeno Valor ou do Precatório, a depender do valor a executar.

Recebido os autos com o Precatório na Secretaria de Coordenação Judiciária de Segunda Instância, os mesmos são encaminhados por despacho da Presidência à Central de Cálculos, para atualização, devendo ainda ser conferido se a União teve ciência da determinação de expedição e se foi oportunizada a compensação de créditos, bem como se o Ministério Público do Trabalho emitiu parecer acerca da regularidade da formação do precatório, consoante exigência contida no Regimento Interno deste E. TRT. Após a atualização, e também em cumprimento ao despacho exarado pela Presidência, são efetuadas as solicitações de recursos.

Na hipótese de o crédito ter sido enquadrado como precatório, a solicitação de recursos é efetuada até o final de junho de cada ano ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sendo importante registrar que desde o ano de 2014 o CSJT passou a disponibilizar um Sistema de Gerenciamento de Precatórios, via Aplicação Web, para preenchimento e requisição dos valores dos precatórios da União, no seguinte endereço: <https://aplicacao2.jt.jus.br/precatóriosWeb/>.

No ano seguinte ao da requisição, os valores são descentralizados pelo Conselho Superior para a nossa unidade orçamentária (Secretaria de Orçamento e Finanças) e ficam à disposição do Juízo das respectivas Varas do Trabalho, que detém a competência para liberá-los, para pagamento aos exequentes, cabendo também ressaltar que apenas os magistrados podem autorizar a liberação de qualquer valor às partes.

É relevante ainda registrar que o acesso ao Sistema de Gerenciamento de Precatórios é feito via *web*, com a digitação de *login* e senha, quando a utilização de certificado digital poderia trazer mais segurança ao procedimento de acesso e requisição.

Por fim, registre-se que no início do ano de 2013 entrou em operação neste TRT-5ª Região o novo Módulo de Gestão de Precatórios, desenvolvido para atender às especificações contidas na Resolução nº 115/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que, por sua vez, reflete as alterações constitucionais introduzidas com a Emenda Constitucional nº 62/2009.

## INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL

### Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	2773	2613	140	141
1.1. Membros de poder e agentes políticos	214	208	14	9
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2559	2405	126	132
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2284	2130	90	88
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	272	272	36	43
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	11	11	2	5
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	2784	2624	142	146

### Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	466	1939
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	466	1939
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	434	1696
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	3
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	32	240
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	10
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	467	1949

### Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	160	160		
1.1.Cargos Natureza Especial	-	-		
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	160	160		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	142		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	7		
1.2.4. Sem Vínculo	11	11		
1.2.5. Aposentados	-	-		
<b>2. Funções Gratificadas</b>	1565	1541		
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1325		
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	216		
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	1725	1701		

Fonte: Sistema de RH

## INFORMAÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

### Quadro A.6.1.3.3

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total								
Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					Código UO: 15106		UGO: 15106	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Pessoal</b>								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL (319011)	447.962.240,69	416.593.286,64	447.962.240,69	416.544.380,28	-	48.906,36	447.962.240,69	416.544.380,28
APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR (319001)	140.140.825,52	132.229.409,14	140.140.825,52	132.209.551,44	-	19.857,70	140.140.825,52	132.209.551,44
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS (319113)	83.912.993,59	77.620.999,88	83.912.993,59	77.615.802,12	-	5.197,76	83.912.993,59	77.615.802,12
Demais elementos do grupo	58.492.867,81	101.716.884,45	56.651.440,54	84.470.431,97	1.841.427,27	17.246.452,48	56.651.440,54	84.470.431,97
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
AUXILIO-ALIMENTACAO (339046)	23.867.641,00	22.268.741,00	23.599.767,42	22.263.758,07	267.873,58	4.982,93	23.599.767,42	22.263.758,07
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (339039)	22.539.300,25	21.761.749,79	17.318.012,78	15.254.347,57	5.221.287,47	6.507.402,22	17.318.012,78	15.254.347,57
INDENIZACOES E RESTITUICOES (339093)	20.564.662,45	17.112.874,24	20.498.270,83	17.056.886,17	66.391,62	55.988,07	20.498.270,83	17.056.886,17
Demais elementos do grupo	46.290.429,59	33.979.345,36	42.999.839,00	30.523.190,83	3.290.590,59	3.456.154,53	42.999.839,00	30.523.190,83



## 6.1. – Análise

Considerando as dotações orçamentárias disponibilizadas em função das necessidades desta Unidade Jurisdicional, podemos elencar as seguintes dificuldades encontradas no processo de gestão orçamentária deste Órgão:

### **Alterações significativas ocorridas no exercício**

- Despesas com pessoal. Neste quesito, as alterações sofridas decorrem da insuficiência das dotações inicialmente autorizadas na peça orçamentária, ensejando na necessidade de suplementação para atender as despesas mensais, bem como às eventuais contratações autorizadas por lei;

## **INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS A PESSOAL**

Item 7.1 "e" – Descrição das iniciativas da unidade jurisdicionada para capacitação e treinamento dos servidores nela lotadas.

1. SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL.
2. SEÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

Dados genéricos - Promoção de cursos e treinamentos internos, nas modalidades presencial e à distância, bem como inscrição de servidores em eventos promovidos por outras entidades, conforme relatório e dados apresentados abaixo:

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Número total de eventos realizados: 237

Número total de vagas ofertadas nos eventos: 4.168

### **1. SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - Programa de capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.**

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas iniciou o ano de 2014 promovendo ações de treinamento na área de Gestão de Pessoas por Competências dando continuidade ao projeto de implantação no TRT da 5ª Região desse modelo de Gestão, com as seguintes ações:

1 – Sensibilização para implantação de Gestão de Pessoas por Competências para Gestores e Servidores da área-fim (Diretores de Vara do Trabalho e de Núcleos de Apoio da Capital e Interior, Núcleo de Manutenção e Projetos, Seção de Transportes, Administração do Fórum, Seção de Áudio e Telefonia e Nusop – Núcleo de Suporte Operacional ao PJe), ocasião em que foram formadas as

comissões representativas dos grupos gestores, realizada para 04 (quatro) turmas, em 23/01/2014, com o objetivo de proporcionar condições técnicas para construção dos mapas de atribuição de sua área de atuação.

2 – Em 14/03/2014 encaminhamento à Leme Consultoria dos mapas elaborados pelas unidades citadas no item anterior.

3 – Em 26/03/2014 – Treinamento para clarificação da emissão de relatórios e planilhas via sistema *Calc*.

4 – Em 01/04/2014 – Treinamento do Software GCA – Análise, Interpretação e Emissão de Relatórios com o módulo Premium.

5 – Em 08/04/2014 – Apresentação do sistema para a Mesa Diretora.

6 – De 22/04 a 25/04/2014 e de 12/05 a 13/05/2014 – Validação dos Mapas de Atribuição com consultor da Leme Consultoria, além de reunião com o Comitê de Implantação para revisão do nível de competências das funções (NCF) da área-meio e análise e validação da NCF da área-fim do Tribunal.

7 – De 29/07 a 31/07/2014 – 2ª Etapa do Treinamento do Software GCA – Análise, Interpretação e Emissão de Relatórios com o módulo Premium.

8 – Em 23/10 e 24/10/2014 – Palestras de Sensibilização sobre Avaliação por Competências.

9 – Em 13/11 e 14/11/2014 – Seminário Nacional de Gestão por Competência.

A próxima etapa consistirá em definir as dimensões que farão parte da próxima avaliação: competências técnicas, comportamentais, responsabilidade e metas.

Em observância à Lei 11.416/2006, às Portarias Conjuntas nº 1 e 3/2007 do STF e à Resolução Administrativa 19/2007, que determinam a participação dos gestores, a cada dois anos, em cursos de desenvolvimento gerencial, a CDP elaborou para o ano de 2014 o Programa de Desenvolvimento Gerencial que abriu suas atividades em março com os treinamentos “Como Organizar e Dirigir Reuniões Produtivas” e “Técnicas de Oratória para uma Comunicação Eficaz”. Em continuidade ao Programa de Desenvolvimento Gerencial foram promovidos os Workshops “Liderando a Geração Y” e “Sempre ao Lado da Mudança”, além dos cursos *online*: Gestão de Mudanças, Desenvolvimento de Competências Gerenciais e Gestão de Projetos.

Em face de nomeações de novos servidores neste TRT, a CDP promoveu em maio e em novembro o treinamento introdutório do SAMP com o objetivo de capacitação para o trabalho nas Secretarias das Varas.

Atendendo às necessidades de treinamento dos servidores lotados no Órgão de Controle Interno, bem como outras unidades da área administrativa deste TRT, a CDP promoveu os treinamentos de “Auditoria Baseada na Avaliação de Riscos” e de “Avaliação dos Controles Internos no Setor Público”, em junho e agosto, respectivamente.



Considerando a Publicação do ATO TRT5 210/2014, que trata do andamento de processos administrativos, a CDP realizou, em agosto, 02 turmas do curso “Disposições do ATO TRT5 210/2014 e outras Recomendações Úteis ao Bom Andamento dos Processos Administrativos” destinado aos servidores da área administrativa deste Regional.

Ainda com o objetivo de contemplar demandas de treinamento da área administrativa, foi promovido o treinamento “Planejamento da Contratação e Fiscalização de Contratos de Terceirização”, em setembro, que foi ministrado por dois servidores instrutores internos convidados do Tribunal de Contas da União.

Em 17/12/2014 foi ministrada a palestra “Planejamento e Estratégia para um ano novo: o futuro que começa hoje” destinada aos servidores deste E. TRT 5ª Região.

No que diz respeito aos treinamentos do PJe, o ano começou com a promoção das Oficinas do PJe Instalação da versão 1.4.8, direcionadas a representantes das Varas da Capital, à 2ª Instância deste TRT, às Varas de Itabuna, Ilhéus e Santo Amaro, bem como foi realizada uma palestra de apresentação da nova versão aos operadores do direito.

A CDP promoveu também o curso de Formação de Secretário de Audiências, contemplando o uso do Sistema AUD – Pje, além de 03 turmas do curso de Configuração de Salas e Pautas de Audiências para Secretários de Audiências.

No mês de julho foi realizada Palestra sobre o PJe – Provimento Conjunto GP/CR 05/2014 direcionada aos representantes das Varas do Trabalho deste TRT. Ademais, o Ministério Público do Trabalho – MPT recebeu Palestra de Apresentação do PJe, destinada aos seus membros e servidores.

Em continuação ao projeto de implantação do PJe em cidades do interior do Estado, o mesmo foi implantado nas cidades de Alagoinhas, Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista. Para tais cidades foi elaborado um pacote de treinamentos que consiste na promoção dos seguintes cursos: Trâmite Processual com Foco na Elaboração de Minutas de Despacho, PJe para Varas do Trabalho, PJe para Núcleos de Apoio, PJe para Oficiais de Justiça e PJe para Operadores do Direito. Saliente-se que a cidade de Itapetinga foi incluída no cronograma de implantação 2014, tendo recebido a mesma programação de treinamentos.

No mês de setembro, a Central de Execução recebeu treinamento específico de Pje.

Em paralelo ao PJe já implantado na Capital, foi implantado o e-SAMP nas Varas do Trabalho de Salvador, pelo que os treinamentos se iniciaram em abril na 1ª Vara do Trabalho de Salvador, com a apresentação do e-SAMP *in loco* aos servidores da citada Vara. Quanto às demais Varas da Capital, foram realizados os treinamentos, com carga horária de 8h, a partir de setembro para Varas que manifestaram interesse e disponibilidade para implantação do referido sistema nesse ano, quais sejam, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 16ª, 17ª, 18ª, 21ª, 24ª, 28ª, 30ª, 31ª e 33ª VT.

Também houve realização do curso e-SAMP para o Departamento de Hastas Públicas em novembro. Ressalte-se que, além do treinamento em sala de aula, as Varas receberam apoio de semana de Operação Assistida durante uma semana.

No que se refere à 2ª Instância, já foram realizados os treinamentos de e-SAMP para a Coordenação Judiciária de 2ª Instância, Gabinetes e Turmas.

Tendo em vista a implantação do Posto da Justiça do Trabalho na cidade de Luís Eduardo

Magalhães em 28 de novembro de 2014, foi promovido treinamento para os servidores que estão atuando no referido Posto, nos dias 26 e 27 de novembro de 2014.

Conforme já amplamente divulgado, a partir de 27/10/2014, este Tribunal adotou o Sistema de Processo Administrativo Eletrônico - PROAD, responsável pela gestão dos processos administrativos e escolhido pelo CSJT e TST para unificação nacional dos sistemas administrativos dos TRTs. Por esta razão, visando proporcionar o conhecimento prévio das funcionalidades do novo sistema, a CDP promoveu Palestras de Apresentação do PROAD, para as quais contou com a presença do instrutor interno convidado da 22ª Região, Felipe Pereira, que na oportunidade também ministrou 02 turmas do treinamento de 12 horas para as primeiras unidades da Administração que movimentarão os processos e 01 turma do Módulo SAF do PROAD. Além disso, foram promovidas mais 05 turmas para os setores da Administração, bem como apresentações do PROAD especialmente para os Gabinetes e Varas do Trabalho, desta feita ministrados por instrutores internos deste TRT.

Em novembro houve o curso Introdução ao SAMP destinado aos servidores da Distribuição e Protocolo. Houve, também, a Oficina de Atualização PJe.

Em dezembro foram ministradas palestras sobre PJe e E-SAMP para os Peritos e PJe para os Procuradores do Município e os cursos PJe Editor Estruturado de Sentenças destinado aos Assistentes de Juiz e PJe para Calculista de 2º Grau.

Quanto aos eventos externos promovidos por outras entidades e custeados pelo TRT, até o momento neste ano, foram atendidas as seguintes demandas de aquisição de vagas em treinamentos apresentadas pelas respectivas unidades:

- 1- “Planejamento da Contratação Pública e Fiscalização de Contratos Terceirizados”: Diretoria Geral.
- 2- “Retenção de Tributos”: Coordenadoria de Contabilidade e Secretaria de Orçamento e Finanças.
- 3- “Contratação de Soluções de TI pela Administração Pública”: SETIC, Secretaria de Controle Interno e Secretaria de Assessoramento Jurídico.
- 4- “Aplicações de Sanções nas Contratações Públicas e a Responsabilidade dos Agentes Públicos por Ações e Omissões”: Coordenadoria de Material e Logística e Secretaria de Assessoramento Jurídico.
- 5- “Licitações e Contratos- Temas Polêmicos e os Entendimentos do TCU e dos Tribunais Superiores”: Coordenadoria de Material e Logística e Secretaria de Assessoramento Jurídico.
- 6- “Desoneração de Folha de Pagamento”: Secretaria de Controle Interno.
- 7- “1º Encontro Regional de Trabalho Decente”: Diretoria Geral.
- 8- “1º Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho”: Diretoria Geral.
- 9- “Gestão de Documento Eletrônicos”: Coordenadoria Administrativa de Pessoas, Coordenadoria

de Desenvolvimento e Manutenção.

10- “Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Como Formalizar e Gerir os Contratos decorrentes de Contratação Direta”: Coordenadoria de Material e Logística.

11- “A Nova IN 06 de 23/12/2013 do MPOG, Alterando a IN 02/2008 SLTI/MP e suas Principais Atualizações nos seus Aspectos Legais e Gerenciais”: Coordenadoria de Contabilidade.

12- “Legislação de Pessoal, Aposentadorias e Pensões”: Secretaria de Assessoramento Jurídico.

13- “Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Como Formalizar e Gerir os Contratos Decorrentes de Contratação Direta”: Coordenadoria de Material e Logística.

14- “Legislação de Pessoal e Aspectos Polêmicos”: Secretaria de Assessoramento Jurídico.

15- “X CONBRASCOM – Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça”: Secretaria de Comunicação Social.

16- “Aposentadoria, Pensão, Abono de Permanência e Memórias de Cálculos”: Secretaria de Assessoramento Jurídico.

17- “Auditoria em Folha de Pagamento com o uso da Ferramenta ACL”: Secretaria de Controle Interno.

18- “Habilidades Consultivas para Profissionais de Segurança”: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

19- “JBOSS297”: servidores da SETIC.

20- “Obras e Serviços de Engenharia - do Planejamento e Julgamento da Licitação até a Fiscalização dos Contratos”.

21- “Encontro sobre Normas de Encerramento do Exercício de 2014 e Abertura do Exercício de 2015”.

22- “Teste de Invasão de Aplicações Web”.

23- “XIV Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho – EBJUT”.

24- “JB348 – ADVANCED JBOSS ADMINISTRATION”.

25- “RH124 – RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION”.

26- “29º Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento – CBTD”.

27- “JB311 JBOSS SEAM APPLICATION DEVELOPMENT”.

28- “II Encontro sobre Acessibilidade”.

29- “II Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho”.

30- “Legislação de Pessoal Avançado e Aspectos Polêmicos”.

31- “Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratos de Terceirização 3ª Edição 2014”.

32- “Criação Audiovisual para Web”.

33- “Curso Prático de Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição na Adm. Pública nos Termos da Port. MPS nº 154/2008 em Consonância com as Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005”.

34- “Preparação para o Mercado de Trabalho”.

35- “Elaboração de Planilhas de Orçamento de Obras com o novo Sinapi”.

36- “Execução Orçamentária Integrado Com o SIAFI Operacional e Web Educacional Com o Novo PCASP para 2015”.

### **15º Encontro de Diretores de Varas do TRT5**

Realizado entre os dias 20/8 e 22/8/2014, o evento reuniu representantes das unidades judiciárias e administrativas da capital e do interior e abrangeu temas variados acerca da experiência do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJ-e JT) e suas perspectivas, apresentações do módulo e-Samp e o Balanço da Inspeção Processual de 2014. Foram também debatidas e apresentadas outras atividades, com oficinas sobre melhores práticas implementadas na unidade de trabalho, análise para aprimoramento das condições de trabalho, abordagens sobre a Central de Execução e questões administrativas das áreas de pessoal, manutenção e patrimônio, a palestra “Liderança no Mundo Líquido: Desafios de uma nova concepção, realizada pelo Doutor Leandro Karnal. Ao final do encontro foi eleita a nova comissão dos diretores de Secretaria de Vara do Trabalho, designada pelo Ato TRT5 447/2014. Houve convocação da Presidência para as Varas que atuavam com o PJe para participação no curso Lançador Manual de Movimentos do Pje-JT, módulo de integração do e-Gestão.

## **2. SEÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Iniciamos o ano de 2014, dando continuidade as ações de treinamento, na modalidade a distância, voltadas para os servidores deste Regional, ocupantes do cargo de Agente de Segurança, com o curso **Profissionalização da Segurança Judiciária**, considerando o artigo 7º da Resolução no 108, de 29 de junho de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que tange à obrigatoriedade de participação de servidores da especialidade Segurança em *Programa de Reciclagem Anual, com aproveitamento, para continuidade da percepção da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS*. Sendo assim, foram contratadas 4 (quatro) turmas: a primeira foi realizada com 20 (vinte) participantes e as demais com 39 (trinta e nove), totalizando 137 (cento e trinta e sete) participantes. A primeira turma ocorreu no período de 02 a 19 de dezembro do ano de 2013, e as demais foram realizadas ainda no primeiro semestre de 2014.

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas realizou, neste ano, uma turma, na modalidade semipresencial, do curso **Formação de Calculista**, com fins de atender às exigências da Resolução Administrativa nº063/2010, bem como dos Atos 192 e 193, de 2011, deste Regional. O curso foi oferecido em 03 (três) módulos EAD, *Noções de Execução Trabalhista, Cálculos Trabalhistas e Planilha de Atualização de Cálculos Trabalhistas* e 1 (um) módulo presencial, *Prática de Cálculos Trabalhistas*, com o objetivo de preparar os servidores lotados em Varas do interior e da capital. Foram oferecidas 45 (quarenta e cinco) vagas, possibilitando inscrição de apenas 1 (um) servidor por Vara Trabalhista.

Ainda, no intuito de atender às solicitações e necessidades dos servidores que exercem a função de calculista ou de pagamento, neste Tribunal, oferecemos também, uma turma do curso **Atualização de Cálculo Trabalhista Utilizando a PAC**, que aconteceu no período de 28/05/14 a 04/06/14, na

modalidade a distância, com carga horária de 8 (oito) horas e 50(cinquenta) vagas. Além das ações mencionadas, demos continuidade, este ano, ao **Fórum Virtual de Discussão dos Calculistas**, que teve início no ano de 2012. O fórum está disponibilizado na plataforma virtual de EAD da CDP, e, é voltado para troca de experiências, bem como para divulgação de procedimentos, índices de atualização, planilha padrão para cálculo e outras informações.

No início do ano, foi realizado levantamento de utilização do Sistema AUD pelos *Secretários de Audiência* lotados nas Varas do interior, e, dentre as 49 (quarenta e nove) Varas Trabalhistas, 21(vinte e uma) delas não utilizavam o referido sistema, ou seja, quase 50%. Apesar do alto percentual, temos oferecido, nos últimos anos, treinamento para este fim. Em 2014, realizamos turma exclusiva para os secretários lotados no interior, além das turmas oferecidas à capital. Diante de tal realidade, realizamos mais uma turma do curso online de **Sistema AUD**, no mês de maio, com 02 (duas) vagas destinadas a cada vara relacionada. Vale ressaltar que as inscrições foram realizadas por indicação do Diretor da Vara.

Também foi oferecida e realizada, no segundo semestre, uma turma, do curso **Sistema AUD PJe**, sendo exclusiva para os servidores lotados nas Varas que não foi implantado o PJe (interior). Esta turma foi destinada aos secretários e os substitutos das Varas, com data de implantação para o segundo semestre do ano de 2014, quais sejam: Alagoinhas, Camaçari, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Juazeiro e Vitória da Conquista. Dentre elas, as que ainda não usavam o AUD, estavam as de Alagoinhas e 1<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> de Camaçari.

A fim de complementar o *Programa de Desenvolvimento Gerencial* deste Regional, e em cumprimento à Lei nº11416/2006 e Portarias Conjuntas nº 01 e nº 03 de 2007 do Supremo Tribunal Federal, que determinam a reciclagem obrigatória para os ocupantes de cargo de gerenciamento a cada 2(dois) anos, contratamos 2(duas) turmas do curso de **Gestão de Mudanças**, com carga horária de 30(trinta) horas e 50(cinquenta) vagas cada, que foram ministradas para os servidores gestores. A primeira turma teve início no dia 05 de maio, e, apesar de ter sido amplamente divulgada pela intranet e e-mails, houve manifestação de 22(vinte e dois) gestores. As demais vagas foram preenchidas com outros servidores que tiveram interesse pelo tema. A segunda turma aconteceu no período de 08 de setembro a 07 de outubro do corrente ano.

Com o objetivo de capacitar os servidores lotados nas Varas do interior e os servidores removidos para a Varas onde já houve implantação do PJe, foram disponibilizadas, neste ano, 4(quatro) turmas do curso *online***PJe JT – 1º Grau**, com 100 vagas cada, sendo 2(duas) ofertadas no primeiro semestre e 02(duas) no segundo semestre. O conteúdo que foi disponibilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sofreu atualizações para a versão 1.4.8.

Devido à demanda de servidores em busca de maiores conhecimentos sobre o novo acordo ortográfico, oferecemos 2(duas) turmas do curso *online***Acordo Ortográfico e Mais...**, ministrado pela servidora Carola Rapp, Doutora em Linguística, que elaborou o conteúdo, incluindo pinceladas de natureza política e histórica, com realização nos períodos de 28/04 a 26/05/2014 e de 27/10 a 28/11/2014.

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas promoveu, no mês de fevereiro, uma turma do curso **Procedimentos para Recadastramento de Inativos e Pensionistas**, na modalidade EAD, com 69(sessenta e nove) participantes, ministrada pelo professor-tutor e conteudista Milton Jones Neto, sendo que 56(cinquenta e seis) participantes concluíram com êxito. O objetivo foi fazer com que os cursistas, munidos das informações precisas, pudessem realizar o recadastramento dos

inativos e pensionistas, deste Regional, efetuando a coleta, conferência e autenticação de documentos informados, além de ficarem responsáveis pelo envio dos documentos para a Coordenadoria Administrativa de Pessoas, por Malote Digital.

Ainda no ano de 2014 foram realizadas 03(três) turmas do curso **LibreOffice**, disponibilizadas por aplicativos: *Writer e Calc*, com objetivo de capacitar os servidores para a utilização do *LibreOffice* em substituição do pacote *Microsoft Office*. Para tanto, foram ministradas no primeiro semestre, 2(duas) turmas de *Writer* e 1(uma) de *Calc*.

Atendendo às solicitações dos servidores, foram promovidas duas turmas do curso **PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA: o 1º dia de trabalho é o 1º dia de sua aposentadoria**, pelo professor-tutor e conteudista Milton Jones Neto, nos períodos de 31/03 a 14/04/2014 e de 08/10 a 24/10/2014, com carga horária de 16 horas cada. O objetivo do curso é fornecer ferramentas para que os servidores deste Tribunal possam entender os processos e direitos que envolvem sua aposentadoria.

Visando a difusão e adoção de normas de higiene social, foram programadas duas turmas do curso online **Prevenção de Doenças Infectocontagiosas**. A primeira turma ocorreu no período de 05/05 a 13/05 e a segunda no período de 03 a 11/11/2014, com 50(cinquenta) vagas e carga horária de 10(dez) horas cada.

Diante da importância de melhorar o atendimento ao público pelos servidores deste Regional, a servidora Itana Tanajura, desenvolveu o conteúdo do curso **Atendimento no Setor Público**, com carga horária de 8(oito) horas, o qual foi disponibilizado na plataforma de EAD desta Coordenadoria. A primeira turma aconteceu no período de 31/03 a 08/04, com a participação de 65(sessenta e cinco) servidores. Oferecemos mais uma turma, a qual ocorreu no período de 21/08/14 a 28/08/14, com 80(oitenta) vagas.

Quanto a eventos externos na modalidade EAD, inscrevemos três servidoras lotadas na SETIC, no curso **Modelagem de Processos, com utilização do BizagiProcessModeler**, promovido pela INNOVO GROUP e custeado pelo TRT. O período de realização do curso foi de 15 a 30 de abril.

Ainda no ano de 2014, foram oferecidas 05(cinco) turmas do curso online de Legislação Aplicada ao Processo Judicial Eletrônico. A programação de realização das turmas supramencionadas foi a seguinte: 1ªTurma - de 08 a 12/9/2014 - destinada às Varas do Trabalho de Camaçari; 2ªTurma - de 22 a 26/9/2014 - destinada às Varas do Trabalho e ao Núcleo de Apoio de Feira de Santana; 3ªTurma - de 06 a 10/10/2014 - destinada à Vara do Trabalho de Senhor do Bonfim e às Varas do Trabalho e ao Núcleo de Apoio de Juazeiro; 4ªTurma - de 10 a 14/11/2014 - destinada à Vara do Trabalho de Itapetinga; 5ªTurma - de 17 a 21/11/2014 - destinada às Varas do Trabalho e ao Núcleo de Apoio de Vitória da Conquista.

Esclarecemos que o treinamento, na modalidade a distância, teve o propósito de fornecer, a todos os servidores das secretarias das Varas do Trabalho supracitadas, interpretação prática das normas aplicadas ao sistema PJe, preparando o servidor participante para o treinamento presencial que acontecerá nas semanas seguintes, sendo, portanto, pré-requisito para o mesmo.

## INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE APOIO

### 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Subitem 7.2.1 – informações sobre a contratação de mão de obra de apoio e sobre a política de contratação de estagiários.

Unidade Contratante														
Nome: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região														
UG/Gestão: 080007							CNPJ: 02.839.639/0001-90							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	09.53.09.00157-35	05.248.988/0001-26	01/09/2010	27/08/2014	59	64						E
2011	V	O	09.53.09.00157-35	05.248.988/0001-26	24/03/2011	27/08/2014	16	20						E
2012	L	O	09.53.12.00018-35	32.858.441/0001-15	23/05/2012	22/05/2015	164	169						P
2014	V	E	09.53.14.00154-35	00.435.781/0001-47	28/08/2014	23/01/2015	94	96						E
<b>Observações:</b>														
<b>LEGENDA</b>														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: Sec da Administração

#### 7.2.2 – Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante	
Nome: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região	
UG/Gestão: 080007	CNPJ: 02.839.639/0001-90

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	04	O	09.53.08.00123-35	33833.880/0001-36	11/02/2008	10/02/2015	17	17	02	02			P
2009	03	O	09.53.09.00184-35	41.587.502/0004-90	14/04/2010	13/04/2015			36	36			P
2011	12	O	09.53.11.00101-35	03.595.040/0001-11	29/12/2011	01/01/2016	30	30	10	10			P
2012	12	O	09.53.12.00130-35	08.528.285/0001-40	27/08/2014	27/08/2014	14	14					A
2012	07	O	09.53.12.00159-35	10.762.976/0001-35	18/02/2012	17/02/2015			02	02			P
2012	04	O	09.53.12.00216-35	07.244.760/0001-35	04/02/2013	03/02/2015	04	04					P
2012	02	O	09.53.12.00258-35	02.665.049/0001-99	01/01/2013	31/12/2015	40	40					P
2013	09	O	09.53.13.00026-35	33.833.880/0001-36	03/06/2013	02/06/2015	47	47	02	02			P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b>													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.													



## INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### Quadro A.7.2.4 – Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários

#### COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO TRT-5 – ANO 2014

Nível escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Custo do Exercício (Valores em Reais)
Nível Superior					R\$2.723.839,26
Área Fim	136	137	137	138	
Área Meio	41	41	41	41	
Nível Médio					
Área Fim	175	175	175	175	
Área Meio	20	20	20	20	

#### Análise:

Visando adequar os critérios adotados para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de estágios do Tribunal, a Lei 11.788/2008, publicada no DOU de 26/09/2008, foi expedido o Ato **TRT5 N° 0201/2013**.

O Programa de estágio visa, por um lado, ao intercâmbio de conhecimentos técnicos propiciado pelo convívio dos estudantes com os integrantes do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Por outro lado, objetiva a complementação de ensino-aprendizagem, aperfeiçoamento técnico cultural e de relacionamento humano dos estagiários. O estágio se destina a estudantes que frequentam cursos regulares de educação superior, de ensino médio de formação geral ou profissionalizante e de educação especial, em instituições públicas ou particulares.

Tendo como proposta favorecer a inclusão social, o estágio para estudantes do ensino médio de formação geral se destina, exclusivamente, aos alunos da rede pública de ensino e aos estudantes de instituição privadas que sejam carentes e que comprovem ser detentores de bolsa de estudo integral. O percentual de pessoas com deficiência é aplicado sobre o total de vagas de estágio oferecidas pelo Tribunal, conforme estabelecido pela Lei de Estágio. As unidades que receberem pessoas com deficiência deverão dispor das condições de acessibilidade e adaptação necessárias ao bom desempenho do estagiário e à capacitação técnica das equipes de trabalho que receberão o portador de necessidades especiais.

Para fins de comprovação da inexistência de situação impeditiva a que alude a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005, o estagiário não poderá ter relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com servidores ocupantes de cargo de direção e assessoramento e/ou magistrados do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região, não se aplicando este dispositivo quando o processo seletivo ocorrer por meio de prova escrita e não identificada.

A duração do estágio é fixada no termo de compromisso, observando-se o período mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses. O estágio tem jornada diária de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

O servidor público do quadro de Pessoal da Quinta Região poderá participar do programa de estágio, se comprovada a natureza obrigatória para a sua formação. Neste caso, a duração do estágio não poderá ultrapassar a carga horária prevista na grade curricular para estágio obrigatório. O estagiário-servidor deverá cumprir, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais de trabalho na unidade em que estiver lotado, e carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais, a título de estágio, na unidade de interesse.

A Distribuição dos estagiários contempla unidades do interior do estado e da capital e envolve a lotação de estudantes na 1ª e 2ª Instâncias da área Judiciária, bem como na área administrativa. Na primeira Instância são lotados estagiários de Direito e nível médio. Na 2ª Instância apenas estagiários de Direito. As unidades administrativas absorvem, além de estagiários de nível médio, estudantes de áreas como: Administração, Arquitetura, Arquivologia, Contabilidade, Engenharia, Estatística, Museologia, Psicologia, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Edificações e *Web Designer*. Os estagiários de nível médio correspondem a 44% e os de nível superior a 46% do universo de estudantes. Do total de nível superior, 71% são do curso de Direito.

A contribuição dos estagiários de Direito na primeira e segunda instâncias foi avaliada pela Comissão de Diretores como muito positiva para a instituição e para os estudantes. Recentemente, no encontro de Diretores, houve solicitação para a ampliação de vagas de estágio de Direito para as varas do trabalho da capital e do Interior.

Diante da crescente demanda por ampliação de vagas de estágio, o atual Presidente do Tribunal, Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, assinou o Ato TRT5 N° 0539, publicado no Diário da Justiça Eletrônica, com o fito de racionalizar a distribuição de estagiários no âmbito do TRT5.

Com referência ao estágio de nível médio, existe um programa de acompanhamento e treinamento sistemático, vez que se trata de jovens entre 16 e 20 anos, oriundos da escola pública, que passam a vivenciar o primeiro contato com o mundo do Trabalho. A Seção de Estágio da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, em parceria com o Serviço de Psicologia, ministra cursos introdutórios e cursos regulares de Atendimento ao Público, Postura Profissional e Noções de Rotinas Trabalhistas. Os estagiários em final de contrato participam de curso de Preparação para o Mercado de Trabalho.

Finalmente, em Parceria com a Universidade Metropolitana de Salvador – UNIME, são oferecidas aos concluintes oficinas e palestras sobre Orientação Profissional. O resultado deste acompanhamento tem sido frutífero, com vários estagiários de nível Médio ingressando no ensino superior, majoritariamente na carreira de Direito.

Fonte: Secretaria de Informática, Secretaria de Orçamento e Finanças e Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

## **INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

O único contrato em que houve a revisão, por conta da desoneração da folha de pagamento, é o existente com a empresa Lanlink Serviços de Informática Ltda. (processo 09.53.09.00184-35), CNPJ 19.877.300/0001-81.

## GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DE TERCEIROS

### 8.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros:

- 8.1.a A frota de veículos pertencente a este Regional é regulada, quanto à sua constituição e forma de utilização, pela Resolução nº 83 do Conselho Nacional de Justiça, de 16/06/09, e pela Resolução nº 68 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 21/06/2010, bem como pelo Ato TRT5 nº 0240/2014 e pela Resolução Administrativa TRT5 nº 052/2014 do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.
- 8.1.b O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região possui 88 (oitenta e oito) varas do trabalho, sendo 39 (trinta e nove) varas na capital e 49 (quarenta e nove) varas no interior do estado, espalhadas por 31 (trinta e uma) cidades com distâncias de até 900 km da sede. Na capital existem 04 (quatro) prédios que servem ao Regional e que estão espalhados por três bairros da cidade, além dos postos instalados no SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão. Dessa forma, a frota composta de 73 (setenta e três) veículos mostra-se de vital importância à consecução dos objetivos e projetos desta UJ, sendo imprescindível para as atividades do Órgão.
- 8.1.c Quanto às quantidades e grupos de classificação de veículos em uso são os discriminados abaixo:

#### GRUPO A - VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO

MARCA/MODELO	PLACA/REPRESENTAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO/CONSERVAÇÃO
CHEVROLET/CRUZE	OKS6605/TRT01	2012/2012	144CV	Etanol/Gasolina	061231/Bom
FIAT/LINEA	NZP0572/TRT02	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055680/Bom
FIAT/LINEA	NZP2908/TRT03	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055681/Bom
FIAT/LINEA	NZP2975/TRT04	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055679/Bom
FIAT/LINEA	NZP9972/TRT05	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055678/Bom
FORD/FOCUS	NTG3351/TRT06	2010/2010	148CV	Gasolina	049032/Bom
FORD/FOCUS	JRJ3307/TRT07	2008/2008	148CV	Gasolina	041332/Bom
FORD/FOCUS	NTG4912/TRT08	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049034/Bom
CHEVROLET/CRUZE	OUI4208/TRT09	2013/2013	144CV	Etanol/Gasolina	063228/Bom

MARCA/MODELO	PLACA/REPRESENTAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO/CONSERVAÇÃO
FORD/FOCUS	NTG8653/TRT10	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049031/Bom
FORD/FOCUS	NTG8276/TRT11	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049033/Bom
FORD/FOCUS	JRI8213/TRT12	2008/2008	148CV	Gasolina	041323/Bom
FORD/FOCUS	JRI9709/TRT13	2008/2008	148CV	Gasolina	041330/Bom
FORD/FOCUS	JRI0820/TRT14	2008/2008	148CV	Gasolina	041324/Bom
FORD/FOCUS	JRI2485/TRT15	2008/2008	148CV	Gasolina	041325/Bom
FORD/FOCUS	JRI3063/TRT16	2008/2008	148CV	Gasolina	041329/Bom
FORD/FOCUS	JRI7166/TRT17	2008/2008	148CV	Gasolina	041326/Bom
FORD/FOCUS	JRI0230/TRT18	2008/2008	148CV	Gasolina	041328/Bom
GM/ASTRA	JQS6590/TRT19	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	036764/Bom
VW/POLO	JQS6394/TRT20	2006/2007	116CV	Gasolina	034478/Bom
GM/ASTRA	JQS6589/TRT21	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	036763/Bom
FORD/FOCUS	JRI8154/TRT22	2008/2008	148CV	Gasolina	041327/Bom
GM/ASTRA	JQS6575/TRT23	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035311/Bom
VW/POLO	JQS6189/TRT24	2006/2006	116CV	Etanol/Gasolina	032932/Bom
GM/ASTRA	JQS6576/TRT25	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035310/Bom
FORD/FOCUS	JRI6690/TRT26	2008/2008	148CV	Gasolina	041331/Bom
GM/ASTRA	JQS6578/TRT27	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035307/Bom
VW/POLO	JQS6399/TRT28	2006/2007	116CV	Gasolina	034479/Bom
VW/POLO	JQS6402/TRT29	2006/2007	116CV	Gasolina	034481/Bom
GM/ASTRA	JQS6577/TRT30	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035308/Bom

MARCA/MODELO	PLACA/REPRESENTAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO/CONSERVAÇÃO
RENAULT/FLUENCE	OUY7363	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067366/Bom
RENAULT/FLUENCE	OVA8823	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067690/Bom
RENAULT/FLUENCE	OVA5112	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067691/Bom
RENAULT/FLUENCE	OUY8973	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067365/Bom
RENAULT/FLUENCE	JHJ0327	2006/2007	143CV	Gasolina	070483/Bom

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO A: 35

#### GRUPO B - VEÍCULOS DE SERVIÇO

MARCA/MODELO	PLACA	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO CONSERVAÇÃO
VW/GOL 1.0 CITY	JQS 3962	2005/2006	72CV	Etanol/Gasolina	032623/Bom
FIAT/DOBLÓ	JQS 6299	2006/2006	114CV	Etanol/Gasolina	034214/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.4	JQS 6543	2006/2007	80CV	Etanol/Gasolina	034674/Bom
GM/ASTRA SEDAN	JQS 6579	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035309/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.4	JQS 6581	2007/2007	80CV	Etanol/Gasolina	036351/Bom
FORD/RANGER	JRD 8285	2007/2008	163CV	Diesel	039306/Bom
MERCEDES BENZ/ACELO 915C	JRT 4838	2008/2008	152CV	Diesel	048837/Bom

MARCA/MODELO	PLACA	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO CONSERVAÇÃO
FORD/RANGER	JRT 8178	2008/2008	163CV	Diesel	049030/Bom
FIAT/DUCATO	NYK 5047	2010/2011	127CV	Diesel	065477/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING	NZX 0358	2012/2012	117CV	Etanol/Gasolina	058749/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING	NZX 5253	2012/2012	117CV	Etanol/Gasolina	058750/Bom
RENAULT/KANGOO	OKN 2185	2012/2013	95CV	Etanol/Gasolina	060668/Bom
VW/AMAROK	OKZ 0952	2012/2013	122CV	Diesel	061996/Bom
VW/AMAROK	OKZ 8732	2012/2013	122CV	Diesel	061995/Bom
CITROEN/JUMPER	OMZ 2802	2012/2013	127CV	Diesel	063227/Bom
CITROEN/JUMPER MARIMAR A	OZD 4843	2013/2014	127CV	Diesel	67797/Bom
VW/NOVA SAVEIRO	OVA 5993	2014/2014	104CV	Etanol/Gasolina	67689/Bom
CHEVROLET/S10	OVB - 6505	2014/2014	206CV	Diesel	67797/Bom
VW/SANTANA	JFP-3165	2003/2003	122CV	Gasolina	36836/Bom
GM/IPANEMA	JKZ-1448	1994/1995	98CV	Gasolina	009221/Ruim
VW/SAVEIRO	JPZ-1475	2002/2002	94CV	Gasolina	020234/Bom
VW/GOL	JPQ-9601	2004/2005	67CV	Gasolina	024357/Bom
FIAT/PALIO HLX	JPZ-3498	2004/2005	110CV	Gasolina	022590/Bom
FIAT/PALIO ELX	JQX-5154	2007/2007	80CV	Gasolina	036352/Bom
FORD/FOCUS 2L	NTG-3389	2010/2010	148CV	Gasolina	049035/Bom

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO B: 25

**GRUPO C - VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL**

<b>MARCA/MODELO</b>	<b>PLACA</b>	<b>ANO DE FABRICAÇÃO</b>	<b>POTENCIA MOTOR</b>	<b>COMBUSTÍVEL</b>	<b>TOMBO CONSERVAÇÃO</b>
VW/POLO SEDAN	JQS 6188	2006/2006	103CV	Etanol/Gasolina	032931/Bom
VW/POLO SEDAN	JQS 6370	2006/2006	116CV	Gasolina	034228/Bom
VW/POLO SEDAN	JQS 6401	2006/2007	116CV	Gasolina	034480/Bom
VW/GOL	NZT 2076	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058747/Bom
VW/GOL	NZT 3651	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058748/Bom
VW/GOL	NZT 9995	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058746/Bom
VW/GOL	OKV 2286	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062426/Bom
VW/GOL	OKV 6656	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062427/Bom
VW/GOL	OKV 9029	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062425/Bom
PEUGEOT/BOXER	OUN 6905	2013/2013	127CV	Diesel	065465/Bom
GM/ASTRA	JQS 6574	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035312/Bom
VW/GOL	OZQ 6162	2014/2015	104CV	Etanol/Gasolina	71793/Bom
VW/GOL	OZQ 8635	2014/2015	104CV	Etanol/Gasolina	71792/Bom

**TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO C: 13**

8.1.d Na tabela abaixo estão respondidos os itens 8.1.c, 8.1.d e 8.1.e:

Classificação	Quantidade de veículos por grupos	Média anual de quilômetros rodados	Idade Média da Frota em anos
Grupo A	35	9.960,26	5,94
Grupo B	25	17.287,14	6,96
Grupo C	13	21.310,70	4,38

8.1.f No tocante aos custos associados à manutenção da frota a tabela abaixo apresenta os valores para cada item, tendo-se por base o exercício 2014:

Classificação	Nº Processo	Custo Médio Mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)
Combustíveis e lubrificantes	09.53.12.00025-35	24.412,52	292.950,29
Manutenção da Frota	09.53.13.00012-35	11.603,76	139.245,20
Licenciamento Anual	09.53.14.00010-35	688,17	8.258,04
Pessoal Manutenção da frota	09.53.13.00026-35	9.209,98	110.519,76
Monitoramento rastreamento veicular	09.53.13.00040-35	1.190,87	14.290,50
Seguro veículos	09.53.12.00306-35	610,77	7.329,28
<b>Total</b>		<b>47.716,09</b>	<b>572.593,07</b>

8.1.g Quanto ao plano anual de substituição da frota de veículos do Regional, tem-se adotado o sistema de alienação, através de leilão, como estabelecido pelo Ato TRT5 nº 0240/2015, quando os veículos apresentam um elevado custo de manutenção somado ao tempo de uso do bem e defasagem tecnológica, bem como questões ambientais. Dessa forma, anualmente a frota vem sendo parcialmente renovada e aqueles veículos considerados de alto custo de manutenção são leiloados.

8.1.h **Quanto às razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, informamos que se encontra em estudo a viabilidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos, sendo que nos últimos anos o TRT5 tem optado por frota própria.**



Ademais, numa recente pesquisa junto a órgãos federais e estaduais constatou-se que a Controladoria Geral da União, através do Contrato nº 01/2010, locou veículos tipo sedan no valor mensal de R\$ 4.550,00 e valor anual de R\$ 54.600,00; veículo tipo básico ao valor mensal de R\$ 4.320,00 e valor anual de R\$ 51.840,00.

Tendo em vista que em média um veículo tipo sedan para aquisição custa R\$ 55.000,00 e um veículo tipo hatch básico custa em média R\$ 40.000,00, numa projeção de 05 (cinco) anos seriam pagos pela locação aproximadamente o valor de cinco veículos novos. Sabendo-se que a taxa de depreciação do valor dos automóveis é de cerca de 10% ao ano, parece-nos à primeira vista ser mais vantajoso para a Administração manter uma frota própria ao invés de alugá-la.

Ademais, o custo anual de manutenção da frota é de R\$ 279.642,78. Dividindo-se este valor pelo número de veículos da frota, 73 unidades, têm-se o valor de R\$ 3.830,72 por veículo. Não foram incluídos os valores referentes ao consumo de combustível, tabela 8.1.e, pois na hipótese de contrato de locação os custos com combustível também correrão por conta do Órgão contratante.

Uma vez finalizado o estudo de viabilidade de locação de veículos para o TRT5 será possível responder de forma mais precisa pela vantajosidade da locação ou da manutenção de frota própria.

- 8.1.i Em relação à estrutura de controles desta UJ, com vistas a assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o TRT5, por meio da Seção de Transportes, organiza as demandas das diversas unidades judiciárias e administrativas de modo a atendê-las de forma racional.

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Quadros A.8.2.1, A.8.2.2.1.

**Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	BAHIA	28	30
	ALAGOINHAS	0	1
	BARREIRAS	1	1
	BOM JESUS DA LAPA	1	1
	CAMAÇARI	1	1
	CANDEIAS	1	1
	CRUZ DAS ALMAS	1	1
	EUNÁPOLIS	1	1
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	GUANAMBI	1	1
	ILHEUS	1	1

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
	<b>IPIAU</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>IRECÊ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>ITABUNA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>ITAMARAJÚ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>JACOBINA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>JEQUIÉ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>JUAZEIRO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>PORTO SEGURO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>SALVADOR</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	<b>SANTO AMARO</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
	<b>SANTO ANTÔNIO DE JESUS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>SENHOR DO BOMFIM</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>SIMÕES FILHO</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	<b>VALENÇA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>VITÓRIA DA CONQUISTA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>TEIXEIRA DE FREITAS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>28</b>	<b>30</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>28</b>	<b>30</b>

Fonte: SPIUNET 2013/2014

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
080007	3117 00015.500-1	Uso em Serviço Público	Bom	503.425,60	24/09/2014	4.692.500,00		257,00
080007	3313.00008.500-3	Devolvido para UG 170083, em 05/05/2014.	Bom	656.214,66			13.865,75	1.210,00
080007	3363 00025.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	441.235,60	10/09/2014	1.986.000,00	32.668,25	250,00
080007	3377.00026.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	1.958.000,00	12/09/2014	4.100.000,00		5.200,00
080007	3413 00007.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	634.358,41	12/09/2014	5.140.000,00		17.025,27
080007	3429 00019.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	415.765,60	10/09/2014	928.855,41		800,00
080007	3495 00046.500-1	Uso em Serviço Público	Bom	384.767,32	10/09/2014	7.000.000,00		400,00
080007	3515 00159.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	771.945,74	11/09/2014	3.872.000,00		35.652,07
080007	3533 00006.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	460.915,05	16/09/2014	3.460.000,00		800,00
080007	3573 00178.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	525.723,33	12/09/2014	3.000.000,00		3.710,00
080007	3579 00006.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	141.556,85	11/09/2014	850.000,00		550,00
080007	3593 00003.500-7	Uso em Serviço Público	Bom	441.391,79	11/09/2014	2.100.000,00		0,00
080007	3597 00057.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	2.794.125,06	15/09/2014	5.500.000,00		15.906,35
080007	3613 00009.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	239.875,21	12/09/2014	394.606,25		300,00
080007	3651 00009.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	1.660.000,00	12/09/2014	4.577.000,00		0,00
080007	3661 00114.500-9	Uso em Serviço Público	Bom	354.164,00	12/09/2014	2.797.863,40		0,00
080007	3669 00025.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	532.660,68	12/09/2014	3.800.000,00		3.050,00
080007	3807 00039.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	200.953,40	11/09/2014	1.150.000,00		4.358,95
080007	3849 00522.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	9.850.000,00	12/09/2014	12.500.000,00		79.893,02
080007	3849 00523.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	4.400.000,00	12/09/2014	9.500.000,00		179.857,05
080007	3849.00746.500-9	Uso em Serviço Público	Bom	379.134,33	12/09/2014	379.134,33		0,00
080007	3871.00014.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	84.400,00	16/09/2014	2.200.000,00		0,00
080007	3873 00005.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	339.824,29	12/09/2014	750.000,00		20,00
080007	3901 00015.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	654.987,15	16/09/2014	2.600.000,00		0,00
080007	3913 00042.500-7	Uso em Serviço Público	Bom	525.952,08	24/09/2014	3.500.000,00		12.401,28
080007	3913 00043.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	98.657,73	15/09/2014	1.200.000,00		0,00
080007	3957 00023.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	1.133.820,52	10/09/2014	1.888.526,25		8.520,00
080007	3965 00052.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	2.804.317,00	15/09/2014	10.000.000,00		3.870,00
080007	3993 00014.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	1.916.768,33	11/09/2014	2.207.717,00		3.307,00
Total							46.534,00	377.337,00

**Fonte: SIAFI 2014/ TRT5 SAD**

\* O total de R\$ 2.363.723,13 corresponde ao total da conta de despesas contabilizados no SIAFI 2014: 3.3.3.9.0.39.26 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS, composta por RS 1.675.441,34 -R.P. NÃO PROCESSADOS; R\$ 27.917,21 despesas no Anexo IV do Centro Administrativo da Bahia(OBRAS) e R\$ 225.668,36 despesas com amnutenção em imóveis de terceiros.

## INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

### Quadro A.8.3.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DE LA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	<b>BAHIA</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
	BRUMADO	1	1
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1	1
	EUCLIDES DA CUNHA	1	1
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	ITABERABA	1	1
	ITAPETINGA	1	1
	SALVADOR	3	3
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>9</b>	<b>9</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>9</b>	<b>9</b>

Fonte: TRT5

### 8.3. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário – Análise crítica:

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, por meio da Resolução 70/2010, regulamentou que todos os Tribunais Regionais do Trabalho devem priorizar a aquisição de imóvel próprio para instalação das unidades judiciárias e administrativas, evitando-se, desta forma, a locação de imóveis. Sendo assim, o TRT5 vem buscando a construção de novas sedes para as unidades que ainda permanecem em imóveis locados.

Atualmente, o TRT5 dispõe de 34 (trinta e quatro) imóveis, sendo 9 (nove) locados (26,47%) e 25 (vinte e cinco) próprios.

Cumprir registrar que, a fim de substituir os imóveis locados do interior, 4 (quatro) novos fóruns estão em fase de construção e 3 (três) possuem terrenos doados pelas Prefeituras dos respectivos Municípios, com previsão de construção para o biênio 2015/2016. O arquivo judicial e ao fórum trabalhista da primeira instância de Salvador serão abrangidos pela nova sede que será construída no Centro Administrativo da Bahia – CAB.

## **INFORMAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS SISTEMAS COMPUTACIONAIS**

### **Relação dos sistemas e a função de cada um**

#### **SAMP**

Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais. O sistema permite o acompanhamento dos processos físicos. Foi desenvolvido em 1996 pelo TRT5. Contempla toda 1ª e 2ª instância, arquivo, central de execução, corregedoria, conciliação de precatórios, etc.

#### **SAPS**

Serviço de Apoio a Planos de Saúde responsável pelo gerenciamento dos serviços prestados no acompanhamento de todo o ciclo de vida dos planos de saúde e seus associados, sendo possível extrair histórico dos funcionários do TRT desde a sua adesão no plano de saúde (incluindo seus dependentes) até sua exclusão do mesmo.

#### **TRT SAÚDE**

Sistema de gerenciamento dos serviços de saúde do TRT5. Controla de forma eficiente o agendamento dos exames periódicos, gerando automaticamente as solicitações médicas para cada servidor, gerando relatórios de quais servidores o devem fazer e apontando quais exames serão necessários cada servidor realizar.

#### **Malote Digital (Gestor TST)**

Promove a comunicação institucional e envio de correspondências entre os órgãos da Justiça do Trabalho assemelhando-se a um e-mail corporativo, com selo de autenticidade que confere caráter oficial ao documento, permitindo o envio de um grande volume pela internet. Resulta em economia de tempo e recursos e, conseqüentemente, na maior eficiência do Judiciário. Além disso, ao dispensar o uso de papel, o malote eletrônico amplia a segurança na tramitação de documentos e contribui para a sustentabilidade sócio ambiental.

#### **Sistema de Informações da Ouvidoria**

Otimização do Sistema de Cadastro e Controle das manifestações encaminhadas para ouvidoria

#### **Sistema de Biblioteca – SIABI**

Sistema de automação de bibliotecas, compatível com padrões nacionais e internacionais da biblioteconomia, que cataloga materiais especiais, acervos digitais e analíticas. Controla sugestões, compras, doações, duplicatas e descarte. Possui catálogo coletivo que reúne o acervo de instituições que o utilizam, compartilhando informações, agilizando processos e diminuindo custos, além de promover a difusão dos acervos bibliográficos das instituições.

#### **Sistema de Patrimônio – ASI**

Implementa o serviço de gestão integrada de compras, almoxarifado e patrimônio mobiliário do TRT 5a Região além de auditar todo o processo de uso do sistema.

## **SIAFI**

Sistema informatizado, que integra os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo, fornecendo informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração, tornando-se instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos, gerindo a Conta Única do Governo Federal, de onde todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor público que a efetuou. Trata-se de uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a correta utilização dos recursos da União.

## **Sistema da JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia**

Junta Comercial do Estado da Bahia Sistema disponibilizado pelo governo estadual para acesso às informações das empresas.

## **Sistema SERPRO**

Sistema disponibilizado para as Varas consultarem a base de dados da Receita Federal.

## **Sistema INFOJUD**

Sistema disponibilizado via internet em virtude de convênio nacional com a Secretaria da Receita Federal permitindo o fornecimento de informações à Justiça do Trabalho mediante a utilização do sistema INFOJUD no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte) da Secretaria da Receita.

## **Sistema RENAJUD**

Sistema disponibilizado em virtude de convênio nacional com o DENATRAN que permite a averbação judicial sobre veículos automotores, sem a necessidade de envio de ofícios, mandados etc.

## **Business Intelligence - BI**

Sistema de apoio à decisão com o objetivo de fornecer análises que possam auxiliar os gestores no acompanhamento e divulgação dos indicadores de metas do TRT5. Desenvolvido *dashboard* para atender as demandas da Secretaria de Gestão Estratégica.

## **Help Desk para o SAG**

Gerenciar os chamados recebidos pelo Serviço de Atendimento Gerais (SAG), compreendendo a abertura e gerenciamento dos chamados e das suas respectivas Ações e Ordens de Serviço, proporcionando maior agilidade, transparência, segurança e controle dos processos, bem como a disponibilização de informações gerenciais.

## **Sistema de Processos Administrativos**

Sistema desenvolvido pelo TRT5 que visa gerenciar melhor os processos administrativos do Tribunal. Gera relatórios de faturas a vencer, vencidas e/ou histogramas, que permitem ao Tribunal identificar onde estão sendo aplicados os recursos e em que época, além de permitir um melhor acompanhamento desses processos.

O Módulo de Contratos do Sistema Administrativo possibilita controlar a execução financeira dos contratos existentes no Tribunal.

### **Sistema de Recursos Humanos**

Sistema desenvolvido pelo TRT5 para atendimento da área de Recursos Humanos integrado aos serviços de Folha de Pagamento.

### **Sistema de Folha de Pagamento**

Controle da emissão da Folha de Pagamento mensal das diversas categorias funcionais, com controle de acesso às informações.

### **Sistema de Atendimento ao Usuário – Si-Atende**

O Sistema de atendimento ao usuário SI\_ATENDE desenvolvido pelo TRT5 reduz a carga de trabalho e acelera a resolução dos problemas. Permite a classificação dos chamados e suas eventuais soluções, garantindo ao atendente, o registro de soluções aplicadas aos problemas que poderão ser usadas em atendimentos posteriores. Inclui com o cadastro e utilização de *checklist* de atendimento.

### **Consultas/Serviços Via Internet**

Oferta de diversos serviços através da internet de forma a tornar mais acessível às informações para os usuários e reduzir o fluxo de atendimento nos balcões da Varas. Com pioneirismo, desde 1997, foi disponibilizado o acesso ao diário oficial eletrônico, a consulta aos processos e às informações institucionais. No decorrer dos anos novos serviços foram implantados como a publicação de acórdãos, despachos, sentenças, emissão de guias de depósito, ouvidoria, licitações, agendamento de cargas de processo, o TRT *Push*, dentre outros.

### **Consultas/Serviços Via Intranet**

Disponibilização de portal de serviços para Magistrados e servidores, disseminando informações e provendo acesso às diversas consultas e serviços como: emissão de contracheque, qualificação, entrega de imposto de renda, treinamento, malote digital, consulta de processos, manuais dos principais sistemas, além de links para outros serviços da Internet.

### **PJE-JT - Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho**

Sistema único de acompanhamento de processos judiciais da Justiça do Trabalho.

### **Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP**

Sistema web projetado e desenvolvido pelo TRT da 24a Região e tem como objetivo controlar as requisições e movimentações de materiais de consumo e permanentes, composto por três módulos: Almoxarifado, Patrimônio e Compras, este último limitando-se ao cadastro de fornecedores.

### **CPE – Carta Precatória Eletrônica**

Variante do modelo tradicional de uma carta precatória, tendo como diferencial a substituição dos autos físicos por autos digitais. Permite a geração, envio, processamento, devolução e controle de cartas precatórias por meio digital, dispensando completamente o uso de papel.



A utilização deste sistema elimina a duplicação de autos e os gastos com tarifas postais e reduz consideravelmente o tempo de confecção e de tramitação das cartas precatórias, humanizando as tarefas dos servidores pela minimização do esforço repetitivo de digitação e da possibilidade de erros.

### **E-Doc**

Disponibiliza, através de uma infraestrutura centralizada no TST, o serviço de protocolização, envio e recebimento eletrônico de documentos, para todos os Tribunais do Trabalho do Brasil. Magistrados, servidores e advogados, assim como quaisquer outros interessados de todo o país, podem enviar petições e documentação para processos em trâmite na Justiça do Trabalho brasileira, por meio da internet, sem a necessidade de apresentação posterior de impressos manualmente assinados.

### **E-Jus**

Disponibiliza aos Juízes de 2ª Instância uma ferramenta para revisão de votos, antes da Sessão, no próprio gabinete do magistrado (ou no computador pessoal em casa) e para o acompanhamento dos votos durante a Sessão de Julgamento. Utiliza ferramentas específicas para marcação (destaque) de texto e formulação de comentários, observações e divergências no corpo da cópia do voto.

Colabora para a diminuição de impressão e circulação de papéis entre os gabinetes, através da utilização de programa que permite a revisão dos votos do Relator na máquinas dos demais juízes que participam do julgamento daquele processo.

### **E-Recurso**

Sistema que permite o envio dos recursos de revista e agravos de instrumento ao TST em meio digital. Auxilia na confecção de despachos de admissibilidade dos recursos de revista, facilita o exame dos pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso e utiliza redação estruturada a ser criada por cada Regional, preservando a forma de escrever de cada juiz, além de produzir boletins automatizados, evitar retrabalho e criar base jurídica.

### **Sistema de Cálculo Rápido**

O Sistema Cálculo Trabalhista Rápido foi idealizado para auxiliar o Magistrado na rápida apuração de valores devidos, bem como na produção de sentenças líquidas. Fornece em menos de dois segundos (após a realização do download) valores como aviso prévio, horas extras, décimo terceiro salário, FGTS e demais encargos trabalhistas. O uso do Cálculo Rápido permite não apenas que juízes do Trabalho profiram sentenças líquidas, mas também que trabalhadores saibam de antemão quanto vão receber, e empregadores, quanto devem pagar.

### **E-Remessa**

Sistema de Remessa de Peças Processuais digitalizadas ou produzidas em ambiente eletrônico para envio dos processos dos tribunais Regionais ao TST podendo ser acessado pelos órgãos usuários 24 horas por dia.

## Proad

Processo Administrativo Virtual (Proad), sistema criado em 2009 pelo TRT da 12ª Região, em Santa Catarina (TRT12/SC) que foi implantado no TRT5, substituindo o formato físico dos processos administrativos pelo digital.

### Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas

SISTEMA	PROJETO	DESCRIÇÃO	Demandante
Melhorias Sistema RH	Diário Eletrônico Administrativo	Processo de publicação de forma automatizada	CAP
	e-Social	A definir - pendência quanto a definição do escopo	CAP
	Segundo Endereço de Magistrados	Disponibilizar cadastramento de endereço secundário para magistrado	CAP
	Solicitação de cadastramento de férias magistrados na intranet	Solicitação de cadastramento e alteração de férias magistrado a partir de regras a serem definidas	CAP
	Servidor Redistribuído - Automatização de processos	Otimizar o cadastramento/manutenção de servidor Redistribuído	CAP
	Tratamento de servidores com mais de uma matrícula	Gerenciar servidores com mais de uma matrícula	CAP
	Magistrados – Título de Pensão	A definir - pendência quanto a definição do escopo	CAP
	Magistrados – Declaração de Legalidade	A definir - pendência quanto a definição do escopo	CAP
	Magistrados – Tela para cadastramento de Presidente de Turmas e Dissídios Individuais	A definir - pendência quanto a definição do escopo	CAP
	Convocação de Juiz-Seção de Atendimento a Magistrado	A definir - pendência quanto a definição do escopo	Atendimento a Magistrado
	Convocação de Desembargador - Secretaria Geral Judiciária	A definir - pendência quanto a definição do escopo	Atendimento a Magistrado
	Servidor Readaptado	Implementar tratamento para Servidor Readaptado dentro do RH	CAP
	Controle de Folgas TRE	A definir - pendência quanto a definição do escopo	CAP
	Cadastro e Controle de Licença Prêmio	Revisão e melhorias	CAP
	Alterações no Cadastramento de Servidor	Crítica no sistema para que, quando o servidor recém-cadastrado fizer seu primeiro acesso ao sistema, conste o aviso que ele foi cadastrado no sistema de RH e precisa acessar, conferir e confirmar seus dados pessoais.	CAP
Módulo tempo de serviço Magistrados	Cálculo da data do abono com emissão de relatório mensal de magistrados que completarão tempo de abono de permanência.	CAP	
Alterações no	LINK no SRH para inclusão/cadastramento de	CAP	

SISTEMA	PROJETO	DESCRIÇÃO	Demandante
	Cadastramento de Pensionistas	PENSIONISTA de pensão alimentícia vinculado ao servidor ou magistrado, ativo ou inativo. Alterações para Cadastramento de Pensionistas	
	Gestão de Arquivo Servidor	Gerenciar documentos do servidor de forma eletrônica	CAP
	Alterações no Controle de Funções Gratificadas	Sistema de controle de funções gratificadas e cargos em comissão por tipo de ocupante: Servidor do quadro do Poder Judiciário da União; requisitados e sem vínculo, conforme os limites previstos no art. 5 da Lei 11.416/2006: cargos.	CAP
	Controle de Folgas Compensatórias	Controle de folgas compensatórias, registrando-se os dias trabalhados, quantas folgas são adquiridas e as folgas gozadas.	CAP
	Estagiário – Novas Solicitações	A definir - pendência quanto a definição do escopo	CDP
	Ofícios do CDP	A definir - pendência quanto a definição do escopo	CDP
	Melhorias no gerenciamento de Remoção e Cessão	Incluir as pendências de REMOÇÃO e CESSÃO na seguinte tela: Sistema RH/Informações Cadastrais/Servidores/Saída TRT/ Pendências: Função Comissionada/Substituições/ Cargo/Remoção/Cessão	CAP
	Solicitação de Diárias na Intranet	A definir - pendência quanto a definição do escopo	DG
	Revisão Histórico Cargo	Rever telas e relatórios referentes ao histórico de cargos do servidor	CAP
	Controle de Faturas SOF	A definir - pendência quanto a definição do escopo	SOF
Melhorias Sistema FP	Reengenharia da Folha de Pagamento	A definir - pendência quanto a definição do escopo	SPP
Melhorias Sistema TRT-Saúde	Alterações no módulo de psicologia	Disponibilizar gerenciamento de Stress para servidores e integração com o TRT-Saúde	Serviço de Saúde
	TRT-Saúde - BI	Disponibilizar BI para Licenças Médicas, Periódico e demais necessidades	Serviço de Saúde
	TRT-Saúde - Digitalização de documentos e Gerenciamento de Acesso	Digitalização de documentos recebidos para arquivamento lançando na ficha clínica de cada paciente	Serviço de Saúde
	TRT-Saúde – Controle de Estoque	A definir - pendência quanto a definição do escopo	Serviço de Saúde
	TRT-Saúde – Revisão das fichas de atendimento	Melhorias das telas de atendimento de consultas	Serviço de Saúde
Demandas da Escola Judicial	Exercício Jurisdicional Tutelado	Cadastrar e gerenciar informações do período de exercício jurisdicional tutelado dos juízes	EJD
	Controle de Orçamento de Coffe Break (EJD/CDP)	A definir - pendência quanto a definição do escopo	EJD
	Banco de Controle de Professores contratados pelo TRT.	Cadastro e gerenciamento Instrutores	EJD
	Controle orçamentário Treinamentos	Sistema para controle de orçamento de cursos, incluindo despesas com treinador e treinando (diárias passagens e etc.)	EJD
	Avaliação de Evento, Instrutor e Coordenação	A definir - pendência quanto a definição do escopo	EJD

SISTEMA	PROJETO	DESCRIÇÃO	Demandante
	Automatização de Inscrições de Treinamentos	A definir - pendência quanto a definição do escopo	EJD
Outros	Evolução SAG	Melhorias no sistema de HelpDesk SAG	Coordenadoria de Manutenção e Conservação

### Relação dos contratos que vieram no exercício de referência do relatório de gestão

PROCESSO	CONTRATO	OBJETO	VIGENCIA	CNPJ	DENOMINACAO	CUSTO	VALORES DESEMBOLSADOS EM 2014
09.53.09.00003-35	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S/A EMBRATEL	01 LINK DEDICADO LAN TO LAN, VELOCIDADE DE 100 Mbps	20/01/15	33530486000129	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES	317.464,51	317.464,51
09.53.09.0091-35	DG SERVICOS DE TELEFONIA LTDA - EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA MARCA ALCATEL OMNIFXC ENTERPRISE INSTALADA NOS EDIFÍCIOS COQUELJO COSTA E PRESIDENTE MÉDICI	15/01/2017	8045315000167	DG SERVICOS DE TELEFONIA LTDA - EPP	39.349,30	39.349,30
09.53.09.00184-35	LANLINK INFORMATICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO TÉCNICO, MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, HELPDESK, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA O TRT 5 REGIAO.	13/04/15	41587502000229	LANLINK INFORMATICA LTDA	1.353.479,03	1.129.637,09
09.53.10.00071-35	TELEFONICA BRASIL S.A.	REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO MÓVEL DE TELEFONIA	13/05/15	02558157002459	TELEFONICA BRASIL S.A.	148.658,58	55.503,74
09.53.10.00192-35	TELEMAR NORTE LESTE S/A	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO TELEFONICO FIXO COMUTADO (STFC) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE COMUNICAÇÃO DESTA REGIONAL, REFERENTE AOS MESES DE MAIO A DEZ/2012 (OITO MESES)	12/06/15	33000118000500	TELEMAR NORTE LESTE S/A	911.932,32	598.476,56
09.53.10.00279-35	UNIFY - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.	SERVIÇOS DE REDES SEM FIO (WIREFLESS) EDF. PRESIDENTE MEDICI E JUIZ ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	30/09/15	67071001000106	UNIFY - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA	635.911,80	571.287,57
09.53.12.00030-35	TELEMAR NORTE LESTE S/A	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES DE DADOS (REDE WAN) PARA A JUSTIÇA - REDE NACIONAL JT.	16/02/15	33000118000500	TELEMAR NORTE LESTE S/A	1.001.087,14	281.435,38
09.53.12.00171-35	CLARO S.A.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS POR REDE DE TELEFONIA MÓVEL, COM ACESSO A INTERNET, INCLUINDO MINI MODEMS USB PARA USO EM NOTEBOOKS DE PROPRIEDADE DO TRTS	19/02/15	40432544000147	CLARO S.A	61.525,80	38.701,70
09.53.12.00225-35	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S/A EMBRATEL	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET	15/01/16	33530486000129	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES	183.480,00	88.540,31
09.53.12.00236-35	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	AQUISIÇÃO DE 3000 TOKENS, COM SUPORTE TÉCNICO POR 36 MESES.	30/08/13	02997156000114	MORPHO CARDS DO BRASIL S/A	353.014,67	298.767,74
09.53.13.00008-35	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE DIVERSOS E SUPORTE	29/07/14	41587502000148	LANLINK INFORMATICA LTDA	2.653,80	884,60
09.53.13.00130-35	LANLINK INFORMATICA LTDA	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DO SOFTWARES, IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA E TREINAMENTO OFICIAL MICROSOFT.	21/01/2017	41587502001110	LANLINK INFORMATICA LTDA	1.224.189,57	35.573,90
09.53.13.00132-35	SYBEX COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA - EPP	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARES, IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA E TREINAMENTO OFICIAL MICROSOFT	31/08/2015	41587502000490	LANLINK INFORMATICA LTDA.	31.700,00	0,00
09.53.13.00166-35	A CECO TI S.A.	CONTRATAÇÃO DA A CECO TI S/A PARA MANUTENÇÃO DA SALA COFRE DESTA REGIONAL	17/03/2017	43209436000106	A CECO TI LTDA	320.466,80	291.077,80
09.53.13.00213-35	D.W.L. COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RACKS DE PISO USADOS NA INFRAESTRUTURA DA REDE DE DADOS E VOZ DO TRTS.	31/08/2015	13347993000114	D.W.L. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	12.500,00	12.500,00
09.53.13.00219-35	AÇAO INFORMATICA BRASIL LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO NAS PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS RED HAT LINUX E JBOSS ENTERPRISE MIDDLEWARE	Não houve contrato. A empresa foi contratada para realizar os treinamentos	57837312000171	AÇÃO INFORMATICA LTDA	856.030,43	707.630,89
09.53.13.00276-35	FORMATO PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - E	LICENÇA DE SOFTWARE - TOAD DBA SUITE FOR ORACLE. 03 (TRÉS) LICENÇAS	25/06/2015	03617079000192	FORMATO PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	46.899,99	46.899,99
09.53.13.00314-35	ONIXSAT RASTREAMENTO DE VEICULOS LTDA	SERVIÇO PRÉ PAGO DE TELEFONIA MÓVEL VIA SATELITE POR MEO DE CARTÕES SIM CARD.	Não houve contrato. Foi adesão a ATA 43/2013 do TRT4	05520402000130	ONIXSAT RASTREAMENTO DE VEICULOS LTDA	11.265,00	11.265,00

09.53.13.00316-35	E.C.S. COMERCIO E SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	PARTICIPAÇÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SCANNERS PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COM GARANTIA ON-SITE NAS CAPITAIS E SUPORTE TÉCNICO DE 36 MESES.	02/12/17	3968417000130	E.C.S. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME	91.630,00	0,00
09.53.14.00008-35	SANTOS SOUZA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	aquisição de gravador de ligações telefônicas para duas linhas analógicas-dois canais	17/03/2017	03649994000160	SANTOS SOUSA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	3.340,00	3.340,00
09.53.14.00090-35	DG SERVICOS DE TELEFONIA LTDA - EPP	MANUTENÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA NAS UNIDADES DO TRTS EM SALVADOR.	15/01/17	08045315000167	DG SERVIÇOS DE TELEFONIA LTDA.	352.500,00	54.250,00
09.53.14.00094-35	COMPWIRE INFORMATICA S/A	PARTICIPAÇÃO EM REGISTRO DE PREÇOS REALIZADO PELO TRT 3 REGIÃO PARA AQUISIÇÃO/EXPANSÃO DE STORAGE PARA O SETC.	22/05/15	01181242000191	COMPWIRE INFORMÁTICA S/A	382.752,95	382.752,95
09.53.14.00145-35	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	SERVIÇOS DE SUPORTE E ATUALIZAÇÃO DO APLICATIVO ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE SUITE EDITION PLUS PARA A COORDENADORIA DE TECNOLOGIA E LOGÍSTICA.	26/08/15	59456277000176	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	23.900,75	23.900,75
09.53.14.00149-35	WEBFOCO TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DADOS FIM A FIM (LAN TO LAN).	27/04/16	63229553000130	WEBFOCO TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	100.000,00	6.799,00
09.53.14.00163-35	I.M. TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE EMENDAS EM FIBRA ÓPTICAS MONOMODO, POR FUSÃO, ASSEGURADO QUE ESTEJA DE ACORDO COM NORMAS APLICÁVEIS, INCLUINDO OS TESTES PERTINENTES.		08042908000170	I.M. TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	4.320,00	4.320,00
09.53.14.0183-35	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES NOS CURSOS DE SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS, ANÁLISE FORENSE E TESTE DE INVASÃO DE APLICAÇÕES WEB A SEREM MINISTRADOS NO ANO CORRENTE		3508097000136	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	14.080,00	14.080,00
09.53.14.00188-35	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS EM TI - REGISTRO DE PREÇOS.	27/07/15	04198254000117	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	615.385,00	307.692,50
09.53.14.00192-35	FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO E MODELAGEM DE PROCESSOS DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI.	22/07/15	02641663000110	FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA DE DESE	278.400,00	132.020,00
09.53.14.00199-35	LANLINK INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE DOIS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS	14/08/15	41587502000148	LANLINK INFORMATICA LTDA	555.285,72	555.285,72
09.53.14.00214-35	TORINO INFORMATICA LTDA..	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PORTÁTEIS NOTEBOOKS, DE USO CORPORATIVO, COM SUPORTE DE SERVIÇO ASSOCIADOS, INCLUINDO PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA. (VERBA DESCENTRALIZADA TST).	17/09/17	03619767000191	TORINO INFORMÁTICA LTDA.	852.790,00	852.790,00
09.53.14.00261-35	IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	PARTICIPAÇÃO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº 425/2013, PREGAO ELETRONICO 059/2013, DO TRT DA 3ª REGIÃO, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS E SERVIÇOS DE SUBSCRIÇÃO DA SUITE DE VIRTUALIZAÇÃO VMMWARE, E TREINAMENTO.	29/10/15	05333907000196	IT - ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	531.570,00	0,00
09.53.14.00262-35	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME	PARTICIPAÇÃO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2013 PREGÃO ELETRONICO 118/2013 DO TRT DA 2ª REGIÃO P/ EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE HARDWARE ESPECIALIZADA DO TIPO APPLIANCE EM CLUSTER P/CONTROLE E MONITORAMENTO.	16/11/16	10647012000166	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LT	263.360,00	0,00
09.53.14.00286-35	ACA O INFORMATICA BRASIL LTDA	PARTICIPAÇÃO EM REGISTRO DE PREÇOS DO TRT DA 18ª REGIÃO PARA FORNECIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DAS LICENÇAS EXISTENTES DO SOFTWARE DE BACKUP EM TIVOLL	16/11/15	81627838000101	ACA O INFORMATICA BRASIL LTDA	202.650,00	0,00
09.53.14.00327-35	PROCESSOR INFORMATICA S.A.	ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS DO TRT 4ª REGIÃO, PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO PACOTE OFFICE DA MICROSOFT		92232081000173	PROCESSOR INFORMATICA S.A.	132.360,00	0,00
09.53.14.00346-35	AC31 - CSJT - ESCRITÓRIO DE PROJETOS	PARTICIPAÇÃO EM REG. DE PREÇOS DECORRENTE DE PREGÃO ELETRÔNICO TRT 4ª REGIÃO P/ CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS P/ IMPLANTAÇÃO E APRIMORAMENTO DE ESCRITÓRIO DE G. DE PROJETOS DE TEC. E COMUNICAÇÃO.	11/12/15	07094346000145	G4F - SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA - EPP	59.686,39	0,00

## **ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região tem utilizado o guia de contratações sustentáveis da justiça do trabalho e os critérios de sustentabilidade previstos na IN SLTI/MPOG 01/2010 nos processos licitatórios deste Regional, sendo inclusive precursor na exigência de equipamentos de refrigeração com tecnologia que utilizam gás refrigerante R 410 que não possui clorofluorcarboneto e não agridem a camada de ozônio, em conformidade com os incisos I e III, art. 4º, do Decreto 7746/2012.

Além disso, este TRT também inovou ao exigir desde 2013, quando possível, que os veículos adquiridos possuam selo *Procel* de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, classe A ou B e selo CONPET de eficiência energética, concedido pela Petrobrás.

Ambas exigências passaram a integrar o guia de contratações sustentáveis da Justiça do Trabalho em 2014, em sua versão mais atualizada.

Salientamos, ainda, que são exigidos o DOF nas aquisições de móveis e incluímos a exigência de logística reversa, nas compras de suprimentos para impressoras para o correto descarte de toner.

Existe, ainda, previsão de substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas do tipo LED em todos os locais possíveis, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

## TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES DO TCU

### Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do trabalho da 5ª Região					20783906
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC – 005.337/2012-7	333/2014-2	1.7	Notificação	Controle 1122/2014 Controle 1683/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRT 5ª Região					20783906
Descrição da Deliberação					
<p>1.7.Determinar:</p> <p>1.7.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA que cadastre, no prazo de 60 (sessenta) dias, novos atos de aposentadoria de Mario Nunes da Silva (CPF 076.807.755-91) e Tania Maria Brito (CPF 299.742.329-53) no sistema Sisac, e os encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo as inconsistências apontadas por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a. situação concreta;</p> <p>1.7.2. à Sefip que:</p> <p>1.7.2.1. encaminhe cópia da presente deliberação, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA;</p> <p>1.7.2.2. archive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação encaminhada ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA, segundo o item 1.7.1 deste Acórdão.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Envio das fichas nº 20783906-04-2014-000010-3 e nº 20783906-04-2014-000011-1, através do SISACNET, em 22.04.2014(ofícios SCI 006 e 013/2014).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em andamento, na Corte de Contas, em 13.04.2015.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	TC – 011.417/2012-9	9404/2012-2	9.1 a 9.5	Notificação	Controle 1448/2014 Controle 2041/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil instituída por Deusdedith dos Santos Teixeira, em benefício de Roque Santos Teixeira e do menor sob guarda Fernando Victor Pinto Sodré (Peça nº 2), negando-lhe registro;</p> <p>9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, conforme o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;</p> <p>9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação:</p> <p>9.3.1. faça cessar os pagamentos relativos ao ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal (RITCU);</p> <p>9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento do recurso;</p> <p>9.4. informar ao órgão de origem que, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, a concessão de interesse do beneficiário Roque Santos Teixeira poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento de novo ato, livre da irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do RITCU; e</p> <p>9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação constante do item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Suspensão da pensão estatutária ciência ao interessado (ofício SCI 007/2014).					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Após ciência houve a interposição de Recurso com efeito suspensivo, aguardando o julgamento.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					



**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC – 026.345/2007-0	3995/2009-2 1195/2008-2	9.1 a 9.1	Notificação	Controle 2225-2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRT 5ª Região					20783906
Descrição da Deliberação					
<p><b>3995/2009-2</b></p> <p>9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, conceder a ele provimento parcial;</p> <p>9.2. dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas pela recorrente Iracema Maynard Brito do Nascimento Dantas até a ciência, pelo órgão de origem, do Acórdão 1.195/2008-2ª Câmara, nos estritos termos do Enunciado n.º 106;</p> <p>9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.</p> <p><b>1195/2008-2</b></p> <p>9.1. considerar ilegais os atos de fls. 2/5 e 6/9, recusando-lhes registro;</p> <p>9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que:</p> <p>9.2.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, se ainda não o fez, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.2.2. adote as medidas administrativas cabíveis com vistas a obter o ressarcimento dos valores indevidamente recebidos pelos beneficiários dos atos constantes destes autos, a partir da ciência do <b>Acórdão 711/2004 - TCU - 2ª Câmara</b> (no caso da Sra. Iracema Maynard Brito do Nascimento Dantas) e <b>Acórdão 167/2007 - TCU - 1ª Câmara</b> (no caso dos Srs. Lícia Margarida Pedreira da Silva Valladares, Maria do Rosário Martins Moscoso e Mário Moreno Moscoso Valladares), caso os respectivos pagamentos não tenham sido suspensos quando da ciência dessas decisões; [Vide <b>AC-3995-26/09-2</b>. Dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas pela recorrente Iracema Maynard Brito do Nascimento Dantas até a ciência, pelo órgão de origem.]</p> <p>9.3. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que novos atos de concessão de pensão civil poderão ser emitidos, livres das irregularidades apontadas neste processo, submetendo-os à apreciação deste Tribunal;</p> <p>9.4. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas constantes dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 supra, promovendo a apuração da responsabilidade da autoridade omissa, se for o caso, e representando a este Tribunal, se necessário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Exclusão da opção remuneratória; cobrança do valor a ser ressarcido (ofício SCI 010/2014).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Ressarcimento ao Erário.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC – 014.000/2013-0	634/2014	9.1 a 9.3	Notificação	Controle 1550/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRT 5ª Região					20783906
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. considerar legais os atos de alteração de aposentadoria dos Senhores. Alonso José dos Santos e Pedro Rodrigues de Carvalho e da Senhora Maria Heli da Conceição Macedo Correa, determinando os respectivos registros;</p> <p>9.2. considerar ilegais os atos de alteração de aposentadoria dos Senhores João de Faria Góes e de Raimundo José Campos, com a conseqüente negativa de registro; e</p> <p>9.3. determinar que o órgão de origem emita novo ato escoimado da irregularidade apontada nestes autos, encaminhando-os para apreciação deste Tribunal, conforme previsto no artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Envio das fichas 20783906-04-2014-000014-6 e 20783906-04-2014-000015-4.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em andamento, na Corte de Contas, em 14.04.2015 (ofício SCI 015/2014).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	TC – 006.872/2014-0	7499/2013-2	9.1 a 9.3	Diligência	Controle 1550/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Solicitação de disponibilização periódica de bases de informações cadastrais e financeiras referentes a servidores ativos, inativos e pensionistas dos órgãos e entidades não integrantes do Siape.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Remessa de mídia eletrônica. Conforme requerido (ofício SCI 017/2014).					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Envio dos dados					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	TC – 011.417/2012-9	9404/2012-2		Diligência	Controle 3517/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Reestabelecimento do benefício de pensão decorrente do pedido de reexame.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Reestabelecimento de pensão a Fernando Victor Pinto Sodré. (Ofício SCI 019/2014)					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Pagamento da pensão.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	TC – 007.747/1995-0	1182/2010-Plenário		Diligência	Controle 4752/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Encaminhe a esta Secretaria, documentação comprobatória (cópia de contracheque, por exemplo) do ressarcimento ao Erário dos valores recebidos pela beneficiária Beatriz Augusta Isaac Lobo (CPF 857.536.025-68) a título de pensão civil impugnada pelo TCU, conforme o sub item 9.3.2 do acórdão 1182/2010 TCU.- Plenário.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Manutenção do benefício, em face de medida liminar no Mandado de Segurança nº 29.310(ofício SCI 022/2014)					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Continuidade de Pagamento.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
08	TC – 011.706/2014-7		9.1 a 9.3	Diligência	Controle 3917/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Auditoria para apuração de possíveis pagamentos indevidos de pensão a filhas maiores solteiras, com fundamento na Lei 3.373/1958 - SITUAÇÃO: ABERTO.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Remessa de mídia eletrônica. Conforme requerido (ofício SCI 024/2014)					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Envio dos dados					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
09	TC – 014.002/2013-2	4227/2014-2	9.1 a 9.5	Notificação	Controle 9287/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria das servidoras Ana Maria Avelina Torres e Regina Vieira Lima Mendes, negando-lhes os respectivos registros.</p> <p>9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, nos termos da Súmula 106 do TCU, até a data da ciência do Acórdão.</p> <p>9.3. determinar a suspensão dos pagamentos das parcelas ora impugnadas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.</p> <p>9.4. orientar o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, em consonância com o previsto no artigo 262, § 2º do Regimento Interno do TCU, que poderá emitir novo ato, se for o caso, escoimado das irregularidades verificadas.</p> <p>9.5. determinar que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal acompanhe o cumprimento das determinações ao Órgão responsável.</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Envio das fichas 20783906-04-2014-000034-0 e 20783906-04-2014-000035-9.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Em andamento, na Corte de Contas, em 14.04.2015(ofícios SCI 032 e034/2014).					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	TC – 014.046/2013-0	4547-2014-2	9.1 a 9.4	Notificação	Controle 100742014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato constante do presente processo, por conter como beneficiária a Senhora Miralva da Silva Pereira;</p> <p>9.2 aplicar a Súmula TCU 106, em relação às importâncias recebidas de boa-fé pela beneficiária;</p> <p>9.3 determinar que ao órgão de origem que:</p> <p>9.3.1 emita novo ato escoimado da irregularidade apontada nos autos, conforme previsto no artigo 262, § 2º do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.3.2 abstenha-se de realizar pagamento para a Senhora Miralva da Silva Pereira, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta decisão;</p> <p>9.3.3. no que se refere ao ato constante do presente processo relativamente às pensões civis a beneficiárias previstas no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/1958, orientá-las que devem manter a condição de solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas, sem percepção de pensão alimentícia, vedada ainda a situação de união estável;</p> <p>9.3.4 ciente a Senhora Miralva da Silva Pereira do inteiro teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desses recursos;</p> <p>9.3.5 no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento da decisão desta Corte.</p> <p>9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das determinações contidas na presente deliberação</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Exclusão da condição de pensionista da senhora Miralva da Silva Pereira; Envio da comprovação das condições ensejadoras da percepção de pensão das senhoras Maria Leda da Silva Pereira e Marilene da Silva Pereira.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Exclusão de pensão e comprovação da condição de perceber pensão (ofícios SCI 036 e 0412014).					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					



**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	TC – 006.872/2014-0	7499/2013-2 363/2014-2 818/2014-2		Diligência	Controle 10255/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Solicitação de disponibilização periódica de bases de informações cadastrais e financeiras referentes a servidores ativos, inativos e pensionistas do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Remessa de arquivo por correio eletrônico postado em 29.10.2014 Cristiano Brilhante de Souza.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Envio dos dados					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					

## Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC – 011.417/2012-9	5541/2014-2	9.1 a 9.2	Notificação	Controle 12490/2014 Controle 12946/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRT 5ª Região					20783906
Descrição da Deliberação					
<p><b>Controle 12490/2014</b> 9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento; 9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e ao recorrente.</p> <p><b>Controle 12946/2014</b> O Ministro Roberto Barroso comunica que deferiu o pedido liminar formulado por Fernando Victor Pinto Sodré, nos autos do MS 33.287, para determinar o reestabelecimento da pensão devida ao impetrante pela morte de sua avó Sr.ª Deusdedith dos Santos Teixeira, até deliberação ulterior.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Reestabelecimento do pagamento do benefício pensional.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Pagamento de pensão (ofício SCI 043/2014).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores negativos					

**Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região					20783906
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
13	TC – 014.046/2013-0	4547-2014-2	1 e 24	Notificação	Controle 13606/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região					20783906
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Reiterar os termos do ofício 10074/2014, no prazo máximo de 15 dias, sob pena de multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/92.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Emissão de ofício confirmando que a determinação foi prontamente cumprida desde 10.11.2014.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
(Confirmação de pronto cumprimento da diligência ofício SCI 045-2014).					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não foram identificados fatores negativos					

## TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria folha de pagamento	01	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRT da 5ª Região			20783906
Descrição da Recomendação			
As informações quanto aos pagamentos de diferenças utilizando rubricas manualmente inclusas na folha de pagamento devem ser mais analíticas, contemplando principalmente o número de dias a que tal valor se refere.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Pagamento			
Síntese da Providência Adotada			
Ofício enviado à Coordenadoria de Pagamento			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informações mais claras facilitando a conferência dos valores			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Relacionamento direto com o Setor responsável pela implementação/Não houve aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	Auditoria no Suprimento de Fundos	01	Ofício
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT da 5ª Região			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Entendemos ser necessário sempre que liberar recursos, enviar uma cartilha para os supridos, informando suas responsabilidades com relação ao que é legal e ao que é vedado para a utilização dos cartões de pagamento do governo federal – suprimento de fundos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria-Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os supridos recebem orientação através do memorando de concessão			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Menor número de inconsistências nos processos de suprimento de fundos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	Auditoria Avaliação de Controles Internos	01	RAG
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT da 5ª Região			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Implantação e desenvolvimento dos componentes de avaliação de riscos e monitoramento, com vistas a melhorar o desempenho dos controles internos administrativos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria-Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Estudos para implantação da gestão de riscos			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Iniciando processo para implementação da gestão de riscos			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Capacitação dos servidores por meio de cursos de avaliação de controles internos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	Auditoria na frota de Veículos do TRT	01	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT da 5ª Região			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Aperfeiçoamento do controle em relação aos cursos e treinamentos feitos pelos motoristas. Apresentar, uma vez por ano, comprovação de que os motoristas concluíram com aproveitamento satisfatório, curso ou treinamento, conforme contrato celebrado com este Regional e a empresa prestadora do serviço de condução de veículos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria-Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foram apresentados os certificados dos cursos de reciclagem feitos pelos condutores de veículos			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Os condutores participaram do curso de reciclagem			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Relacionamento direto com o Setor responsável pela implementação			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	Auditoria Extraordinária ref. a Obra de Construção da Nova Sede no CAB	3a	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª Região			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Expedição de nova comunicação à Caixa Econômica Federal para repactuação do ajuste celebrado, em relação à sua vigência e também quanto à cessão de uso do espaço físico deste Regional, para se adequar o pacto ao contido na Resolução CSJT nº 87, de 25 de novembro de 2011.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria- Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Ofício GP nº 1144/2014 emitido em 07/08/2014 solicitando repactuação			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
O CSJT prorrogou o prazo concedido à CEF para a repactuação em tela			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			



**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	Auditoria Extraordinária ref. a Obra de Construção da Nova Sede no CAB	3b	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª REGIÃO			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Notificação dirigida à Fundação Escola Politécnica da Bahia com o intuito de serem apresentadas as ARTs dos seguintes profissionais: Jerônimo Aguiar Bezerra e Alberto Rebouças.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria-Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Notificação expedida em 06/08/2014 (processo 09.53.09.0212-35)			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Entrega de documentos			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	Auditoria Extraordinária ref. a Obra de Construção da Nova Sede no CAB	Solicitação -a)	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª REGIÃO			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Envio, do relatório de auditoria, com anexo, à Presidência do Regional, CNJ e CSJT, consoante art. 42, caput da Resolução nº 70/2010			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria-Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Enviado por meio dos Ofícios DG nº 150/2014; GP nº 1179/2014 e GP nº 1178/2014			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A Presidência deste Regional, o CNJ e o CSJT, respectivamente, tomaram conhecimento do relatório final de auditoria da obra de construção da sede deste Regional no CAB,			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
08	Auditoria Extraordinária ref. a Obra de Construção da Nova Sede no CAB	Solicitação b	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª REGIÃO			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Divulgação do relatório de auditoria final no sítio do Regional			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria- Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Resposta no ofício DG 0154/2014			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Divulgação do relatório no sitio do TRT 5			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
09	Auditoria nos anuênios	IV.1	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª REGIÃO			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Seja revisada a jurisprudência do TCU, dando ênfase aos acórdãos mais recentes, por possuírem a redação mais clara com relação à impossibilidade da concessão de anuênios a servidores que ingressaram sob o regime da CLT e requerem averbação de tempo estadual e/ou municipal			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Administrativa de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Revisão determinada pela Presidência do TRT5			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Revistos os processos e informadas as alterações a serem efetivadas			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	Auditoria nos anuênios	IV.2	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª REGIÃO			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Se faça constar das informações iniciais em processos de averbação de tempo de serviço, além dos registros habituais, o do regime jurídico de ingresso do servidor requerente neste TRT.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Administrativa de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Procedimento determinado pela Presidência do TRT			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Será observado nas próximas averbações de tempo de serviço			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	Auditoria nos anuênios	IV.3	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª REGIÃO			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Sejam suspensos os pagamentos de anuênios em folhas mensais que estão sendo efetuados em desacordo com as normas do TCU.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Administrativa de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Suspensão determinada pela Presidência do TRT			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Dado conhecimento a Coordenadoria de Pagamento – suspensão do pagamento			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO			20783906
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
12	Auditoria nos anuênios	IV.4	RA
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
TRT 5ª REGIÃO			20783906
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Não sejam realizados os pagamentos retroativos de anuênios que foram concedidos em razão da interpretação equivocada da jurisprudência do TCU.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Administrativa de Pessoas			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Determinado pela Presidência do TRT			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Pagamentos não realizados			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não identificamos aspectos negativos			

## CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

<b>Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</b>				
<b>Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR</b>	<b>Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93</b>	<b>Complemento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR</b>		
		<b>Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício Financeiro</b>
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	10	7	209
	Entregaram a DBR	10	7	209
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	144	119	2552
	Entregaram a DBR	144	119	2533
	Não cumpriram a obrigação	0	0	19
Fonte:				

## MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Não houve, no período, qualquer situação de apuração de responsabilidade.



## **TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

### **5.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

Está sendo aplicada a norma informada. Padrão Macrofunção-020330. Os dispositivos informados na NBTC não descrevem de forma clara qual a metodologia ou cotas a serem aplicadas.

A vida útil do ativo está estimada de acordo com a Macro-função (STN). Quando da implantação, é validado o plano de contas existente, configurando assim a vida útil e percentual não depreciável do bem.

A T 16.9 e NBC T 16.10 não definem parâmetros de vida útil e percentual não depreciável. Por essa razão.

Têm sido utilizadas cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem;

Para os cálculos, as taxas são definidas conforme Macro-função, na forma aprovada pelo Tribunal.

Para a avaliação de bens é realizada uma busca no mercado dos valores, Esta metodologia é uma definição realizada pelo Órgão para se achar o valor real do bem. O sistema ASI, como ferramenta de auxílio, utiliza o método de cotas lineares, conforme existente na macro-função para avaliações, para assim se determinar o valor atual do bem.

## **SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE**

Quanto da mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido, o sistema ASI controla o patrimônio e seus valores.

## Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			80007
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Salvador, Bahia	Data	04/02/2015
Contador Responsável	Durval Padilha Pinto Neto	CRC nº	016.277/BA



**Durval Padilha Pinto Neto**  
Diretor da Coordenadoria de Contabilidade

## **OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

As informações pertinentes sobre a gestão foram devidamente tratadas no presente relatório, não havendo o que ser acrescentado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado conseguiu-se identificar os maiores problemas que impedem efetivamente cumprir a missão institucional, por outro, exsurge a dificuldade de solucioná-los imediatamente. Trata-se de inconsistências sistêmicas historicamente absorvidas ao longo de décadas; da falta de sintonia entre bancos de dados; de divergência dos parâmetros que seguidos, ora do Conselho Nacional de Justiça/Justiça em Números (CNJ), ora do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ora do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os quais implicam retrabalho e tempo para acomodação. Da mesma forma, o levantamento desses dados e respectivas inconsistências permitiram a constatação da necessidade de se desenvolver competências específicas não só para a promoção dos ajustes necessários, como também para a manutenção da atividade de forma coerente e padronizada.

Nesse contexto, ações foram adotadas no sentido da depuração desses mesmos dados e inconsistências e assim desenvolvidas lógicas e simulações correlatas que vêm evidenciando quão equivocadas vêm sendo as informações jungidas a este Tribunal, a exemplo, dos dados estatísticos do site Justiça em Números, a partir das informações encaminhadas pelo próprio Tribunal.

## ANEXOS E APÊNDICES

## DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PROPOSTOS PARA O PEI 2015/2020

PERSPECTIVA SOCIEDADE	
<b>Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania</b>	Trata-se de objetivo estratégico que sintetiza os demais, levando em conta, a partir de conceitos como tempestividade, razoável duração do processo, concretização fática da entrega do direito e a satisfação do jurisdicionado no que diz respeito à atuação da Justiça do Trabalho da 5ª Região.
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	
<b>Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito</b>	Refere-se ao fomento da conciliação e de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação efetiva do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.
<b>Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</b>	Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

<b>PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS</b>	
<b>Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais</b>	Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; entre outras ações.
<b>Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária</b>	Formulação, implantação, monitoramento e revisão de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades próprias do Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região, produzidas de forma colaborativa. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das boas práticas de gestão para a melhoria do processo de trabalho, podendo adotar parcerias com órgãos externos.
<b>Melhorar a comunicação interna e externa</b>	Aperfeiçoar os fluxos de comunicação institucional, de modo a melhorar a comunicação interna e efetivar maior publicidade à atuação do tribunal com ênfase na divulgação dos seus atos, decisões, programas e ações.

## PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

### **Ampliar a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes**

Implantação de ações visando à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes

## PERSPECTIVA RECURSOS

### **Efetivar a gestão por competências**

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados.

### **Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas**

Refere-se a ações que promovam o bem-estar de servidores e magistrados no ambiente de trabalho; a humanização das relações de trabalho; o estabelecimento de sistemas de recompensas e à adequada distribuição da força de trabalho.

### **Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz**

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

<b>PERSPECTIVA RECURSOS</b>	
<b>Prover o Regional de infraestrutura física adequada</b>	Manter o Regional com infraestrutura física adequada, incluindo as instalações físicas e mobiliárias do edifício-sede e das Varas do Trabalho, observando as normas e os critérios de acessibilidade.
<b>Maximizar os resultados da governança de TIC</b>	Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo CNJ/CSJT. Visa garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.



## MAPA ESTRATÉGICO DO TRT DA 5ª REGIÃO



## MATRIZ DE OBJETIVOS

- OBJETIVO 1 – Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania;
- OBJETIVO 2 – Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- OBJETIVO 3 – Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito;
- OBJETIVO 4 – Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais;
- OBJETIVO 5 – Ampliar a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes;
- OBJETIVO 6 – Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária;
- OBJETIVO 7 – Melhorar a comunicação interna e externa;
- OBJETIVO 8 – Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- OBJETIVO 9 – Efetivar a gestão por competências;
- OBJETIVO 10 – Prover o Regional de infraestrutura física adequada;
- OBJETIVO 11 – Maximizar os resultados da governança de TIC;
- OBJETIVO 12 – Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz;

## MATRIZ DE INDICADORES E METAS

Indicador	Sigla	Descrição
Indicador 1.1	IAM	Índice de Alcance das Metas (IAM)
Indicador 1.2	IRS	Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)
Indicador 2.1	TMDP2	Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)
Indicador 2.2	TMDP1c	Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância – Fase de Conhecimento (TMDP1c)
Indicador 2.3	IPJ	Índice de Processos Julgados - (IPJ)
Indicador 2.4	IPA	Índice de Processos Antigos (IPA)
Indicador 2.5	IACP	Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)

Indicador	Sigla	Descrição
Indicador 3.1	ICONc	Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento (ICONc)
Indicador 3.2	ICONE	Índice de Conciliação na Fase de Execução (ICONE)
Indicador 4.1	IE	Índice de Execução (IE)
Indicador 5.1	ICP	Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP)
Indicador 6.1	iGovGE	Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)
Indicador 6.2	iGov	Índice de Governança
Indicador 7.1	IEPCI	Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional (IEPCI)
Indicador 8.1	IA	Índice de absenteísmo (IA)
Indicador 8.2	IPSaúde	Índice de Prevenção de Saúde (IPSaúde)
Indicador 8.3	IQV	Índice de Qualidade de Vida (IQV)
Indicador 9.1	iGovPessoas	Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)
Indicador 10.1	iGovInfra	Índice de Governança da Infraestrutura (IGovInfra)
Indicador 11.1	IEPETIC	Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)
Indicador 11.2	iGovTIC	Índice de Governança em TIC (iGovTIC)
Indicador 12.1	IEOD	Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)
Indicador 12.2	IEO	Índice de Eficiência Operacional (IEO)

## Indicadores relacionados ao Objetivo 1.

Garantir a efetividade da prestação jurisdicional

Indicador 1.1 – Índice de Alcance das Metas (IAM)						
<b>Descrição</b>	Mede o desempenho geral das metas estabelecidas no planejamento estratégico em vigência.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão Estratégica					
<b>Periodicidade</b>	Trimestral					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	$\sum$ MP1 - Metas com peso 1	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Gestão Estratégica				
	$\sum$ MP2 - Metas com peso 2	Secretaria de Gestão Estratégica				
	$\sum$ MP3 - Metas com peso 3	Secretaria de Gestão Estratégica				
<b>Fórmula de cálculo</b>	IAM = ( $\sum$ MP1) + ( $\sum$ MP2 x 2) + ( $\sum$ MP3 x 3)					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta1</b>	Atingir e manter pontuação entre 76 e 96 até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	93 e 117	93 e 117	93 e 117	93 e 117	93 e 117	93 e 117
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>MP1:</b> Metas com peso 1 atribuído, as quais receberão pontuação 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores entre 90% e 99,99% e valores iguais ou maiores que 100%, da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 1.</p> <p><b>MP2:</b> Metas com peso 2 atribuído, as quais receberão pontuação 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores entre 90% e 99,99% e valores iguais ou maiores que 100%, da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 2.</p> <p><b>MP3:</b> Metas com peso 3 atribuído, as quais receberão pontuação 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores entre 90% e 99,99% e valores iguais ou maiores que 100%, da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 3.</p> <p>A seguir, a relação das metas por peso:</p> <p><b>MP1:</b> Indicador 6.1(iGovGE);</p>					

<b>Indicador 1.1 – Índice de Alcance das Metas (IAM)</b>	
	<p>Indicador 6.2(iGov);  Indicador 7.1(IEPCI);  Indicador 8.1(IA);  Indicador 8.2(IPSaúde);  Indicador 8.3(IQV);  Indicador 9.1(iGovPessoas);  Indicador 10.1(iGovInfra);  Indicador 11.1(IEPETIC);  Indicador 11.2(iGovTIC);  Indicador 12.1(IEOD);  Indicador 12.2(IEO).</p> <p><b>MP2:</b> Indicador 3.1(ICONc);  Indicador 3.2(ICONe);  Indicador 5.1(ICP).</p> <p><b>MP3:</b> Indicador 1.2(IRS);  Indicador 2.1(TMDP2);  Indicador 2.2(TMDP1c);  Indicador 2.3(IPJ);  Indicador 2.4(IPA);  Indicador 2.5(IACP);  Indicador 4.1(IE).</p> <p>Será considerado para cálculo do indicador o total de 22 (vinte e dois) indicadores, sendo observado o desempenho do acumulado do período.</p>

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Desenvolver programa de expansão e aprimoramento do PJe;
- Desenvolvimento de projeto para criação da Força Tarefa para atuação em Varas que estavam congestionadas a fim de assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.

## INDICADORES E METAS

**INDICADOR 01:**

<b>INDICADOR: GRAU DE ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA DO TRT DA 5ª REGIÃO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quêmede</b>	Grau de adequação das unidades operacionais para o alcance dos objetivos estratégicos do TRT da 5ª Região. Este indicador considera a estrutura organizacional.
<b>Quemmede</b>	Assessoria de Organização e Métodos
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
<b>Porquêmedir</b>	Visa manter atualizado o Regulamento Geral de Secretaria para alinhar as unidades à estratégia do TRT.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Quantidade de <i>unidades estruturalmente aptas</i> ao alcance da estratégia dividida pela quantidade total de <i>unidades envolvidas</i> a objetivos estratégicos.  <i>Unidades estruturalmente aptas: unidades em conformidade com o Regulamento Geral de Secretaria e ligadas diretamente à projetos estratégicos.</i> <i>Unidades envolvidas: são unidades ligadas diretamente à projetos estratégicos.</i>
<b>Fórmula</b>	$Ind_{01} = \frac{\text{Quantidade de unidades estruturalmente aptas}}{\text{Quantidade total de unidades envolvidas com objetivos estratégicos}}$
<b>Situação atual</b>	20,00%
<b>META</b>	2010 - 40,00%; 2011 - 60,00%; 2012 - 75,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 02 :**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quêmede</b>	Percentual de procedimentos que se encontram documentados
<b>Quemmede</b>	Assessoria de Organização e Métodos
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de Dados da Assessoria de Organização e Métodos
<b>Porquêmedir</b>	Visa documentar todos os procedimentos das unidades.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Número de procedimentos documentados dividido pelo número total de procedimentos identificados no TRT da 5ª Região
<b>Fórmula</b>	$Ind_{02} = \frac{\text{Quantidade de procedimentos documentados}}{\text{Total de procedimentos identificados no TRT}}$
<b>Situaçãoatual</b>	50,00%
<b>META</b>	2010 - 60,00%; 2011 - 70,00%; 2012 - 80,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 03:**

<b>INDICADOR: GRAU DE EFETIVIDADE DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quêmede</b>	Grau de racionalidade, eficiência e eficácia dos processos e procedimentos de trabalho do TRT da 5ª Região
<b>Quemmede</b>	Assessoria de Organização e Métodos
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
<b>Porquêmedir</b>	Visa racionalizar os processos de trabalho nas unidades operacionais do TRT da 5ª Região.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Quantidade de <i>unidades mapeadas e documentadas</i> dividida pela quantidade total das unidades do TRT da 5ª Região.  <i>Unidades mapeadas e documentadas: unidades em que tenham sido realizados o mapeamento dos processos de trabalho e a descrição dos procedimentos com êxito na obtenção dos resultados.</i>
<b>Fórmula</b>	$Ind_{03} = \frac{\text{Quantidade de unidades mapeadas e documentadas}}{\text{Total de unidades do TRT no fim do exercício}}$
<b>Situação atual</b>	20,00%
<b>META</b>	2010 - 40,00%; 2011 - 45,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 55,00%; 2014 - 60,00%



**INDICADOR 04:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR VARA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quêmede</b>	Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Varas
<b>Quemmede</b>	Assessoria de Organização e Métodos
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
<b>Porquêmedir</b>	Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelas Varas.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Quantidade de Varas que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Varas do TRT da 5ª Região.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{04} = \frac{\text{Quantidade de Varas padronizadas}}{\text{Total de Varas do TRT}}$
<b>Situaçãoatual</b>	70,00%
<b>META</b>	2010 - 80,00%; 2011 - 85,00%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%

**INDICADOR 05:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR GABINETE</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quêmede</b>	Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Gabinetes
<b>Quemmede</b>	Assessoria de Organização e Métodos
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
<b>Porquêmedir</b>	Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelos Gabinetes.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Quantidade de Gabinetes que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Gabinetes do TRT da 5ª.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{05} = \frac{\text{Quantidade de Gabinetes padronizadas}}{\text{Total de Gabinetes do TRT}}$
<b>Situaçãoatual</b>	80,00%
<b>META</b>	2010 - 85,00%; 2011 - 87,50%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%

**INDICADOR 06:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR TURMA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quêmede</b>	Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Turmas
<b>Quemmede</b>	Assessoria de Organização e Métodos
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
<b>Porquêmedir</b>	Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelas Turmas.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Quantidade de Turmas que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Turmas do TRT da 5ª Região.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{06} = \frac{\text{Quantidade de Turmas padronizadas}}{\text{Total de Turmas do TRT}}$
<b>Situaçãoatual</b>	80,00%
<b>META</b>	2010 - 85,00%; 2011 - 87,50%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%

**INDICADOR 07:**

<b>INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA – FASE DE COGNIÇÃO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Mede o índice de congestionamento na fase de cognição na 1ª instância
<b>Quem mede</b>	Serviço de Gerenciamento de Dados
<b>Quando medir</b>	Semestral
<b>Onde medir</b>	Boletim Estatístico
<b>Por quê medir</b>	Visa identificar o grau de congestionamento em 1ª instância na fase de cognição.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 1ª Instância na fase de cognição do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{07} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	50,00%
<b>META</b>	2010 - 40,00%; 2011 - 36,00%; 2012 - 34,20%; 2013 - 32,49%; 2014 - 30,00%

**INDICADOR 08:**

<b>INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 2ª INSTÂNCIA – FASE DE COGNIÇÃO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Mede o índice de congestionamento na fase de cognição na 2ª instância
<b>Quem mede</b>	Serviço de Gerenciamento de Dados
<b>Quando medir</b>	Semestral
<b>Onde medir</b>	Boletim Estatístico
<b>Por quê medir</b>	Visa identificar o grau de congestionamento em 2ª instância na fase de cognição.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 2ª Instância na fase de cognição do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{08} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	37,00%
<b>META</b>	2010 - 29,60%; 2011 - 26,64%; 2012 - 25,31%; 2013 - 24,04%; 2014 - 22,84%

**INDICADOR 09:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 1ª INSTÂNCIA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Mede o percentual de decisões líquidas na fase de conhecimento em 1ª instância
<b>Quem mede</b>	Serviço de Gerenciamento de Dados
<b>Quando medir</b>	Trimestral
<b>Onde medir</b>	Base de Dados do Gerenciamento de Dados
<b>Por quê medir</b>	Visa identificar o grau de decisões líquidas em 1ª instância na fase de conhecimento.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação entre total de decisões líquidas e total de processos julgados na 1ª Instância no período de referência
<b>Fórmula</b>	$Ind_{09} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de decisões líquidas}}{\sum_1^m \text{Quantidade de processos julgados}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 20,00%; 2011 - 35,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 65,00%; 2014 - 80,00%

**INDICADOR 10:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 2ª INSTÂNCIA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Mede o percentual de decisões líquidas na fase de conhecimento em 2ª instância
<b>Quem mede</b>	Serviço de Gerenciamento de Dados
<b>Quando medir</b>	Trimestral
<b>Onde medir</b>	Base de Dados do Gerenciamento de Dados
<b>Porquê medir</b>	Visa identificar o grau de decisões líquidas em 2ª instância na fase de conhecimento.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação entre total de decisões líquidas e total de processos julgados na 2ª Instância no período de referência
<b>Fórmula</b>	$Ind_{10} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de decisões líquidas}}{\sum_1^m \text{Quantidade de processos julgados}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 20,00%; 2011 - 35,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 65,00%; 2014 - 80,00%

**INDICADOR 11:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê medir</b>	Pontos de atendimento físicos e eletrônicos do TRT da 5ª Região.
<b>Quem medir</b>	Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Por quê medir</b>	Visa identificar o grau de capilaridade e acesso ao Tribunal.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	<p>Relação entre a quantidade de pontos físicos e eletrônicos* do TRT e a quantidade total de municípios do estado da Bahia.</p> <p>* Pontos eletrônicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a internet equivale a um ponto físico;</li> <li>• terminal de auto-atendimento fora dos pontos físicos instalados pelo TRT e contam como um ponto físico por localidade de instalação.</li> </ul>
<b>Fórmula</b>	$Ind_{11} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos}}{\text{Total de município do estado da Bahia}}$
<b>Situação atual</b>	8,39% (para 417 municípios, fonte IBGE-2010)
<b>META</b>	2010 - 9,11%; 2011 - 9,35%; 2012 - 10,07%; 2013 - 10,31%; 2014 - 10,55%



**INDICADOR 12:**

<b>INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA – FASE DE EXECUÇÃO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Mede o índice de congestionamento na fase de execução na 1ª instância
<b>Quem mede</b>	Serviço de Gerenciamento de Dados
<b>Quando medir</b>	Semestral
<b>Onde medir</b>	Boletim Estatístico
<b>Por quê medir</b>	Visa identificar o grau de congestionamento em 1ª instância na fase de execução.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 1ª Instância na fase de execução do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{12} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	95,00%
<b>META</b>	2010 - 76,00%; 2011 - 68,40%; 2012 - 64,98%; 2013 - 61,73%; 2014 - 58,64%

**INDICADOR 13:**

<b>INDICADOR: NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS.</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quêmede</b>	Número de pessoas beneficiadas pelas ações sociais promovidas pelo TRT da 5ª Região.
<b>Quemmede</b>	Serviço de Projetos Especiais
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados do Serviço de Assessoramento de Projetos Especiais
<b>Porquêmedir</b>	Visa identificar o número de pessoas beneficiadas pelas ações sociais promovidas pelo TRT da 5ª Região.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Quantidade total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais
<b>Fórmula</b>	$Ind_{13} = \sum_1^m \text{Quantidade de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situaçãoatual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 100; 2011 - 200; 2012 - 300; 2013 - 400; 2014 - 500

**INDICADOR 14:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quêmede</b>	Identificar o percentual de projetos estratégicos que obtiveram sucesso no alcance dos objetivos estratégicos.
<b>Quemmede</b>	Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Porquêmedir</b>	Visa identificar o percentual de êxito de projetos estratégicos.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação entre os projetos estratégicos concluídos com sucesso e o total de projetos estratégicos no período de referência
<b>Fórmula</b>	$Ind_{14} = \frac{\text{Quantidade de projetos estratégicos concluídos com sucesso}}{\text{Total de projetos estratégicos}}$
<b>Situaçãoatual</b>	0,00%
<b>META</b>	2010 - 30,00%; 2011 - 50,00%; 2012 - 70,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 15:**

**INDICADOR: ÍNDICE DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA JUDICIÁRIA REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DOCNJ**

<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Número de boas práticas encaminhadas
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Porquê medir</b>	Visa identificar o número de boas práticas , na área judiciária, registradas no CNJ.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Soma de boas práticas da área judiciária registradas no CNJ no período de referência
<b>Fórmula</b>	$Ind_{15} = \sum_1^m \text{Quantidade de boas práticas da área judiciária registradas no CNJ}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	0
<b>META</b>	2010 - 3; 2011 - 3; 2012 - 3; 2013 - 3; 2014 - 3

**INDICADOR 16:**

**INDICADOR:** ÍNDICE DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DOCNJ.

<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Percentual de aproveitamento de ações registradas no banco de boas práticas.
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
<b>Porquê medir</b>	Visa identificar o número de boas práticas, na área administrativa, registradas no CNJ.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Soma de boas práticas da área administrativa registradas no CNJ no período de referência
<b>Fórmula</b>	$Ind_{16} = \sum_1^m \text{Quantidade de boas práticas da área administrativa registradas no CNJ}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	0
<b>META</b>	2010 - 3; 2011 - 2; 2012 - 2; 2013 - 2; 2014 - 2

**INDICADOR 17:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO EXTERNO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	Avalia o grau de satisfação dos públicos externos
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Pesquisa de Satisfação dos usuários externos
<b>Porquê medir</b>	Visa avaliar o grau de satisfação do público externo.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação da quantidade de pessoas externas satisfeitas e total de entrevistados externos.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{17} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
<b>Situação atual</b>	71,70%
<b>META</b>	2010 - 74,36%; 2011 - 77,02%; 2012 - 79,68%; 2013 - 82,34%; 2014 - 85,00%

**INDICADOR 18:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficácia
<b>O quê mede</b>	Avalia o grau de satisfação do público interno.
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Pesquisa de Clima Organizacional
<b>Porquê medir</b>	Visa avaliar o grau de satisfação do público interno.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação da quantidade de pessoas internas satisfeitas e total de entrevistados internos.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{18} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
<b>Situação atual</b>	93,20%
<b>META</b>	2010 - 93,70%; 2011 - 94,20%; 2012 - 94,70%; 2013 - 95,20%; 2014 - 95,70%

**INDICADOR 19:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE INSERÇÕES NA MÍDIA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Quantidade de inserções na mídia externa.
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Comunicação
<b>Quando medir</b>	Trimestral
<b>Onde medir</b>	Base de Dados da Assessoria de Comunicação
<b>Porquê medir</b>	Visa medir a quantidade de inserções na mídea externa.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado pelo total de inserções na mídia com base no clipping eletrônico no período de apuração.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{19} = \sum_1^m \text{Quantidade inserções na mídia com base no clipping eletrônico}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	690
<b>META</b>	2010 - 759; 2011 - 834; 2012 - 917; 2013 - 1008; 2014 - 1108



**INDICADOR 20:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE MATÉRIAS POSITIVAS</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Percentual das inserções positivas na mídia externa.
<b>Quem mede</b>	Assessoria de Comunicação
<b>Quando medir</b>	Trimestral
<b>Onde medir</b>	Base de dados da Assessoria de Comunicação
<b>Porquê medir</b>	Visa medir o percentual de matérias veiculadas na mídea externa de forma positiva.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação entre o total de inserções positivas na mídia externa e o total de inserções na mídia no período de referência.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{20} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de inserções positivas na mídia}}{\sum_1^m \text{Quantidade de inserções na mídia}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	90,00%
<b>META</b>	2010 - 91,00%; 2011 - 92,00%; 2012 - 93,00%; 2013 - 94,00%; 2014 - 95,00%

**INDICADOR 21:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO TOTAL</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Mede o percentual médio diário de magistrados e servidores afastados por acidente em serviço, para tratamento da própria saúde ou demais licenças previstas em lei.
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Semestral
<b>Onde medir</b>	Banco de dados do Sistema de Recursos Humanos
<b>Por quê medir</b>	Visa medir o grau de afastamento por motivo de saúde e outras licenças de pessoal.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas e de pessoal dos magistrados e servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência, devendo ser informada a memória de cálculo referente a magistrados e servidores (subíndices)
<b>Fórmula</b>	$Ind_{21} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de licenças médicas e de pessoal}}{(Qde de magistrados + Qde de servidores) * (Qde de dias do mês de referência)} \text{ Onde } m \text{ é o mês de referência.}$
<b>Situação atual</b>	6,30%
<b>META</b>	2010 - 6,00%; 2011 - 5,50%; 2012 - 5,00%; 2013 - 4,50%; 2014 - 4,00%

**INDICADOR 21.1:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO POR MOTIVO DE SAÚDE</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Mede o percentual médio diário de magistrados e servidores afastados por acidente em serviço, para tratamento da própria saúde ou demais licenças previstas em lei.
<b>Quem mede</b>	Serviço de Saúde
<b>Quando medir</b>	Semestral
<b>Onde medir</b>	Banco de dados do Sistema de Recursos Humanos
<b>Por quê medir</b>	Visa medir o grau de afastamento por motivo de saúde.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas dos magistrados e servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência, devendo ser informada a memória de cálculo referente a magistrados e servidores (subíndices)
<b>Fórmula</b>	$Ind_{21.1} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de licenças médicas}}{(Qde de magistrados + Qde de servidores) * (Qde de dias do mês de referência)} \text{ Onde } m \text{ é o mês de referência.}$
<b>Situação atual</b>	-

<b>META</b>	2010 - 4,00%; 2011 -3,70%; 2012 -3,50%; 2013 -3,30%; 2014 - 3,00%
-------------	---

**INDICADOR 22:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE CASOS DE AFASTAMENTOS POR MOTIVO DE SAÚDE OCACIONADOS PELO TRABALHO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quêmede</b>	Percentual de casos de afastamento por motivo de saúde ocasionados pelo trabalho em relação ao total de afastamentos, por motivo de saúde, da população do TRT da 5ª Região
<b>Quemmede</b>	Serviço de Saúde
<b>Quandomedir</b>	Semestral
<b>Ondemedir</b>	Registro dos atendimentos realizados por programa específico voltado à saúde ocupacional – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, após estabelecimento do nexo causal
<b>Porquêmedir</b>	Visa medir o percentual de afastamento por motivo de saúde decorrentes do trabalho.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas e de pessoal dos servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{22} = \frac{\sum_{m=1}^m \frac{\text{Quantidade de licenças médicas decorrentes do trabalho}}{(\text{Qde de magistrados} + \text{Qde de servidores}) * (\text{Qde de dias do mês de referência})}{m}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 30,00%; 2011 - 25,00%; 2012 - 20,00%; 2013 - 15,00%; 2014 - 10,00%

**INDICADOR 23:**

<b>INDICADOR: SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO COM A QUALIDADE DE VIDA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Percentual de satisfação do público interno com a qualidade de vida
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Pesquisa de Clima Organizacional
<b>Porquê medir</b>	Visa medir a satisfação do público interno com a qualidade de vida.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação da quantidade de pessoas internas satisfeitas com a qualidade de vida e total de entrevistados internos.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{23} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 50,00%; 2011 - 60,00%; 2012 - 70,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 80,00%

**INDICADOR 24:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Eficiência
<b>O quê mede</b>	Capacitação nas competências estratégicas
<b>Quem mede</b>	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Banco de dados da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
<b>Por quê medir</b>	Visa medir o grau de capacitação nas competências estratégicas.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Quantidade de servidores ativos treinados com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de servidores ativos no final do exercício.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{24} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de servidores ativos treinados}}{\text{Total de servidores ativos no final do exercício}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 25:**

<b>INDICADOR: UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE SEGURANÇA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Quantidade de sedes alinhadas com o padrão de segurança do TRT da 5ª Região
<b>Quem mede</b>	Secretaria Administrativa
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de dados da Secretaria Administrativa
<b>Porquê medir</b>	Visa identificar a quantidade de sedes alinhadas com o padrão de segurança do TRT da 5ª Região.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Pontos físicos e eletrônicos considerados dentro do padrão/ total de pontos físicos e eletrônicos. <i>Padrão de segurança física: modelo instituído pela administração do TRT.</i>
<b>Fórmula</b>	$Ind_{25} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos dentro do padrão}}{\text{Total de pontos físicos e eletrônicos do TRT}}$
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 26:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM AS INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Grau de satisfação dos servidores/magistrados com relação a infraestrutura física do TRT da 5ª Região
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Pesquisa de Clima Organizacional
<b>Porquê medir</b>	Visa medir o grau de satisfação dos servidores e magistrados com a infraestrutura física da unidade.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação entre avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas conforme padrão de instalações / total de avaliações nestes itens da pesquisa
<b>Fórmula</b>	$Ind_{26} = \frac{\text{Quantidade de avaliações positivas}}{\text{Total de avaliações}}$
<b>Situação atual</b>	74,36%
<b>META</b>	2010 - 76,00%; 2011 - 78,00%; 2012 - 80,00%; 2013 - 83,00%; 2014 - 85,00%

**INDICADOR 27:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A SEGURANÇA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Grau de satisfação dos servidores/magistrados com relação à segurança do TRT da 5ª Região
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Pesquisa de Clima Organizacional
<b>Porquê medir</b>	Visa medir o grau de satisfação dos servidores e magistrados com a a segurança da unidade.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Relação da quantidade de pessoas satisfeitas com o item segurança e total de entrevistados.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{27} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 45,00%; 2011 - 55,00%; 2012 - 65,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 85,00%



**INDICADOR 28:**

<b>INDICADOR: UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE INFRAESTRUTURA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quêmede</b>	Quantidade de sedes alinhadas com o padrão de infraestrutura do TRT da 5ª Região
<b>Quemmede</b>	Secretaria Administrativa
<b>Quandomedir</b>	Anual
<b>Ondemedir</b>	Base de dados da Secretaria Administrativa
<b>Porquêmedir</b>	Visa identificar a quantidade de sedes alinhadas com o padrão de infraestrutura do TRT da 5ª Região.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Pontos físicos e eletrônicos considerados dentro do padrão/ total de pontos físicos e eletrônicos. <i>Padrão de infraestrutura física: modelo instituído pela administração do TRT.</i>
<b>Fórmula</b>	$Ind_{28} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos dentro do padrão}}{\text{Total de pontos físicos e eletrônicos do TRT}}$
<b>Situaçãoatual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 29:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Percentual de equipamentos essenciais (micros, servidores, impressoras, notebooks) atualizados por ano, conforme padrão adotado
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Informática
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Sistema de Controle Patrimonial
<b>Por quê medir</b>	Visa medir o grau de atualização do parque de informática conforme padrão adotado
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado a partir da relação entre a quantidade de equipamentos atualizados (conforme padrão instituído pela administração do Tribunal) e o total de equipamentos do TRT da 5ª Região.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{29} = \frac{\text{Quantidade de equipamentos atualizados}}{\text{Total de equipamentos do TRT}}$
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 25,00%; 2011 - 50,00%; 2012 - 75,00%; 2013 - 100,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 30:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE ADERÊNCIA ÀS METAS DO PETI</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Mede a aderência às metas do PETI
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Informática
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de Dados da Secretaria de Informática
<b>Porquê medir</b>	Visa medir o grau de aderência às metas do PETI
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado a partir da relação entre a quantidade de Metas do PETI Nacional alcançadas e a quantidade total de Metas do PETI Nacional
<b>Fórmula</b>	$Ind_{30} = \frac{\text{Quantidade de Metas do PETI Nacional alcançadas}}{\text{Total de Metas do PETI Nacional}}$
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

**INDICADOR 31:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Informática
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de Dados da Secretaria de Informática
<b>Porquê medir</b>	Visa identificar o grau de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o tempo de indisponibilidade de equipamentos e o tempo total do período de referência
<b>Fórmula</b>	$Ind_{32} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Tempo de indisponibilidade de equipamentos}}{\sum_1^m \text{Tempo total do período}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 95,00%; 2011 - 96,00%; 2012 - 97,00%; 2013 - 98,00%; 2014 - 99,00%

**INDICADOR 32:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Índice de disponibilidade de sistemas on-line
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Informática
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de Dados da Secretaria de Informática
<b>Porquê medir</b>	Visa identificar o grau de disponibilidade de sistemas on-line
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o tempo de indisponibilidade de sistemas e o tempo total do período de referência
<b>Fórmula</b>	$Ind_{32} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Tempo de indisponibilidade de sistemas}}{\sum_1^m \text{Tempo total do período}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde <b>m</b> é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	-
<b>META</b>	2010 - 95,00%; 2011 - 96,00%; 2012 - 97,00%; 2013 - 98,00%; 2014 - 99,00%

**INDICADOR 33:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE ECONOMIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Mede a economia obtida nos custos operacionais, resultante da implementação das ações estratégicas
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças
<b>Quando medir</b>	Trimestral
<b>Onde medir</b>	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira..
<b>Por quê medir</b>	Visa medir a economia obtida decorrente das implementações estratégicas sobre o custo operacional
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	<p>Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o valor total das despesas de manutenção per capita (força de trabalho total e área útil de edificações) do período de referência com as despesas de manutenção per capita do mesmo período analisado no exercício de 2009.</p> <p>Per capita: Total do gasto com manutenção dividido pela FTT - Força Total de Trabalho (soma de todos os magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) e área útil na data de referência.</p> <p>As despesas de manutenção serão apuradas pelo regime de caixa.</p>
<b>Fórmula</b>	$Ind_{33} = 1 - \frac{\frac{\sum_1^m \text{Gasto de manutenção do período de referência}}{FTT \text{ na data de referência} \times \text{Total da área útil na data de referência}}}{\frac{\sum_1^m \text{Gasto de manutenção do período de referência base (2009)}}{FTT \text{ na data de 31/12/2009} \times \text{Total da área útil na data de 31/12/2009}}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	0%
<b>META</b>	2010 - 4,00%; 2011 - 8,00%; 2012 - 11,00%; 2013 - 13,00%; 2014 - 15,00%

**INDICADOR 34:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE ORÇAMENTO ESTRATÉGICO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Mede o percentual do orçamento voltado para as iniciativas estratégicas.
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças
<b>Quando medir</b>	Anual
<b>Onde medir</b>	Base de dados Secretaria de Orçamento e Finanças
<b>Porquê medir</b>	Visa medir o grau de orçamento aprovado para iniciativas estratégicas
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	% entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o limite disponibilizado na proposta orçamentária para outras atividades (ACT – apreciação de causas trabalhistas; CRH – capacitação de recursos humanos; MVI – manutenção de varas itinerantes e AJPC – assistência jurídica a pessoas carentes).
<b>Fórmula</b>	$Ind_{34} = \frac{\text{Valor disponibilizado para iniciativas estratégicas}}{\text{Limite disponibilizado na proposta orçamentária para outras atividades}}$
<b>Situação atual</b>	N/A
<b>META</b>	2010 - 20,00%; 2011 - 21,00%; 2012 - 22,00%; 2013 - 23,00%; 2014 - 24,00%

**INDICADOR 35:**

<b>INDICADOR: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO</b>	
<b>Tipo de Indicador</b>	Efetividade
<b>O quê mede</b>	Mede o percentual do orçamento executado voltado para as iniciativas estratégicas.
<b>Quem mede</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças
<b>Quando medir</b>	Trimestral
<b>Onde medir</b>	Base de dados da Secretaria de Orçamento e Finanças
<b>Por quê medir</b>	Visa medir o grau do orçamento executado referente às iniciativas estratégicas.
<b>Esclarecimento do Indicador</b>	% entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal no período de referência.
<b>Fórmula</b>	$Ind_{35} = \frac{\sum_1^m \text{Valor executado nas iniciativas estratégicas}}{\sum_1^m \text{Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
<b>Situação atual</b>	N/A
<b>META</b>	2010 - 100,00%; 2011 - 100,00%; 2012 - 100,00%; 2013 - 100,00%; 2014 - 100,00%



ORDEM	PROJETOS	SOMATÓRIO	ADEQUAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA E A PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO VISANDO A Celeridade	A PRIMORAR O ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO	PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES	PROMOVER A CIDADANIA E A RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL	PROMOVER O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO À INTEGRAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DE TODAS AS UNIDADES.	FOMENTAR O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM OS TRIBUNAIS E ENTRE SUAS UNIDADES.	APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO INTERNO E EXTERNO	FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL	DESENVOLVER POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE, COM FOCO NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS	BUSCAR A MELHORIA CONTÍNUA DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS	DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DO CORPO FUNCIONAL, COM FOCO NA ESTRATÉGIA	GABARITAR A INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA ADEQUADAS AO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS	GABARITAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E O MATERIAL NECESSÁRIOS EM TIC	GABARITAR A DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS E A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE TIC	BUSCAR EXCELENÇA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA ASSEGURANDO EXECUÇÃO ESTRATÉGICA
1	Atualizar a infraestrutura de informática	109	6	6	9	8	4	6	5	8	9	5	4	7	9	9	9	5
2	Redesenhar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa.	103	9	9	6	8	4	9	6	7	7	7	6	7	4	4	4	6
2.1	Normatizar os processos de trabalho redesenhados	89	6	9	5	8	3	8	5	6	6	6	5	6	3	3	5	5
2.2	Disponibilizar informações processuais na internet	85	3	4	9	9	6	7	5	8	9	3	3	3	3	3	5	5
2.3	Formar grupo funcional de calculistas	77	6	5	3	9	3	7	6	5	7	3	4	6	3	3	3	4
3	Adequar a infraestrutura de segurança e física	101	6	4	6	6	5	5	3	5	8	9	7	6	8	9	9	5
4	Implantar projeto para acompanhamento da construção da nova sede do TRTS no CAB	101	8	4	9	7	6	5	3	4	7	6	6	5	9	8	7	7
5	Implementar a Universidade Corporativa	99	5	5	4	6	8	9	8	8	8	7	7	9	4	4	4	3
5.1	Desenvolver programa de capacitação de pessoas	87	4	7	3	9	3	8	5	6	7	5	6	9	3	4	4	4
5.2	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com as competências estratégicas	87	6	6	5	8	4	8	5	4	6	4	8	9	3	4	3	4
5.3	Desenvolver o planejamento da força de trabalho em termo quantitativos	81	7	7	5	8	5	5	3	3	5	8	6	5	3	3	5	3
6	Desenvolver o planejamento orçamentário baseado nas orientações do Plano Estratégico	95	5	5	6	7	5	5	3	8	7	6	4	7	6	7	5	9
7	Implantar os projetos definidos pelo CNJ e CSJT	95	6	6	7	7	4	8	9	6	5	3	3	7	6	6	6	6
7.1	Implantar a Certificação Digital	95	6	6	8	9	5	6	4	6	7	4	4	5	4	7	8	6
8	Melhoria do atendimento ao cliente cidadão	93	6	6	9	8	6	5	4	9	9	3	3	5	5	5	5	5
9	Desenvolver programa de comunicação para os públicos interno e externo	87	3	4	5	4	5	8	8	9	9	6	8	5	3	3	3	4
10	Incentivar o uso da intranet	84	3	4	3	4	4	8	6	7	4	6	7	8	4	6	4	6
11	Desenvolver projeto para racionalização de recursos	83	4	7	4	6	4	5	3	3	7	4	3	6	6	6	6	9
12	Desenvolver Projeto de modernização do arquivo	78	5	8	5	5	5	4	5	4	7	7	6	3	3	3	4	4
12.1	Desenvolver Projeto Arquivo Digital	78	5	8	5	5	5	4	5	4	7	7	6	3	3	3	4	4
13	Desenvolver programas de qualidade de vida para magistrados e servidores	76	3	3	3	5	4	4	5	5	7	9	9	5	4	3	3	4
13.1	Desenvolver programa de prevenção de doenças	74	5	5	3	5	3	4	4	4	6	9	9	4	4	3	3	3
14	Desenvolver Projeto para efetividade do processo trabalhista	69	5	5	3	9	3	4	3	5	9	3	3	4	3	3	3	4

# METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO DE 2014

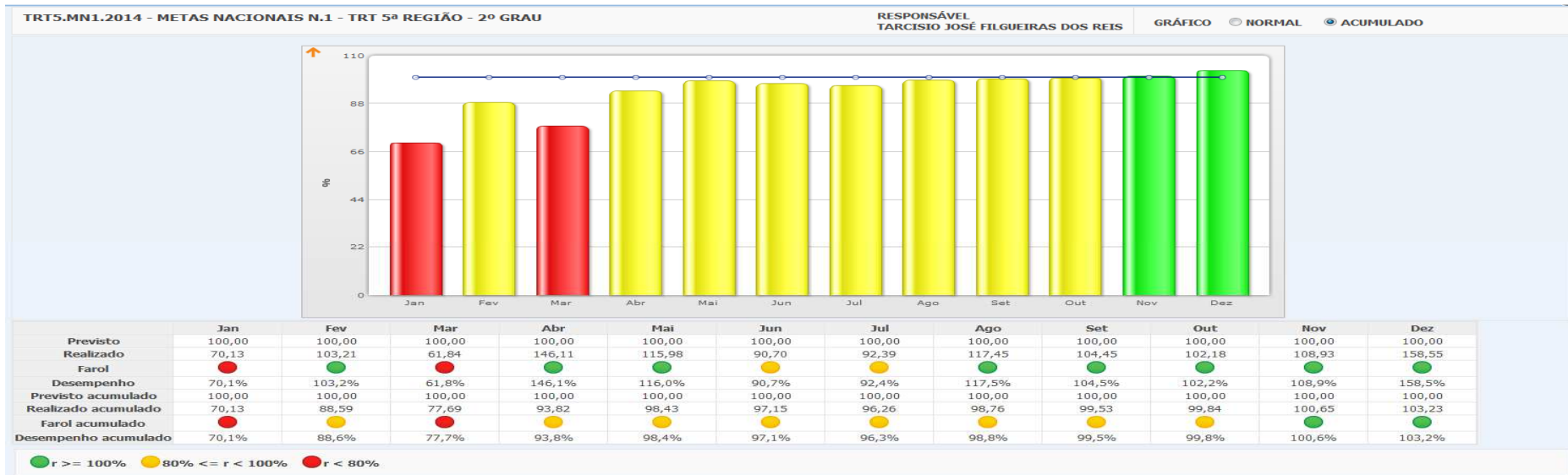
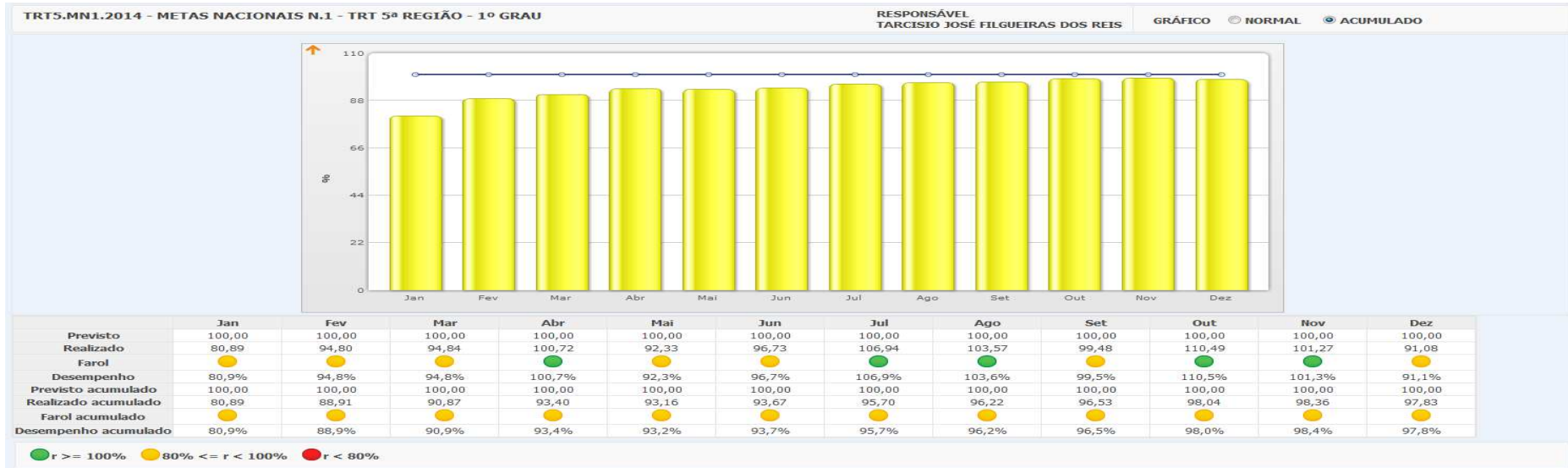
META	DESCRIÇÃO DA META	GRAU DE CUMPRIMENTO ATUAL
<a href="#">META 1</a>	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.	99,23%
<a href="#">META 2</a>	Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, na Justiça do Trabalho.	119,95%
<a href="#">META 3</a>	Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.	100,00%
<a href="#">META 5</a>	Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.	100,00%
<a href="#">META 6</a>	Julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e até 31/12/2012, no 2º Grau.	97,71%

---

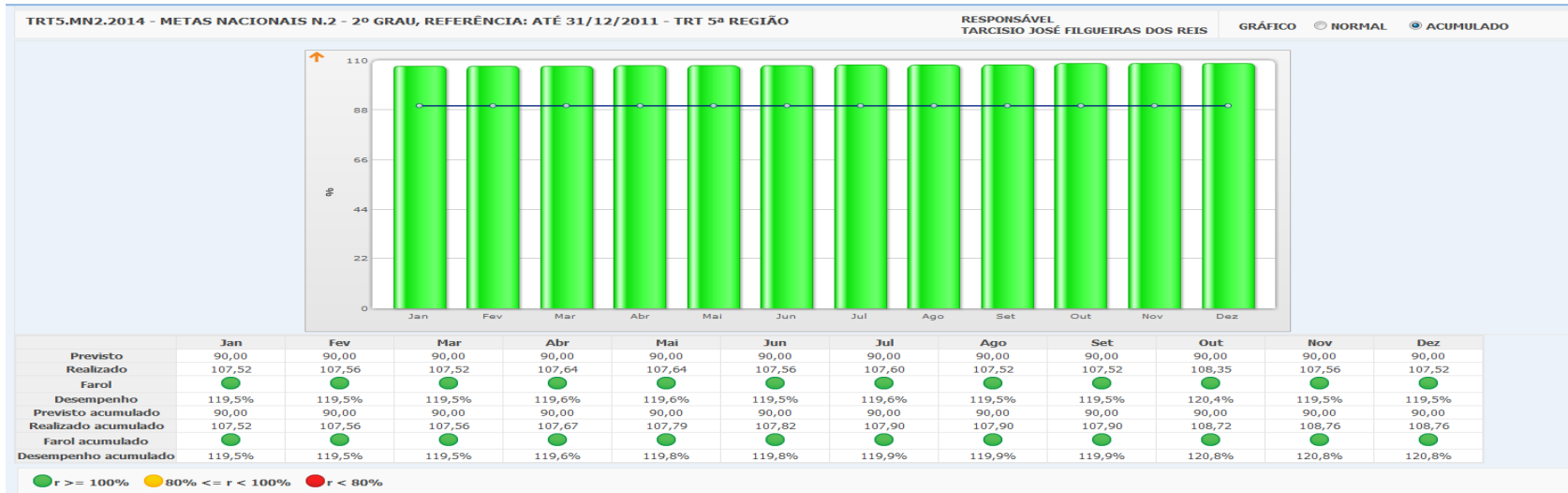
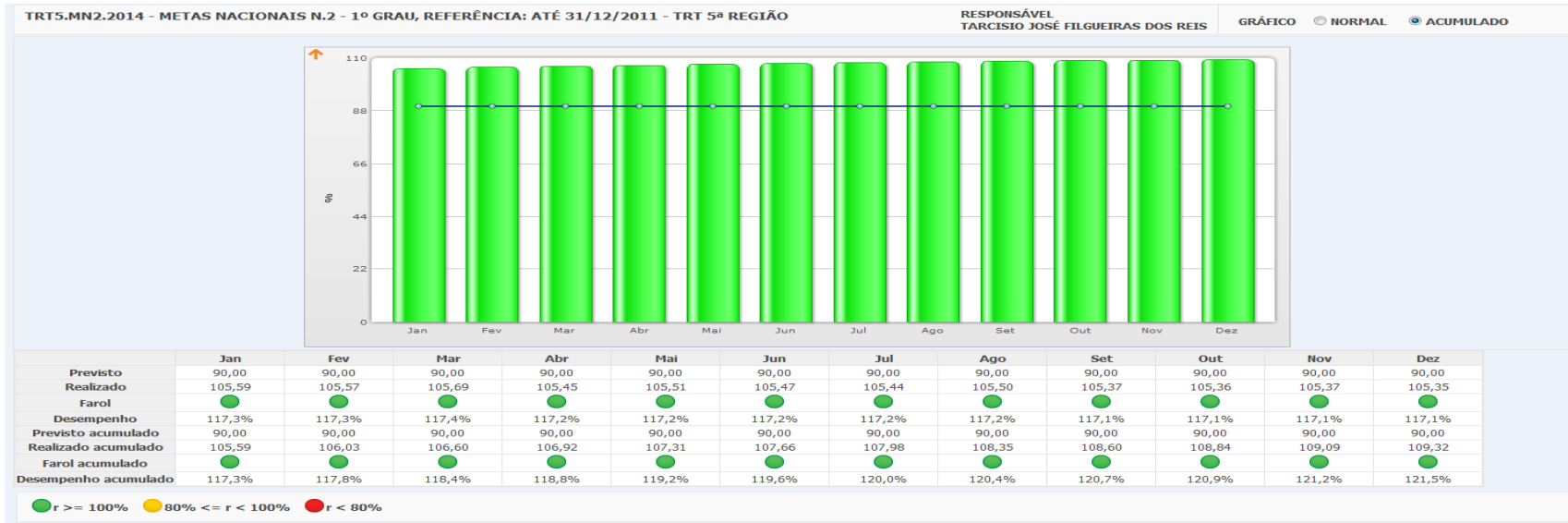
**GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS METAS  
2014**

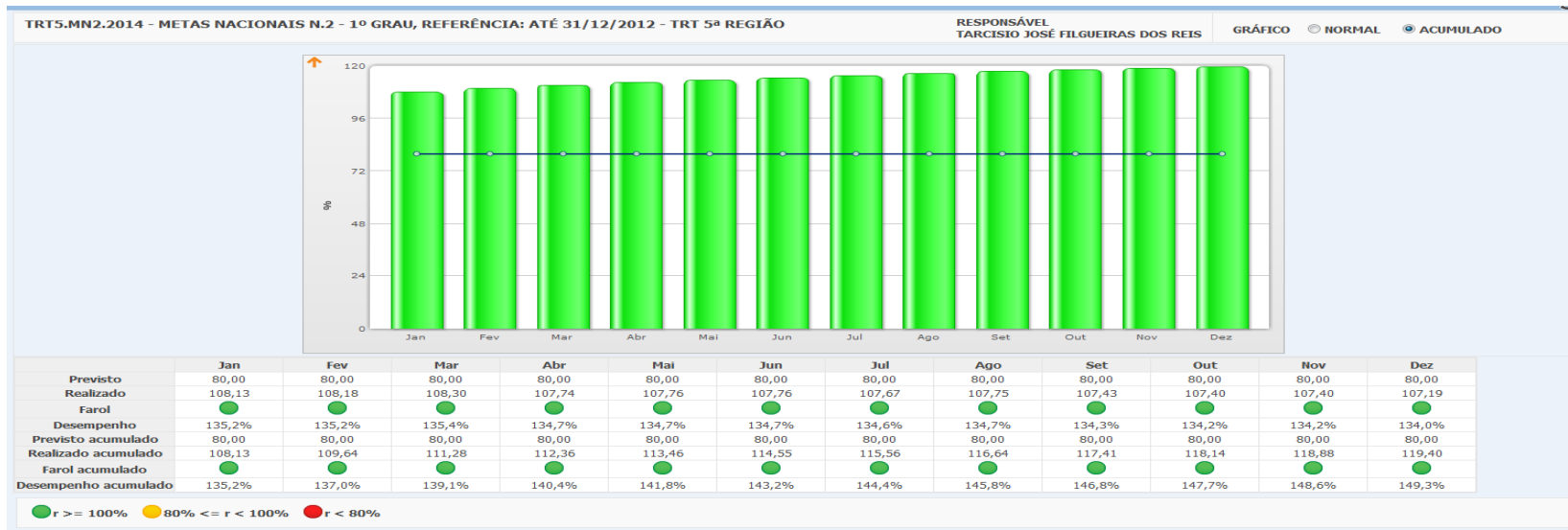
---

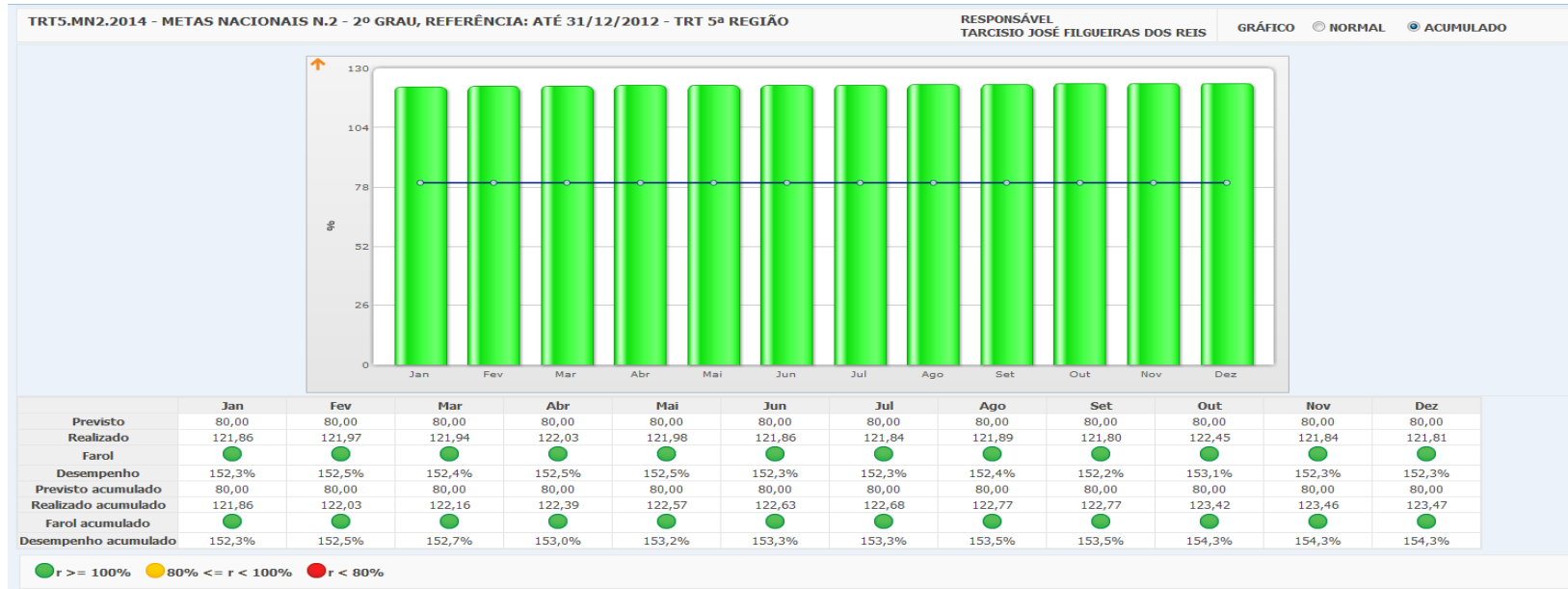
### META01-Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014



**META02- Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012**





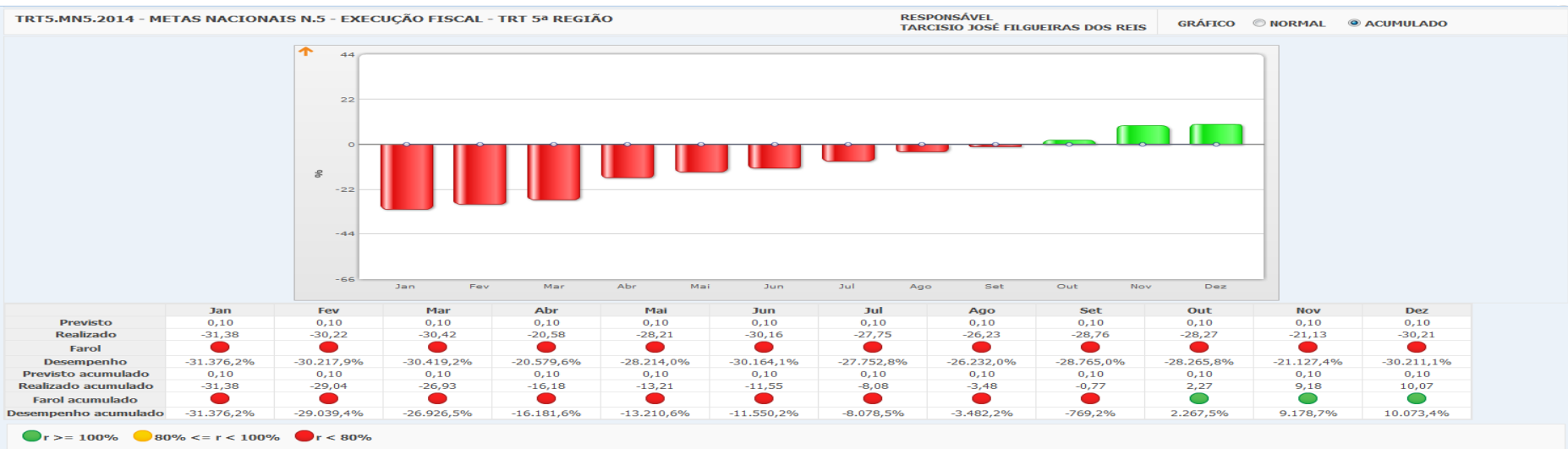


**META03 - Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.**

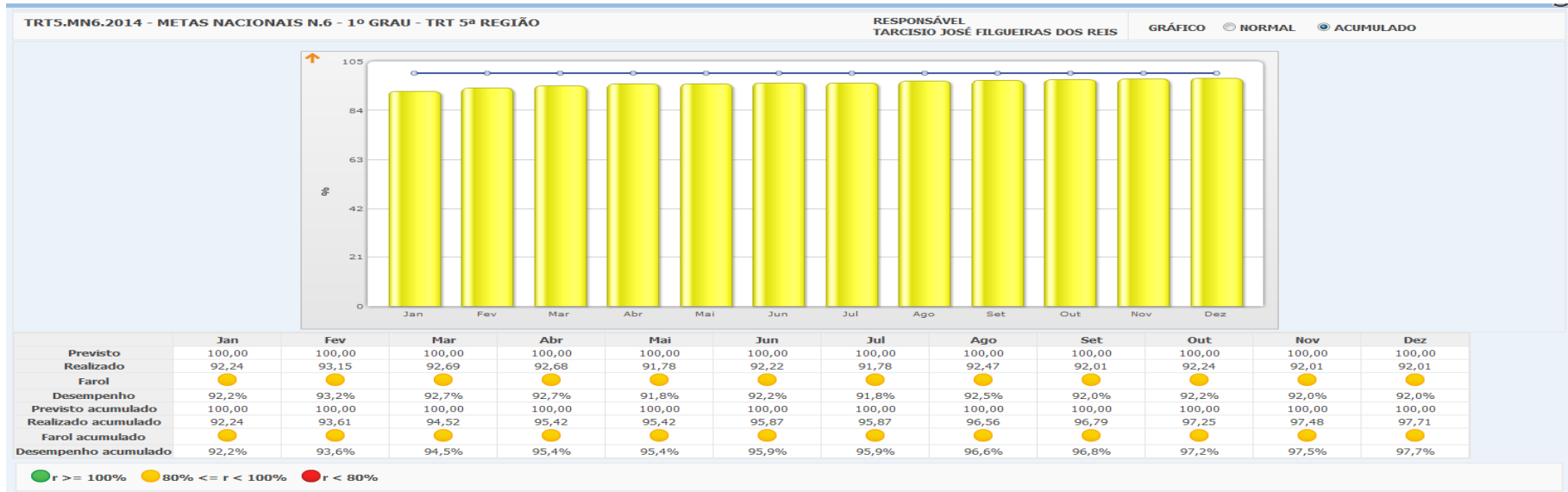




**META 05 -Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.**



**META 06 -Julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e até 31/12/2012, no 2º Grau**





---

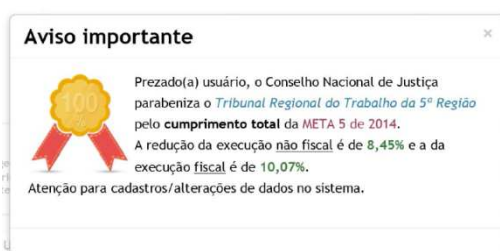
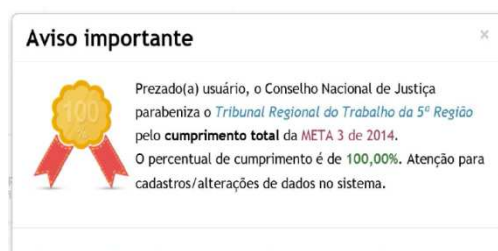
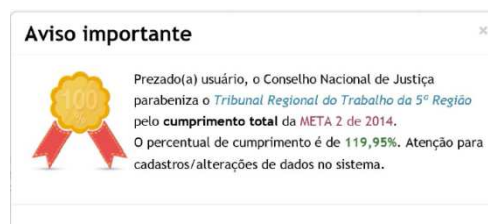
## MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2014

---

Meta 2 - Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, na Justiça do Trabalho.

Meta 3 - Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Meta 5 - Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.



---

**GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS  
INDICADORES 2014**

---

*INDICADORES 01 A 06 DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FORAM SUPRIMIDOS EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE OBTENÇÃO DOS VALORES DE FORMA OBJETIVA E PRECISA NA RAE OCORRIDA EM 01/12/2010.*

TRT5-IN-07-TAXA DE CONGESTIONAMENTO 1ª INSTÂNCIA - FASE DE COGNIÇÃO

RESPONSÁVEL  
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	48,00	46,50	45,00	43,50	42,00	40,50	39,00	37,50	36,00	34,50	32,00	30,00
Realizado	47,36	39,38	38,49	36,69	36,22	35,68	33,88	34,57	34,39	34,02	33,79	34,48
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	101,3%	115,3%	114,5%	115,7%	113,8%	111,9%	113,1%	107,8%	104,5%	101,4%	94,4%	85,1%
Previsto acumulado	48,00	46,50	45,00	43,50	42,00	40,50	39,00	37,50	36,00	34,50	32,00	30,00
Realizado acumulado	47,36	39,38	38,49	36,69	36,22	35,68	33,88	34,57	34,39	34,02	33,79	34,48
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	101,3%	115,3%	114,5%	115,7%	113,8%	111,9%	113,1%	107,8%	104,5%	101,4%	94,4%	85,1%

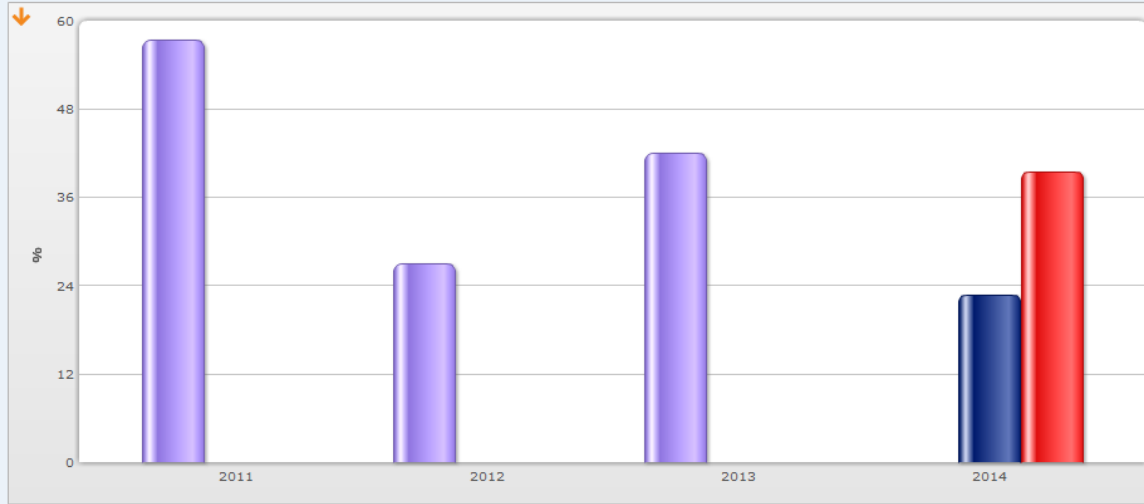
Resultados  
2011 2012 2013  
66,17 56,96 70,99

● r <= 100%   ● 100% < r <= 105%   ● r > 105%

TRT5-IN-08-TAXA DE CONGESTIONAMENTO 2ª INSTÂNCIA - FASE DE COGNIÇÃO

RESPONSÁVEL  
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	22,84
Realizado	39,55
Farol	●
Desempenho	26,8%
Previsto acumulado	22,84
Realizado acumulado	39,55
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	26,8%

Resultados	2011	2012	2013
	57,36	26,97	41,97

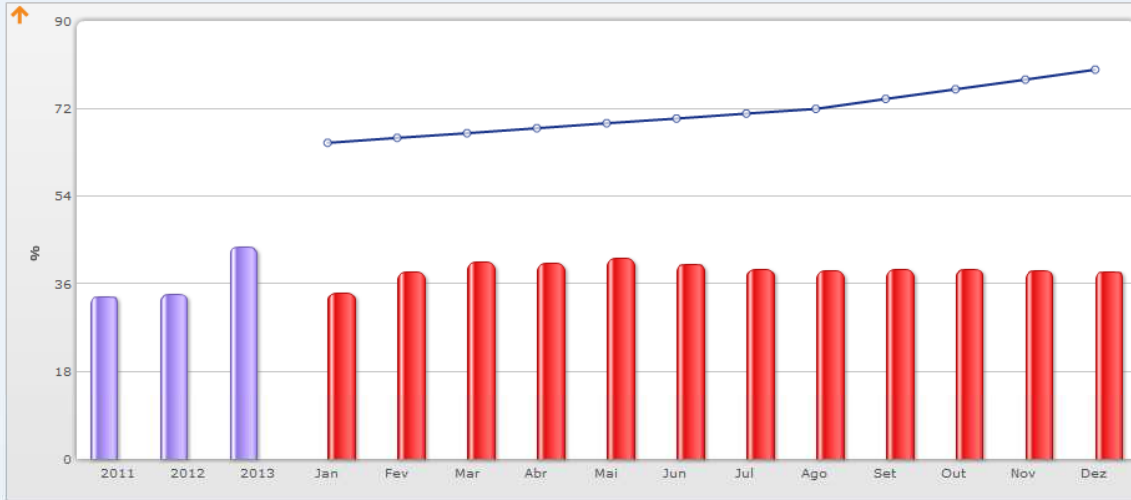
● r <= 100% ● 100% < r <= 105% ● r > 105%



TRT5-IN-09-ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 1ª INSTÂNCIA

RESPONSÁVEL  
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	65,00	66,00	67,00	68,00	69,00	70,00	71,00	72,00	74,00	76,00	78,00	80,00
Realizado	34,21	38,46	40,51	40,31	41,32	40,14	39,08	38,66	39,01	39,09	38,73	38,64
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	52,6%	58,3%	60,5%	59,3%	59,9%	57,3%	55,0%	53,7%	52,7%	51,4%	49,7%	48,3%
Previsto acumulado	65,00	66,00	67,00	68,00	69,00	70,00	71,00	72,00	74,00	76,00	78,00	80,00
Realizado acumulado	34,21	38,46	40,51	40,31	41,32	40,14	39,08	38,66	39,01	39,09	38,73	38,64
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	52,6%	58,3%	60,5%	59,3%	59,9%	57,3%	55,0%	53,7%	52,7%	51,4%	49,7%	48,3%

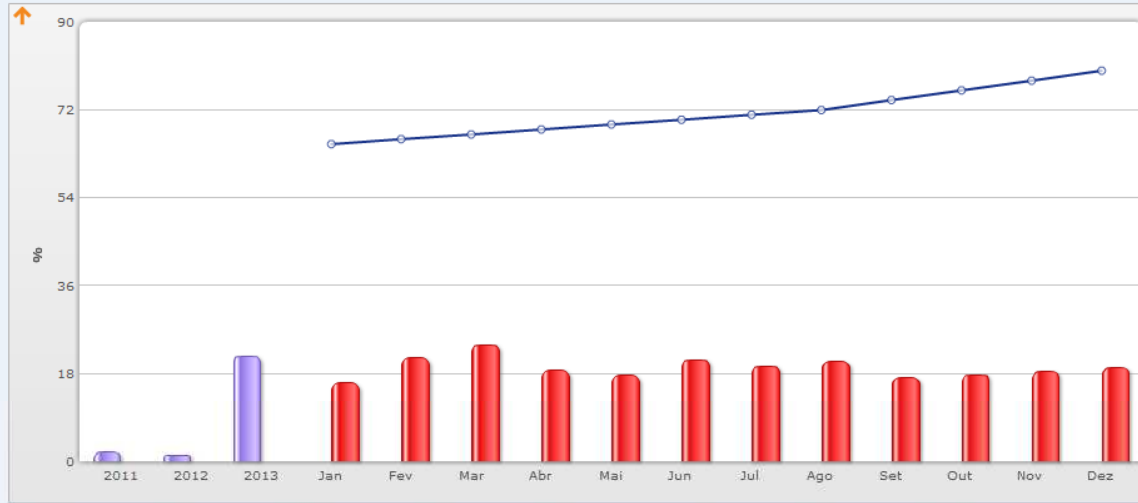
Resultados  
2011 2012 2013  
33,50 33,93 43,67

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-10-ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 2ª INSTÂNCIA

RESPONSÁVEL  
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	65,00	66,00	67,00	68,00	69,00	70,00	71,00	72,00	74,00	76,00	78,00	80,00
Realizado	16,26	21,38	24,03	18,79	17,70	21,00	19,70	20,66	17,32	17,93	18,46	19,38
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	25,0%	32,4%	35,9%	27,6%	25,7%	30,0%	27,7%	28,7%	23,4%	23,6%	23,7%	24,2%
Previsto acumulado	65,00	66,00	67,00	68,00	69,00	70,00	71,00	72,00	74,00	76,00	78,00	80,00
Realizado acumulado	16,26	21,38	24,03	18,79	17,70	21,00	19,70	20,66	17,32	17,93	18,46	19,38
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	25,0%	32,4%	35,9%	27,6%	25,7%	30,0%	27,7%	28,7%	23,4%	23,6%	23,7%	24,2%

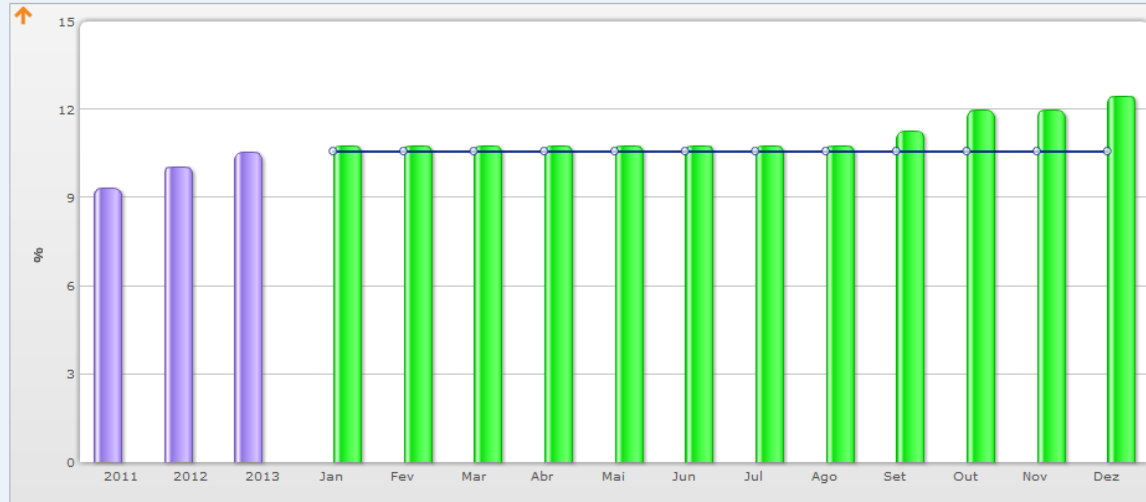
Resultados  
2011 2012 2013  
1,83 1,08 21,72

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-11-ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA

RESPONSÁVEL  
MÁRCIO FERNANDO RIBEIRO DA SILVA

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60
Realizado	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	11,27	11,99	11,99	12,47
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	106,3%	113,1%	113,1%	117,6%
Previsto acumulado	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60	10,60
Realizado acumulado	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	10,79	11,27	11,99	11,99	12,47
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	101,8%	106,3%	113,1%	113,1%	117,6%

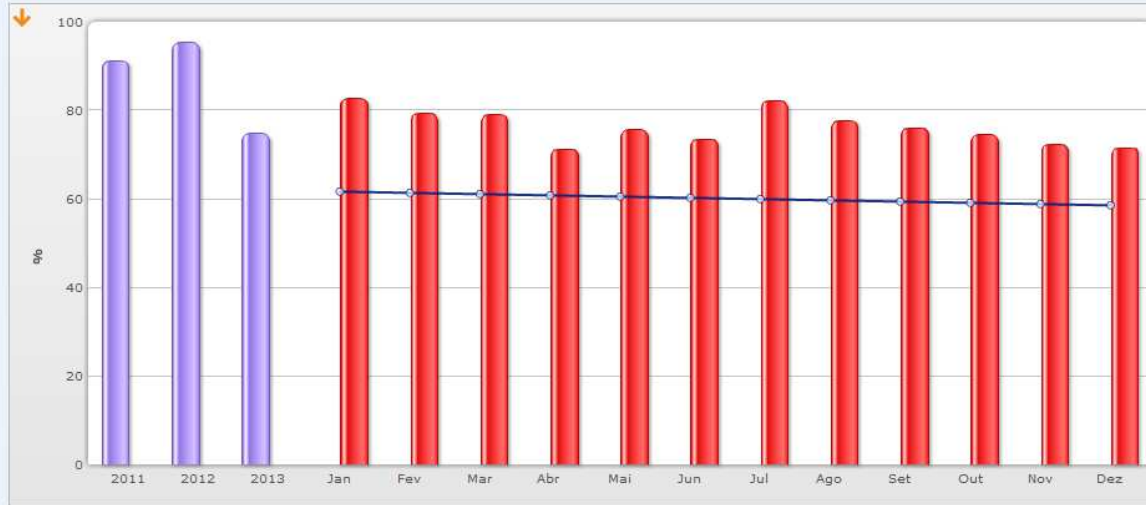
Resultados  
2011 2012 2013  
9,35 10,07 10,55

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-12-TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA - FASE DE EXECUÇÃO

RESPONSÁVEL  
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	61,70	61,42	61,14	60,87	60,59	60,31	60,03	59,75	59,47	59,20	58,92	58,64
Realizado	82,80	79,39	79,04	71,39	75,64	73,57	82,20	77,66	76,15	74,59	72,40	71,66
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	65,8%	70,7%	70,7%	82,7%	75,2%	78,0%	63,1%	70,0%	72,0%	74,0%	77,1%	77,8%
Previsto acumulado	61,70	61,42	61,14	60,87	60,59	60,31	60,03	59,75	59,47	59,20	58,92	58,64
Realizado acumulado	82,80	79,39	79,04	71,39	75,64	73,57	82,20	77,66	76,15	74,59	72,40	71,66
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	65,8%	70,7%	70,7%	82,7%	75,2%	78,0%	63,1%	70,0%	72,0%	74,0%	77,1%	77,8%

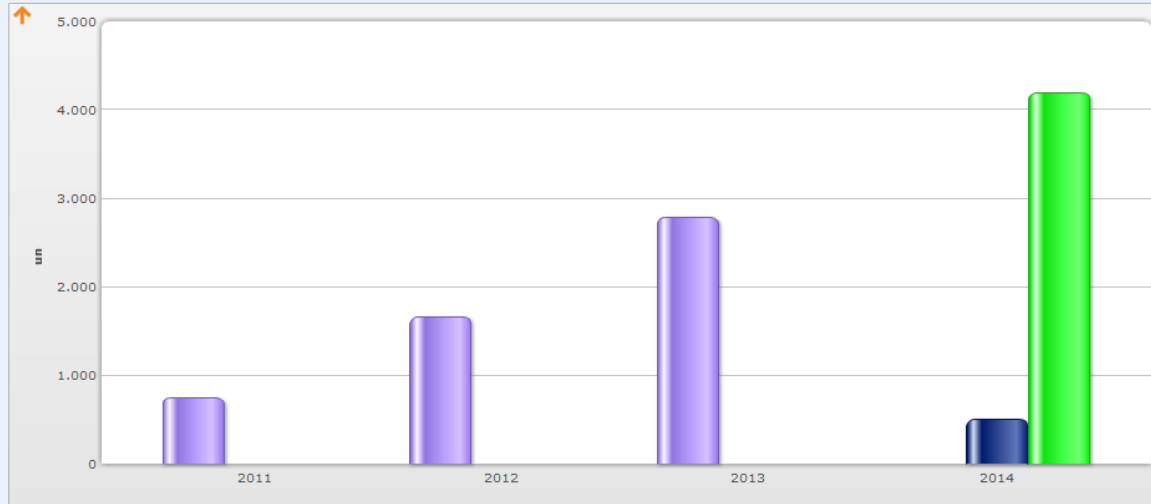
Resultados  
2011 2012 2013  
91,20 95,40 74,87

● r <= 100% ● 100% < r <= 105% ● r > 105%

TRT5-IN-13-NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

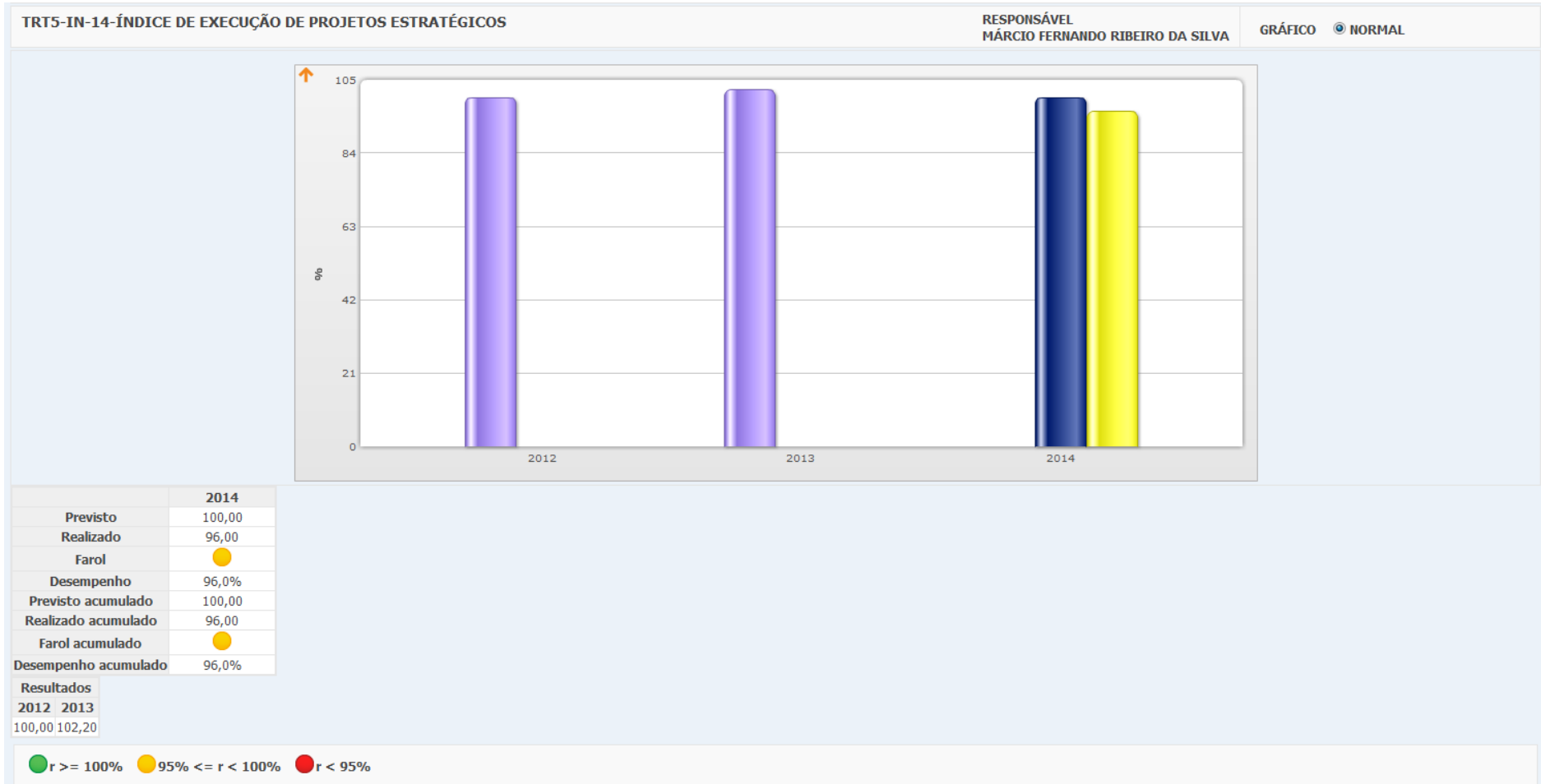
RESPONSÁVEL  
VÂNIA MARIA FAGUNDES RIBEIRO

GRÁFICO  NORMAL



	2014	
Previsto	500,00	
Realizado	4.195,00	
Farol	●	
Desempenho	839,0%	
Previsto acumulado	500,00	
Realizado acumulado	4.195,00	
Farol acumulado	●	
Desempenho acumulado	839,0%	
Resultados		
2011	2012	2013
748,00	1.665,00	2.793,00

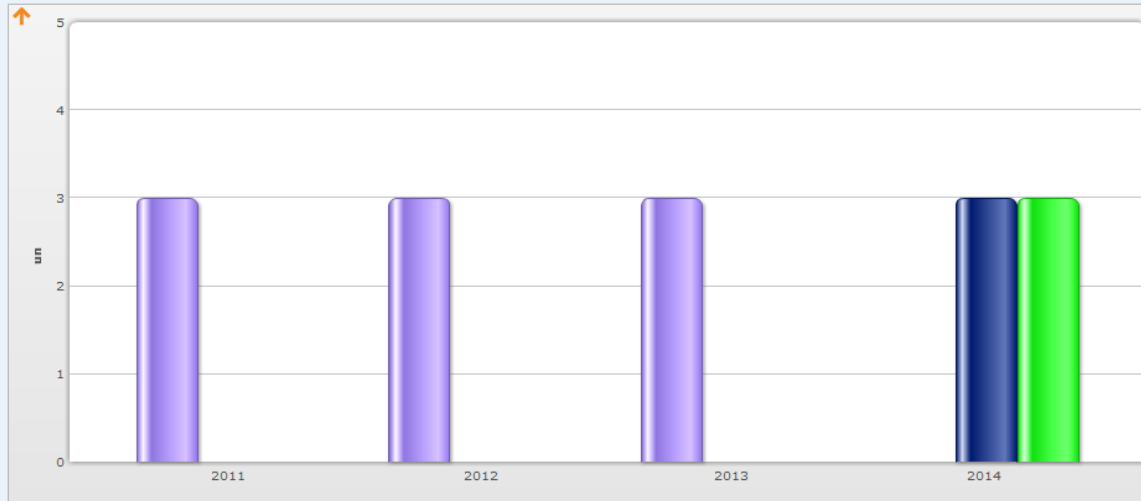
● r >= 100%   ● 95% <= r < 100%   ● r < 95%



TRT5-IN-15-ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA JUDICIÁRIA E REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS, REGISTRANDO NO TRT DA 5ª REGIÃO E ENCAMINHADAS PARA O CSJT

RESPONSÁVEL  
MÁRCIO FERNANDO RIBEIRO DA SILVA

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	3,00
Realizado	3,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	3,00
Realizado acumulado	3,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	100,0%

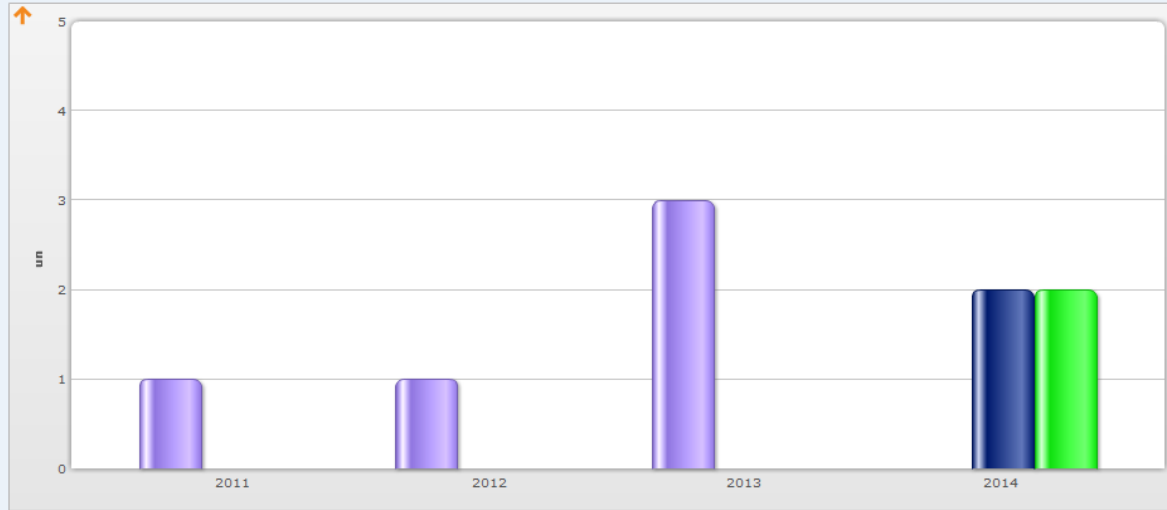
Resultados			
2011 2012 2013			
3,00	3,00	3,00	

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-16-ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA E REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS

RESPONSÁVEL  
MÁRCIO FERNANDO RIBEIRO DA SILVA

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	2,00
Realizado	2,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	2,00
Realizado acumulado	2,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	100,0%

Resultados			
2011	2012	2013	
1,00	1,00	3,00	

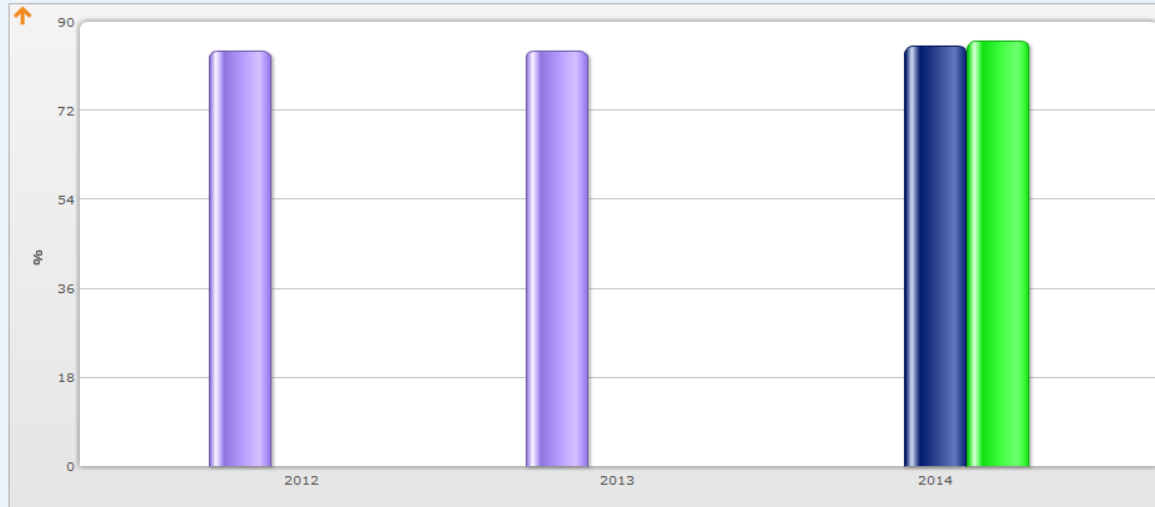
● r >= 100%   ● 95% <= r < 100%   ● r < 95%



TRT5-IN-17-ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL  
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	85,00
Realizado	86,06
Farol	●
Desempenho	101,2%
Previsto acumulado	85,00
Realizado acumulado	86,06
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	101,2%

Resultados

2012 2013  
84,16 84,16

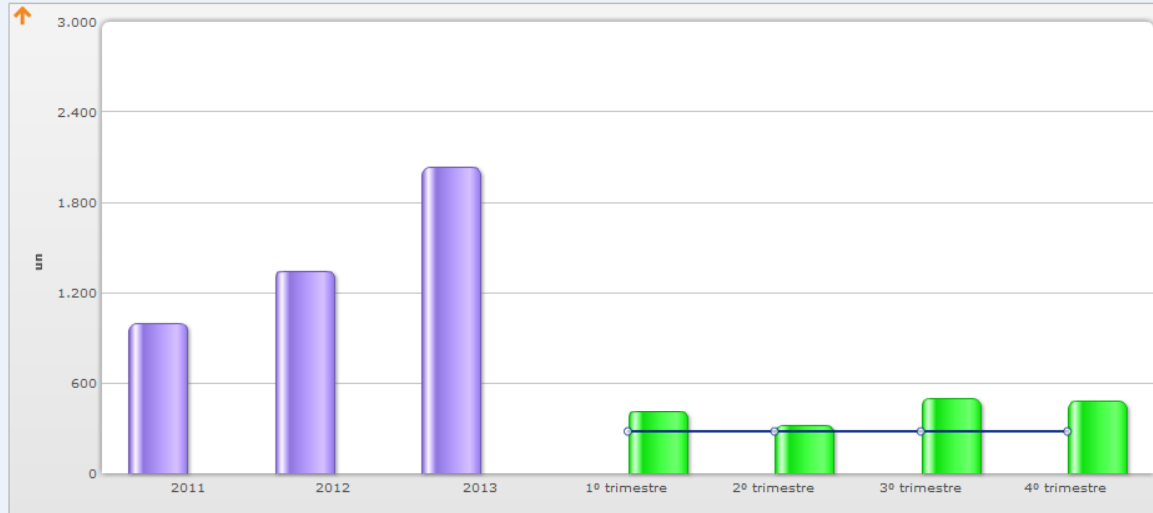
● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%



TRT5-IN-19-ÍNDICE DE INSERÇÕES NA MÍDIA

RESPONSÁVEL  
ANDREA RIBEIRO MEIRELES VELLOSO

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	277,00	277,00	277,00	277,00
Realizado	414,00	319,00	502,00	484,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	149,5%	115,2%	181,2%	174,7%
Previsto acumulado	277,00	554,00	831,00	1.108,00
Realizado acumulado	414,00	733,00	1.235,00	1.719,00
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	149,5%	132,3%	148,6%	155,1%

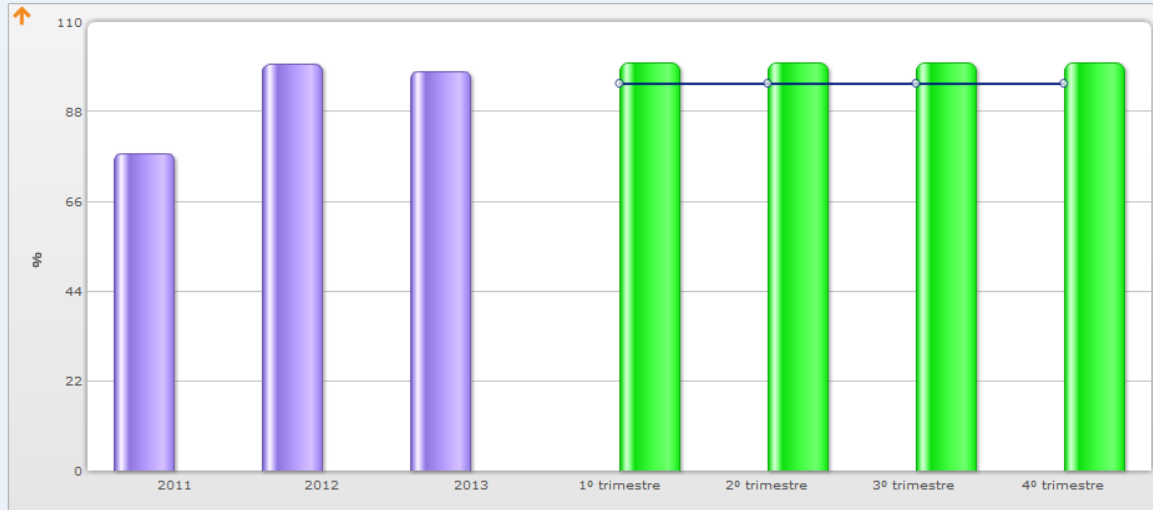
Resultados			
2011	2012	2013	
996,00	1.349,00	2.035,00	

● r >= 90%   ● 60% <= r < 90%   ● r < 60%

TRT5-IN-20-ÍNDICE DE MATÉRIAS POSITIVAS

RESPONSÁVEL  
ANDREA RIBEIRO MEIRELES VELLOSO

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	95,00	95,00	95,00	95,00
Realizado	100,00	100,00	100,00	100,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	105,3%	105,3%	105,3%	105,3%
Previsto acumulado	95,00	95,00	95,00	95,00
Realizado acumulado	100,00	100,00	100,00	100,00
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	105,3%	105,3%	105,3%	105,3%

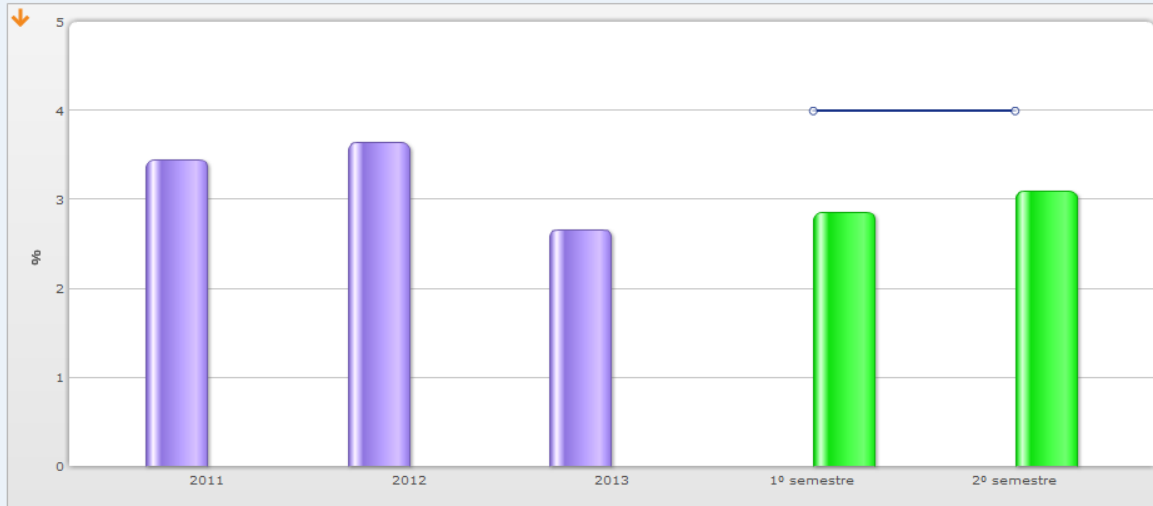
Resultados  
2011 2012 2013  
77,91 99,70 97,94

●  $r \geq 100\%$  ●  $90\% \leq r < 100\%$  ●  $r < 90\%$

TRT5-IN-21-ÍNDICE DE ABSENTÉISMO

RESPONSÁVEL  
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	1º semestre	2º semestre
Previsto	4,00	4,00
Realizado	2,86	3,10
Farol	●	●
Desempenho	128,5%	122,5%
Previsto acumulado	4,00	4,00
Realizado acumulado	2,86	3,10
Farol acumulado	●	●
Desempenho acumulado	128,5%	122,5%

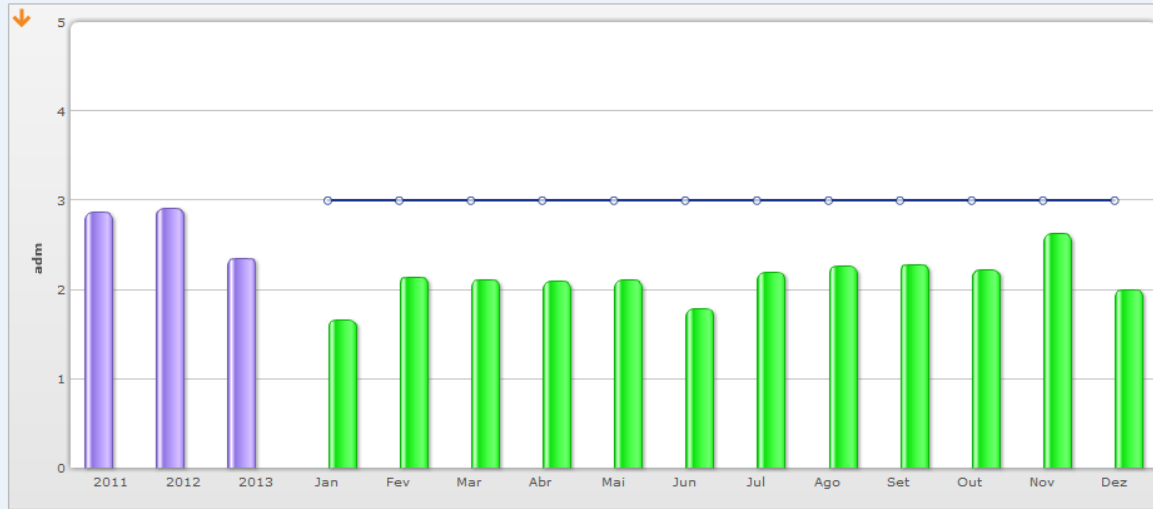
Resultados			
2011	2012	2013	
3,45	3,64	2,67	

● r <= 100%   ● 100% < r <= 105%   ● r > 105%

TRT5-IN-21.1-ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO POR MOTIVO DE SAÚDE

RESPONSÁVEL  
HILDÉRICO TRIGUEIROS CALDAS

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Realizado	1,67	2,15	2,12	2,10	2,11	1,79	2,20	2,27	2,29	2,23	2,63	2,01
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	144,3%	128,3%	129,3%	130,0%	129,7%	140,3%	126,7%	124,3%	123,7%	125,7%	112,3%	133,0%
Previsto acumulado	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Realizado acumulado	1,67	2,15	2,12	2,10	2,11	1,79	2,20	2,27	2,29	2,23	2,63	2,01
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	144,3%	128,3%	129,3%	130,0%	129,7%	140,3%	126,7%	124,3%	123,7%	125,7%	112,3%	133,0%

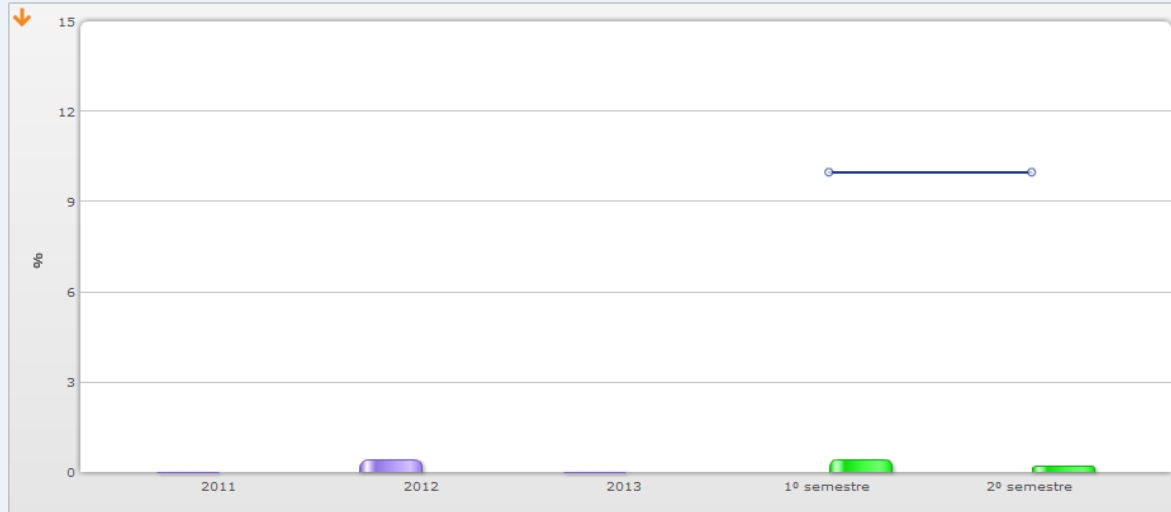
Resultados		
2011	2012	2013
2,87	2,92	2,36

● r <= 100%   ● 100% < r <= 105%   ● r > 105%

TRT5-IN-22-ÍNDICE DE CASOS DE AFASTAMENTOS POR MOTIVO DE SAÚDE OCACIONADOS PELO TRABALHO

RESPONSÁVEL  
HILDÉRICO TRIGUEIROS CALDAS

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	1º semestre	2º semestre
Previsto	10,00	10,00
Realizado	0,42	0,19
Farol	●	●
Desempenho	195,8%	198,1%
Previsto acumulado	10,00	10,00
Realizado acumulado	0,42	0,19
Farol acumulado	●	●
Desempenho acumulado	195,8%	198,1%

Resultados

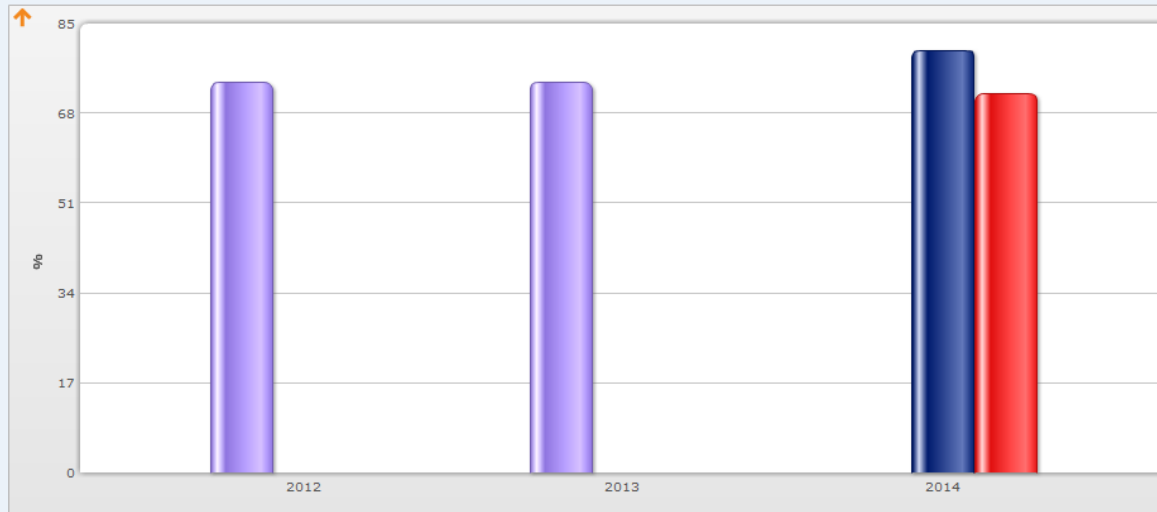
2011	2012	2013
0,00	0,40	0,00

●  $r \leq 100\%$  ●  $100\% < r \leq 105\%$  ●  $r > 105\%$

TRT5-IN-23-SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO COM A QUALIDADE DE VIDA

RESPONSÁVEL  
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO  NORMAL



2014	
Previsto	80,00
Realizado	71,69
Farol	●
Desempenho	89,6%
Previsto acumulado	80,00
Realizado acumulado	71,69
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	89,6%

Resultados  
2012 2013  
73,92 73,92

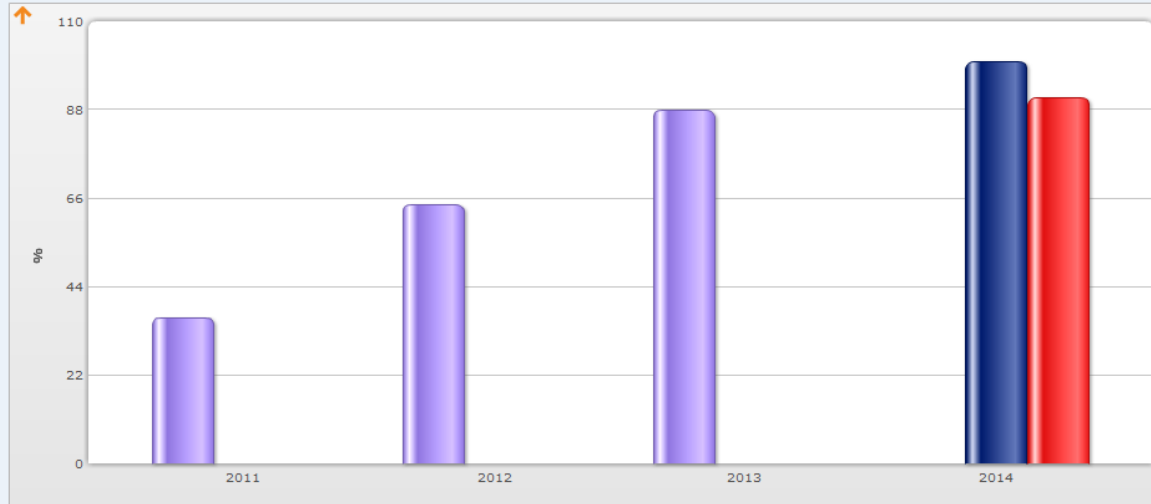
●  $r \geq 100\%$  ●  $95\% \leq r < 100\%$  ●  $r < 95\%$



TRT5-IN-24-ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS

RESPONSÁVEL  
MARIA DAS GRAÇAS LIMA BRANDÃO

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	100,00
Realizado	91,04
Farol	●
Desempenho	91,0%
Previsto acumulado	100,00
Realizado acumulado	91,04
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	91,0%

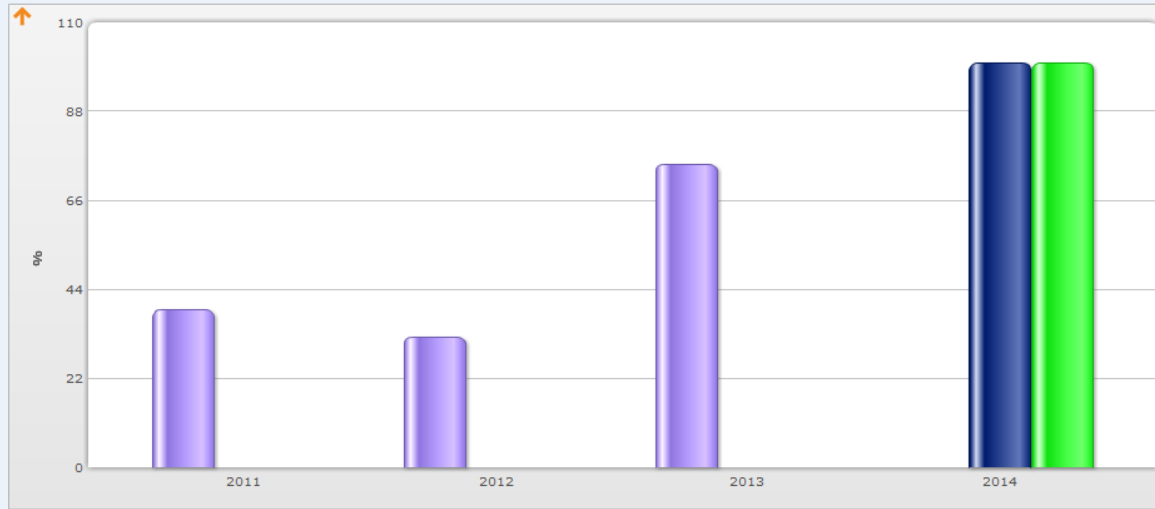
Resultados			
2011	2012	2013	
36,47	64,53	87,87	

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-25-UNIDADES ALINHADAS COM PADRÃO DE SEGURANÇA

RESPONSÁVEL  
VALDSON LUIS MENEZES DE OLIVEIRA

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	100,00
Realizado	100,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	100,00
Realizado acumulado	100,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	100,0%

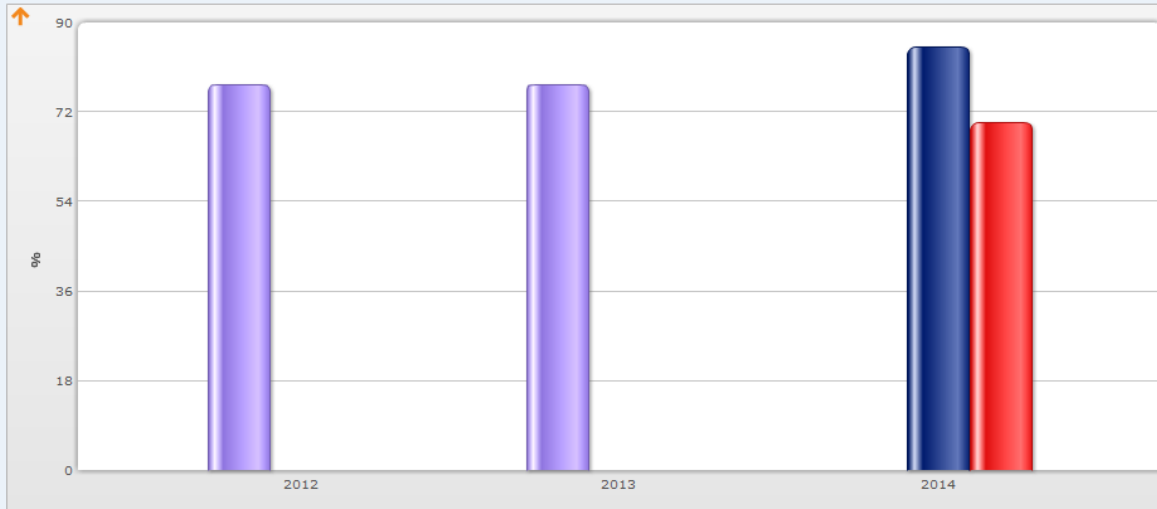
Resultados			
2011	2012	2013	
39,00	32,35	75,00	

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-26-ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM AS INSTALAÇÕES FÍSICAS

RESPONSÁVEL  
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	85,00
Realizado	69,85
Farol	●
Desempenho	82,2%
Previsto acumulado	85,00
Realizado acumulado	69,85
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	82,2%

Resultados

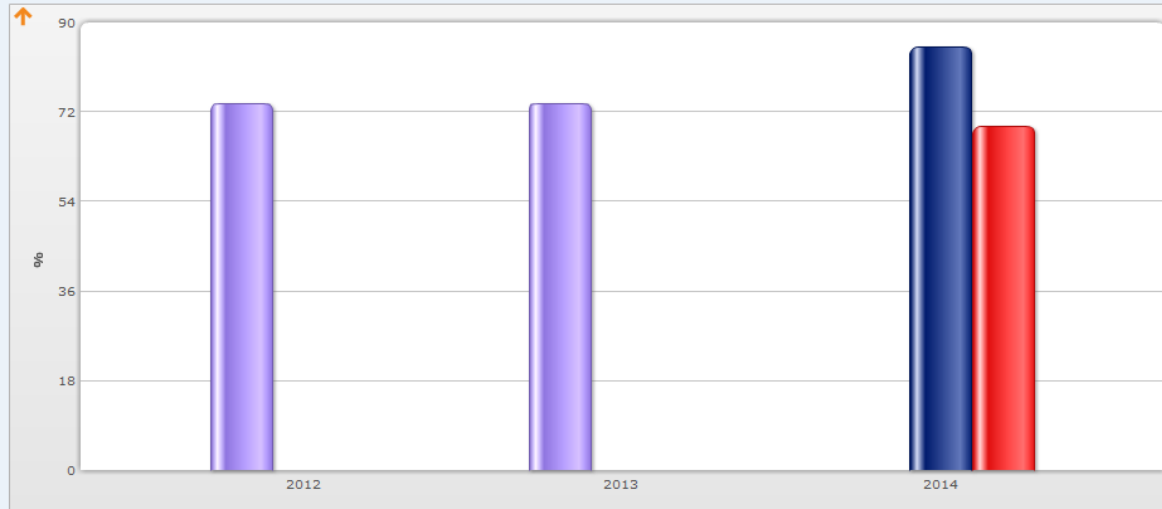
2012	2013
77,61	77,61

● r >= 100%   ● 95% <= r < 100%   ● r < 95%

TRT5-IN-27-ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A SEGURANÇA

RESPONSÁVEL  
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	85,00
Realizado	69,17
Farol	●
Desempenho	81,4%
Previsto acumulado	85,00
Realizado acumulado	69,17
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	81,4%

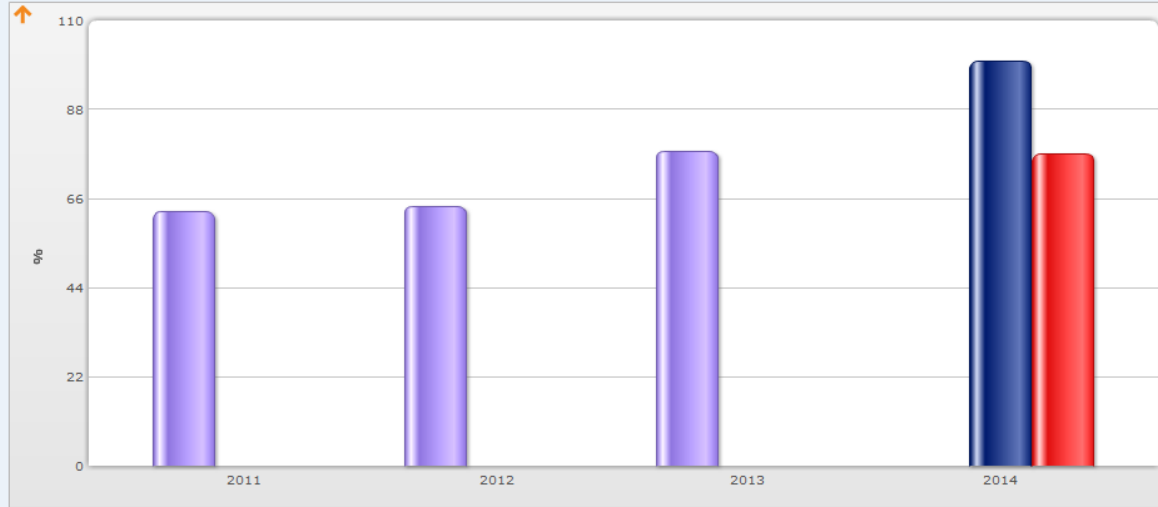
Resultados  
2012 2013  
73,84 73,84

●  $r \geq 100\%$  ●  $95\% \leq r < 100\%$  ●  $r < 95\%$

TRT5-IN-28-UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE INFRAESTRUTURA

RESPONSÁVEL  
VALDSON LUIS MENEZES DE OLIVEIRA

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	100,00
Realizado	77,14
Farol	●
Desempenho	77,1%
Previsto acumulado	100,00
Realizado acumulado	77,14
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	77,1%

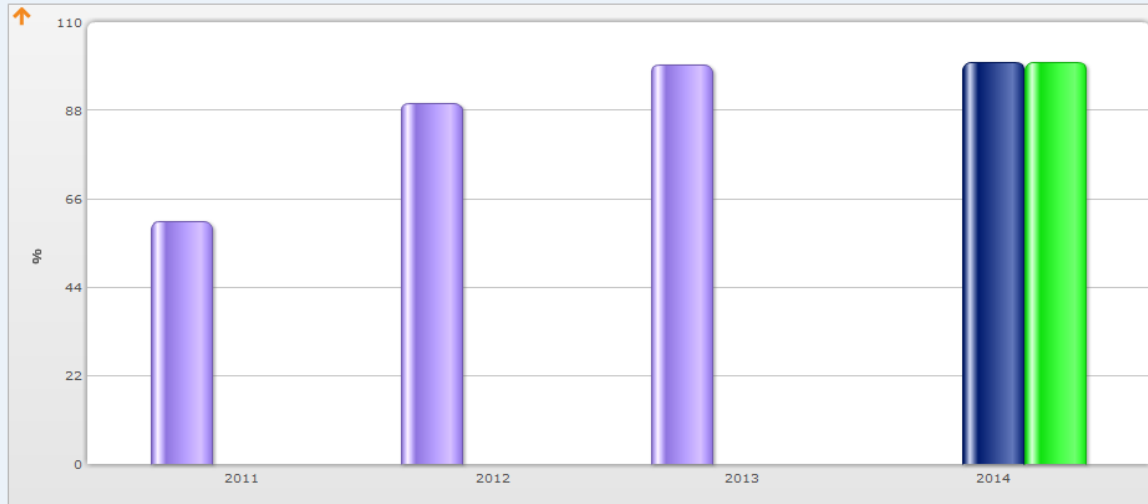
Resultados			
2011	2012	2013	
62,90	64,20	77,78	

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-29-TI-17-ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA

RESPONSÁVEL  
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	100,00
Realizado	100,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	100,00
Realizado acumulado	100,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	100,0%

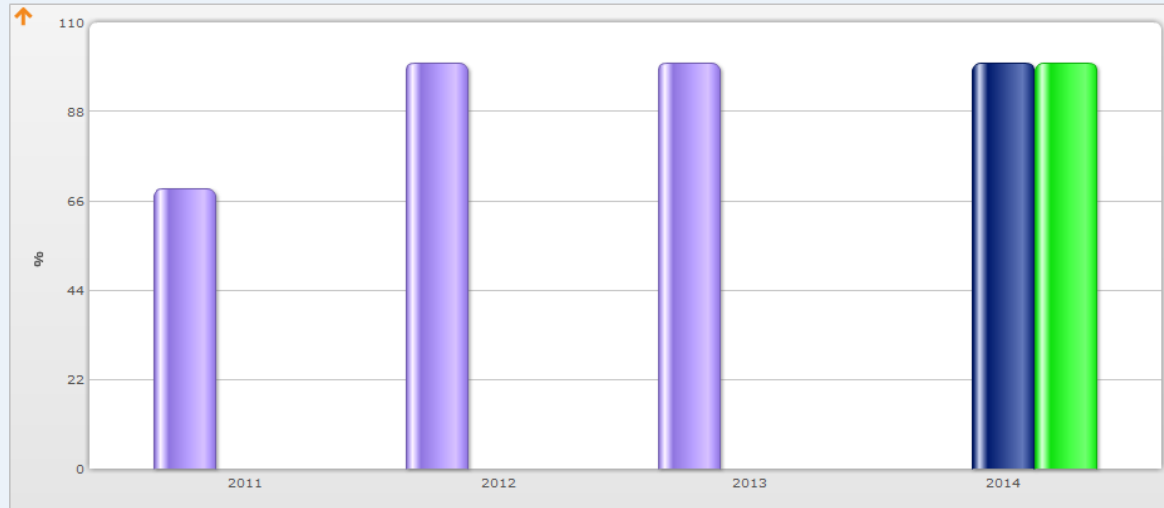
Resultados			
2011	2012	2013	
60,40	89,83	99,35	

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-30-TI-14-ÍNDICE DE ADERÊNCIA ÀS METAS DO PETI

RESPONSÁVEL  
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	100,00
Realizado	100,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	100,00
Realizado acumulado	100,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	100,0%

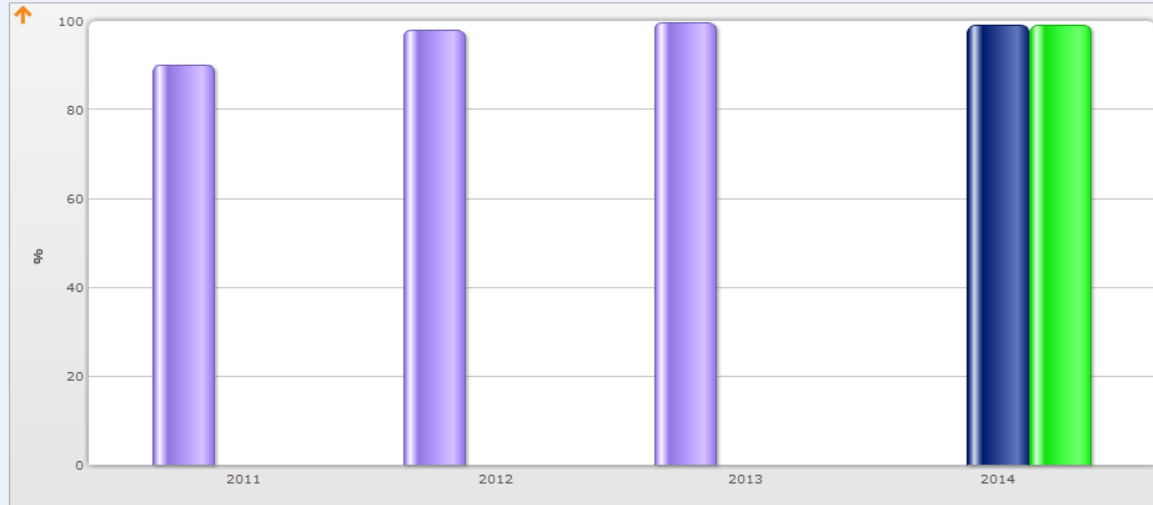
Resultados			
2011	2012	2013	
69,00	100,00	100,00	

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%

TRT5-IN-31-TI-20-ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA

RESPONSÁVEL  
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsão	99,00
Realizado	99,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsão acumulada	99,00
Realizado acumulada	99,00
Farol acumulada	●
Desempenho acumulada	100,0%

Resultados			
2011	2012	2013	
90,20	98,00	99,68	

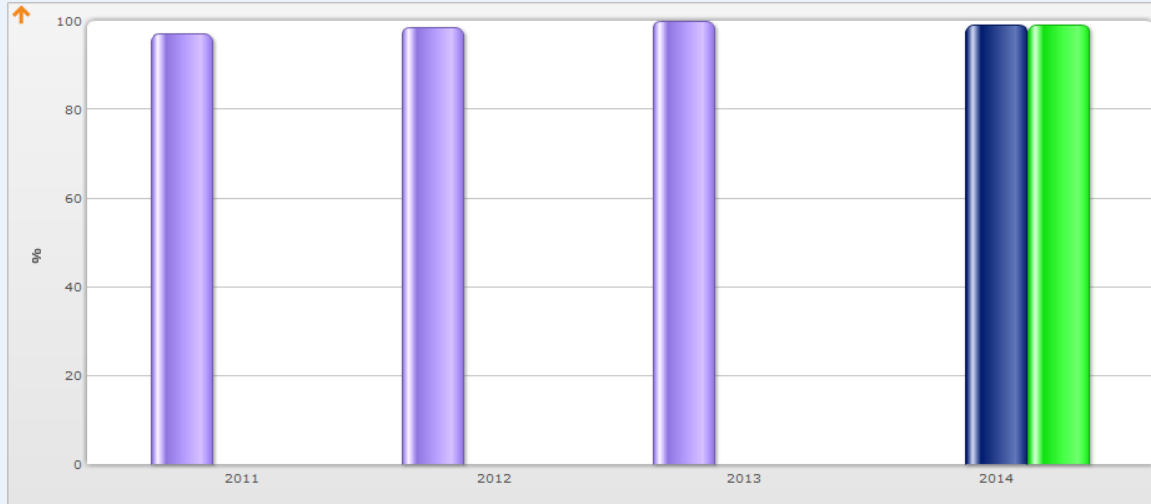
● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%



TRT5-IN-32-TI-21-ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE

RESPONSÁVEL  
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO  NORMAL



	2014
Previsto	99,00
Realizado	99,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	99,00
Realizado acumulado	99,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	100,0%

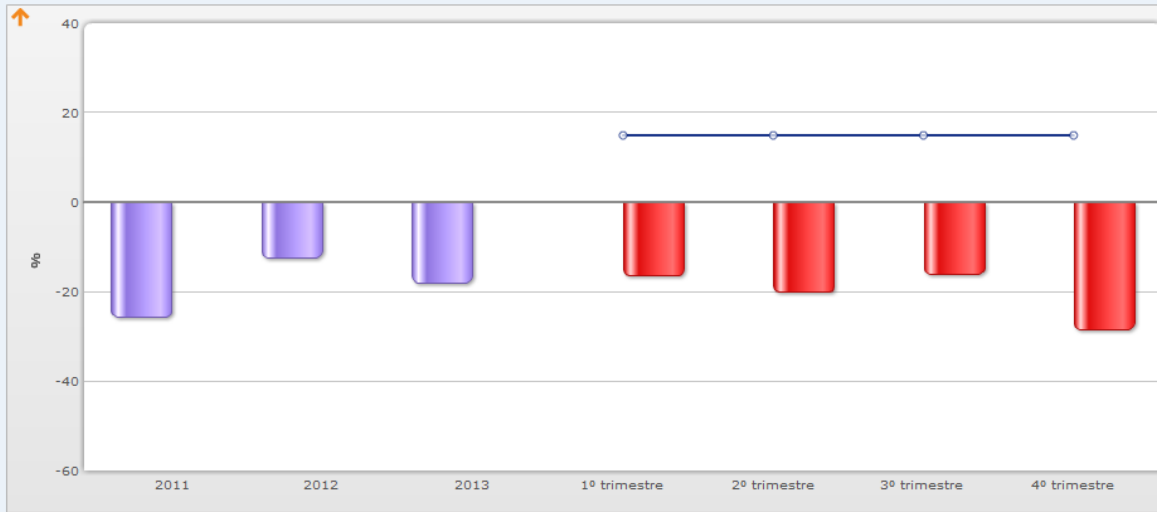
Resultados	2011	2012	2013
	97,00	98,40	99,80

● r >= 100%   ● 95% <= r < 100%   ● r < 95%

TRT5-IN-33-ÍNDICE DE ECONOMIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

RESPONSÁVEL  
CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS

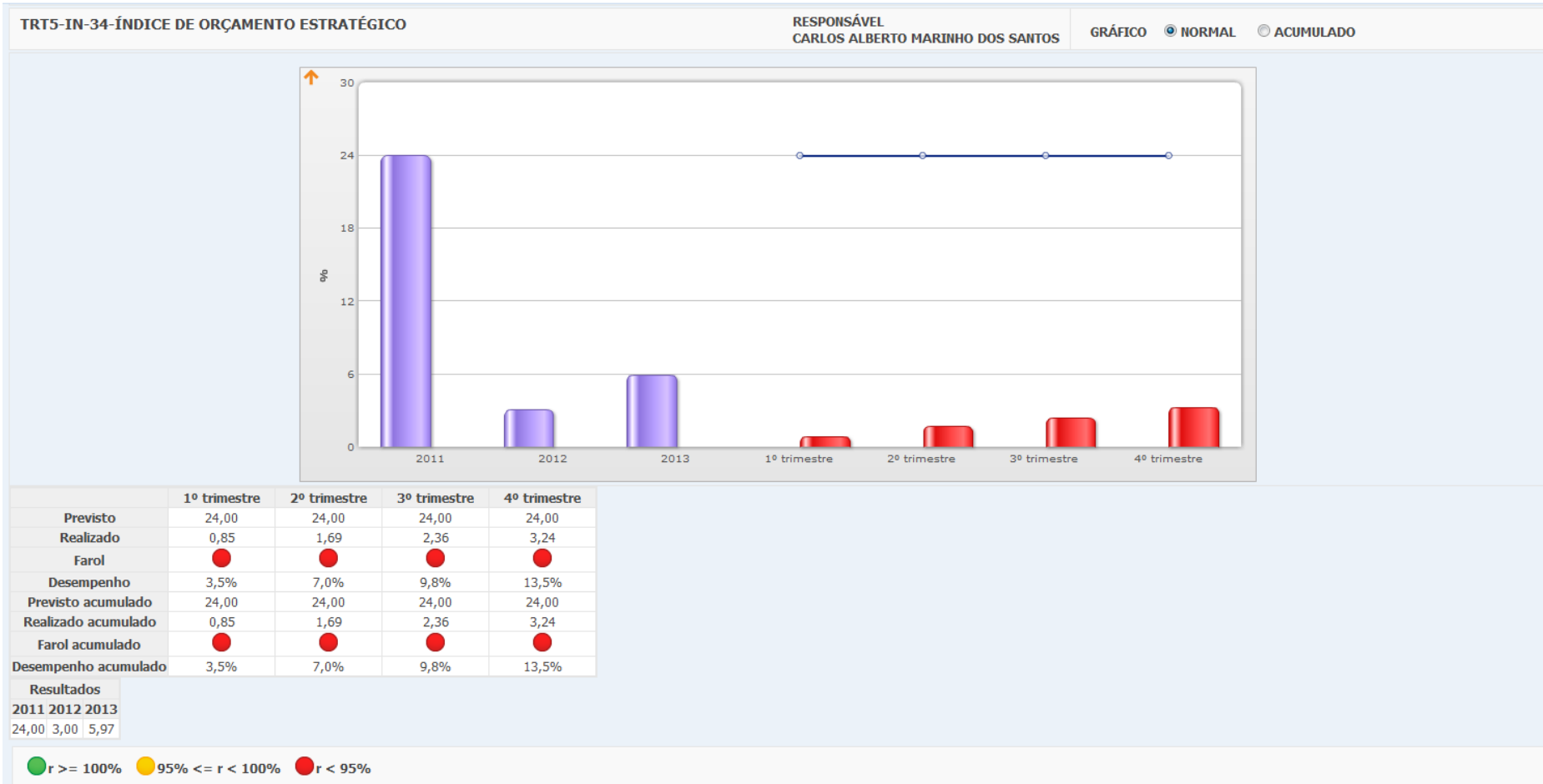
GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	15,00	15,00	15,00	15,00
Realizado	-16,35	-19,99	-16,01	-28,27
Farol	●	●	●	●
Desempenho	-109,0%	-133,3%	-106,7%	-188,5%
Previsto acumulado	15,00	15,00	15,00	15,00
Realizado acumulado	-16,35	-19,99	-16,01	-28,27
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	-109,0%	-133,3%	-106,7%	-188,5%

Resultados  
2011 2012 2013  
-25,56 -12,21 -17,90

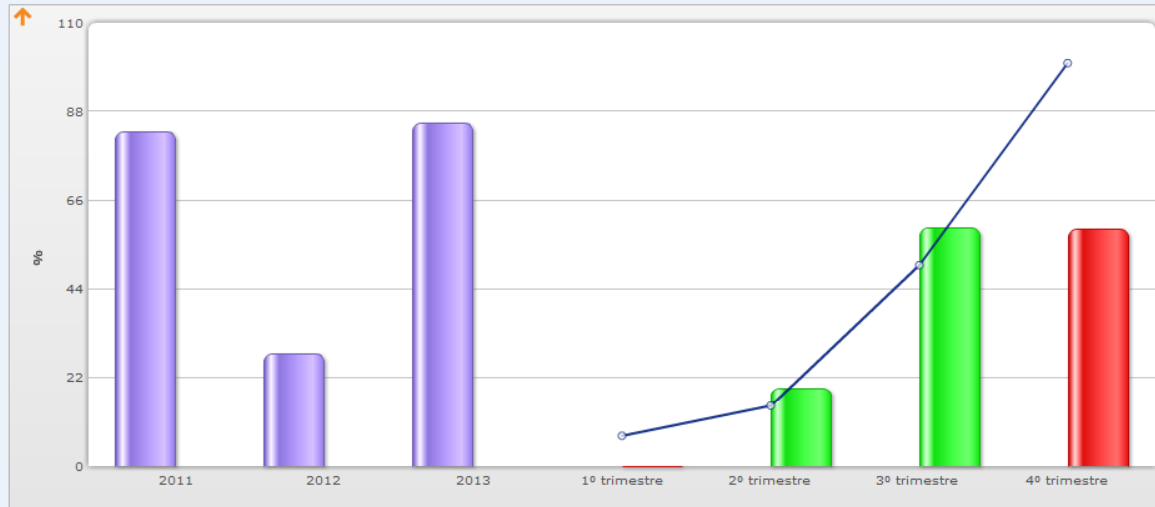
● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%



TRT5-IN-35-ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

RESPONSÁVEL  
CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS

GRÁFICO  NORMAL  ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	7,50	15,00	50,00	100,00
Realizado	0,00	19,43	59,17	58,88
Farol	●	●	●	●
Desempenho	0,0%	129,5%	118,3%	58,9%
Previsto acumulado	7,50	15,00	50,00	100,00
Realizado acumulado	0,00	19,43	59,17	58,88
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	0,0%	129,5%	118,3%	58,9%

Resultados  
2011 2012 2013  
82,86 28,00 85,10

● r >= 100% ● 95% <= r < 100% ● r < 95%